



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
NÍVEL MESTRADO**

POLLYANNA DA SILVA ALVES

**“TERCEIRO SETOR”: FUNCIONALIDADE DE SUA INTERVENÇÃO SOBRE A
“QUESTÃO SOCIAL” NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

**Maceió
2017**

POLLYANNA DA SILVA ALVES

**“TERCEIRO SETOR”: FUNCIONALIDADE DE SUA INTERVENÇÃO SOBRE A
“QUESTÃO SOCIAL” NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Reivan Marinho de Souza

**Maceió
2017**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- A474t Alves, Pollyanna da Silva.
“Terceiro setor” : funcionalidade de sua intervenção sobre a “questão social” no capitalismo contemporâneo / Pollyanna da Silva Alves. – 2017.
130 f.
- Orientadora: Reivan Marinho de Souza.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2017.
- Bibliografia: f. 126-130.
1. Serviço Social. 2. Terceiro setor – Brasil – Aspectos sociais.
3. Capitalismo. 4. Estado. 5. Associação sem fins lucrativos. I. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS

**ATA DA CENTÉSIMA OITAVA DEFESA
DE DISSERTAÇÃO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL.**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às 14 horas 30 minutos, na Sala Multimeios da Faculdade de Serviço Social, realizou-se a centésima oitava sessão de defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, na qual foi apresentado o trabalho intitulado **“Terceiro Setor”: Funcionalidade de sua intervenção sobre a ‘Questão Social’ no capitalismo contemporâneo**”, pela aluna POLLYANNA DA SILVA ALVES. A banca foi composta pelas professoras: Dra. Edlene Pimentel Santos, Dra. Angélica Luiza da Silva Bezerra e Dra. Reivan Marinho de Souza, homologada em reunião do Colegiado do PPGSS no dia 08 de setembro de 2017. Após a exposição de 30 minutos, o candidato foi arguido pelos membros da banca, tendo 30 minutos para responder. Após a defesa, os examinadores se reuniram e chegaram aos seguintes resultados:

Examinador1: Dra. Edlene Pimentel Santos APROVADA

Examinador2: Dra. Angélica Luiza da Silva Bezerra APROVADA

Orientador: Dra. Reivan Marinho de Souza APROVADA

Resultado final: APROVADA

Maceió, 28 de setembro de 2017.

Edlene Pimentel

Dra. Edlene Pimentel Santos (UFAL)

Angélica Luiza Silva Bezerra

Dr. Angélica Luiza da Silva Bezerra (UFAL)

Reivan Marinho de Souza

Dra. Reivan Marinho de Souza (UFAL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço e ao mesmo tempo peço desculpas a Luísa minha filha, o primeiro grande amor da minha vida por toda a dedicação e gentileza em assumir por diversas vezes responsabilidades minhas para que eu pudesse dedicar o tempo necessário a esse trabalho. Agradeço a Laura minha filha que desde o início da nossa aventura sempre me desafiou a ser mais paciente e mais humana.

Agradeço àquele que amei com que construí um núcleo afetivo. Sei que aqui você se reconhece e que sua colaboração é maior que o meu agradecimento.

Agradeço as mulheres da minha família nos fazemos na lida do dia, nos amamos na comida na mesa, nos protegemos na ação, no silêncio e na lembrança da nossa matriarca Luísa Malaquias. Em especial agradeço a Alessandra, Gabryella, Jeane, Crislene e Luciana.

Agradeço a todos e todas que fazem o Programa de Pós Graduação em Serviço Social na pessoa da Secretária Quitéria.

Agradeço aos colegas de turma em especial para as pessoas que hoje tenho o privilégio do convívio pessoal com recíproco respeito e afeto é uma honra e um imenso prazer ter na minha vida Val, Amanda, Sandra, Ysa, Gleize.

Agradeço aos amigos e amigas que sempre foram disponíveis nos inúmeros momentos de angústia Débora, Nina, Mama, Luana, Rogério, Tadeu, Iata, Ana Pereira, Regina, Isabella, Flávia, Marlene, Verônica.

Agradeço de modo especial a Vitória sua contribuição foi muito mais que profissional.

Agradeço a CAPES pela concessão da bolsa que contribui mesmo que de forma parcial para as necessidades materiais dessa pesquisa.

Agradeço a orientadora Prof.^a Dr^a Reivan Marinho de Souza a disponibilidade é comovente e desafiadora.

Agradeço a banca examinadora Prof.^a Dr^a Edlene Pimentel Santos e Prof.^a Dr^a. Angélica Luiza Silva Bezerra esse trabalho é devedor das inúmeras contribuições concedidas por essas mulheres, professoras e pesquisadoras excepcionais.

Agradeço minha heroína minha mãe Doralice que sem ter tido acesso a escola me ensinou o poder e o prazer do ato de ler.

*“Nesses tempos difíceis,
você precisa ser firme e não baixar a cabeça.
O mundo é dos corajosos.*

Jenny Marx

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise do processo de consolidação da intervenção do “terceiro setor” sobre as expressões da “questão social” no capitalismo contemporâneo e de suas principais características no Brasil. Para explicitar esse processo de expansão das instituições do “terceiro setor” e sua atuação sobre a “questão social” resgatamos os fundamentos do Estado moderno; as determinações histórico materiais da “questão social” e as demandas da reestruturação produtiva, do neoliberalismo em face da configuração da crise estrutural do capital nos anos de 1970. A pesquisa realizada é de natureza bibliográfica e documental, tem-se na perspectiva histórico-crítica, na teoria social de Karl Marx a referência de análise. A pesquisa seguiu os seguintes procedimentos metodológicos: seleção de obras clássicas e contemporâneas, de dissertações e teses sobre o tema, bem como de documentos e legislação social a respeito do “terceiro setor”; leitura da bibliografia pertinente e de documentos; elaboração de fichamentos e resumos; estruturação, elaboração e redação final da dissertação. Partimos do pressuposto de que a configuração do “terceiro setor” no capitalismo contemporâneo se vincula a uma perspectiva de mundo pragmática e utilitarista que tem como referência a caridade, a filantropia e o voluntariado, e que nega a apreensão do fundamento da desigualdade social articulado à reprodução contínua do sistema do capital. Apreendemos com a pesquisa que o “terceiro setor” como uma das estratégias de intervenção sobre a “questão social” articula complexamente a relação entre Estado e mercado, consolidando-se em função da crise estrutural e de sua resposta neoliberal. Assim, na prática disponibiliza predominantemente ações e serviços para segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora que são afetados pelo desemprego, pelas precárias condições de trabalho e de vida. Abordamos a função social e a peculiaridade (características e legitimidade) dessas instituições que se expandem mundialmente e no Brasil a partir da década de 1990. Destacamos uma série de dispositivos legais criados para garantir a segurança jurídica e institucional imprescindível para a proteção da propriedade privada patrimonial, da administração dos serviços e ações realizadas pelas instituições do “terceiro setor”. Salientamos no decorrer da dissertação que dada à flexibilidade da estrutura e legislação das organizações do “terceiro setor” elas são atrativas economicamente, tornando-se um dos elementos que justificam sua expansão. Por fim, a pesquisa nos permite afirmar que o “terceiro setor” apenas gerencia a “questão social”, desse modo, falseia as contradições que a determinam, fomenta a conciliação entre as classes, contribuindo para manter a hegemonia do controle do capital sobre a reprodução da classe trabalhadora e de segmentos pauperizados na sociedade.

Palavras-chave: “terceiro setor”; “questão social”; Estado; reestruturação capitalista; Capitalismo.

ABSTRACT

This paper analyzes the process of consolidation of the intervention of the "third sector" on the expressions of the "social question" in contemporary capitalism and its main characteristics in Brazil. In order to make explicit this process of expansion of the institutions of the "third sector" and its action on the "social question" we rescue the foundations of the modern state; the historical material determinations of the "social question" and the demands of productive restructuring, of neoliberalism in the face of the configuration of the structural crisis of capital in the 1970s. The research carried out is of bibliographic and documentary nature, we have in the historical-critical perspective, in the social theory of Karl Marx the reference of analysis. The research followed the following methodological procedures: selection of classical and contemporary works, dissertations and theses on the subject, as well as documents and social legislation regarding the "third sector"; reading relevant bibliography and documents; preparation of summaries and summaries; structuring, preparation and final writing of the dissertation. We start from the assumption that the configuration of the "third sector" in contemporary capitalism is linked to a pragmatic and utilitarian perspective of the world, based on charity, philanthropy and volunteerism, and which denies the apprehension of the foundation of social inequality articulated to continuous reproduction of the capital system. We conclude from the research that the "third sector" as one of the intervention strategies on the "social question" complexly articulates the relationship between the State and the market, consolidating itself in function of the structural crisis and its neoliberal response. Thus, in practice, it provides predominantly actions and services for the more impoverished segments of the working class that are affected by unemployment, precarious working and living conditions. We address the social function and peculiarity (characteristics and legitimacy) of these institutions that expand worldwide and in Brazil from the 1990s. We highlight a series of legal mechanisms created to guarantee legal and institutional security essential for the protection of property, administration of services and actions carried out by "third sector" institutions. We emphasize in the course of the dissertation that given the flexibility of the structure and legislation of the organizations of the "third sector" they are economically attractive, becoming one of the elements that justify its expansion. Finally, research allows us to affirm that the "third sector" only manages the "social question", thereby falsifying the contradictions that determine it, fosters reconciliation between classes, helping to maintain the hegemony of capital control over the reproduction of the working class and impoverished segments of society.

Keywords: "third sector; social issues; State; capitalist restructuring; Capitalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABONG – Associação Brasileira de ONGs
CAP - Caixa de Aposentadorias e Pensões
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
FASFIL- Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
ONG – Organização Não-Governamental
ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento
OS – Organização Social
OSC – Organização da Sociedade Civil
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSPNEs - Organizações de Serviço Pública Não-Estatais
PROBIC - Programa de Bolsa de Iniciação Científica
PRONAC - Programa Nacional de Apoio á Cultura
PRONAV/LBA - Programa Nacional do Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
TCU - Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 QUESTÃO SOCIAL, ESTADO: MEDIAÇÕES PARA APREENDER AS ORIGENS DO “TERCEIRO SETOR”	15
2.1 Determinações sócio históricas da “questão social”	16
2.2 O Estado e sua particularidade no capitalismo	39
2.3 Formas de enfrentamento da “questão social” e origens do “terceiro setor”	52
3 CRISE, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CONSOLIDAÇÃO DA INTERVENÇÃO DO “TERCEIRO SETOR”	68
3.1 Crise estrutural do capital, reestruturação produtiva e consolidação do “Terceiro Setor”	69
3.2 “Terceiro Setor”: face social do capitalismo contemporâneo?	78
4 “TERCEIRO SETOR” NO BRASIL: FUNÇÃO SOCIAL E CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS NO BRASIL	92
4.1 Função social, caracterização das instituições do “terceiro setor”: ONG’s/ OSC’S; OS; OSCIP	92
4.2 Legislação do “terceiro setor” no Brasil	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
6 REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, intitulada “*Terceiro setor: funcionalidade de sua intervenção sobre a “questão social” no capitalismo contemporâneo*” **analisa** a gênese, função social e configuração do “terceiro setor” para explicitar por que esse padrão de intervenção social se expande e se consolida nos anos de 1990 e 2000, no contexto do capitalismo em crise e de sua reestruturação para responder as expressões da “questão social”. Procuramos desvelar a natureza, caracterizar a diversidade das organizações que compõe o “terceiro setor”, explicitar a legislação social brasileira criada que lhe dá sustentabilidade jurídica e refletir sobre os elementos econômicos, sociais e ideológicos que particularizam sua funcionalidade à reestruturação capitalista contemporânea.

Convém destacar que, no percurso de nossa formação no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ PPGSS, os debates e reflexões nas disciplinas, as instigantes atividades de estudo, os cursos e os eventos promovidos pelo Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social e pelo PPGSS na Faculdade de Serviço Social/ FSSO da Universidade Federal de Alagoas/ UFAL subsidiaram as reflexões significativas na construção da pesquisa e elaboração da dissertação.

A escolha, a delimitação do objeto de estudo - “terceiro setor” - decorreu da necessidade de aprofundar questões que brotaram das nossas experiências vivenciadas, primeiro como “voluntária” no Programa Alfabetização Solidária, uma das ações desenvolvidas pelo Programa Comunidade Solidária, projeto piloto para implementar parcerias entre Estado e mercado no Brasil; logo em seguida, como profissional trabalhando na gestão do Centro Integral de Educação Infantil da Sociedade São Miguel Arcanjo e da Associação de Jovens Nossa Senhora de Fátima. Experiências que nos levaram a indagar o modo como as demandas dos segmentos pauperizados eram respondidas; a insatisfação dos usuários envolvidos no cotidiano e no entorno da instituição; a precariedade das condições de trabalho da equipe (diversas formas de vínculo e de relações de trabalho), condição de trabalho que comprometia a qualidade e o compromisso com o atendimento dos usuários; o envolvimento das ONG’s com o voluntariado, com segmentos religiosos diversos e a complexa relação que se constitui entre o setor público e o privado na configuração do “terceiro setor”. Algumas dessas questões tornaram-se objeto das reflexões iniciais nas atividades de pesquisa e de estágio que desenvolvemos no

curso de graduação¹ e de modo mais sistemático e crítico a vivência com a pesquisa no curso de Mestrado na pós-graduação² em Serviço Social, que culminou com a elaboração dessa dissertação.

Temos clareza, sobretudo, de que nesse processo, para além da nossa experiência singular nessas organizações, é a dinâmica do desenvolvimento capitalista contemporâneo e as estratégias criadas pelo capital e Estado para controlar ascendência crônica e aguda da “questão social”, na fase mais avançada do capitalismo monopolista, que demonstram a relevância e a atualidade do objeto de estudo “terceiro setor” para a sociedade. Isso se verifica no crescimento mundial e nacional das organizações do “terceiro setor”; no impacto da atuação dessas instituições no cotidiano da reprodução da classe trabalhadora e de segmentos pauperizados que padecem com a gravidade das expressões da “questão social”, provocadas pela crise estrutural; na sua incidência na prática do assistente social, que implica expandir o mercado de trabalho, tornando mais complexas as requisições que se colocam no exercício do assistente social nesse “novo” espaço sócio-ocupacional. Além desses elementos, destacamos um conjunto de questões e polêmicas atuais que envolvem o “terceiro setor” como: a complexa relação entre os setores público e privado; a ênfase das práticas caritativas, filantrópicas e do

¹ Foram também imprescindíveis para a aproximação com o tema as reflexões na graduação quando, então, apresentamos trabalhos em eventos regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS sobre o “terceiro setor”; o primeiro, com o título “Os fundamentos da emergência e da ampliação do “terceiro setor” na conjuntura da contrarreforma do Estado”, foi apresentado no IV Seminário Regional de Graduação e Pós-graduação ABEPSS, realizado em Natal/ em 2012. E o segundo, fruto das reflexões realizadas a partir da vivência do Estágio Obrigatório Supervisionado, com o título “A mística do “terceiro setor” no interior da sociedade capitalista para além do falseamento da realidade: implicações para as políticas sociais e para o Serviço Social”, apresentado no V Seminário Regional ABEPSS – Nordeste. Precarização da Educação: trabalho docente e formação profissional em Serviço Social, realizado em João Pessoa, 2013. Também na graduação, participamos como discente no Grupo de Estudos - Produção Acadêmica e Práticas Sociais nas Ciências Humanas: metodologias de pesquisa no cotidiano científico, que nos proporcionou a experiência no Programa de Bolsa de Iniciação Científica – PROBIC, com a pesquisa: “O trabalho dos agentes de ONGs em Alagoas”. Ambos desenvolvidos pelo Núcleo de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade Integrada Tiradentes – FIT’S.

² Nosso estudo atual, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social – UFAL, resulta da necessidade de refletir e aprofundar os conhecimentos adquiridos na experiência “voluntária” e depois profissional, como Assistente Social em ONG, na vivência no estágio curricular, na pesquisa realizada e nas primeiras sistematizações que resultaram em trabalhos acadêmicos e no Trabalho de Conclusão de Estágio - TCE. Pretendemos desse modo, com as reflexões resultantes da nossa pesquisa no mestrado, contribuir no debate e na produção acadêmica sobre a ampliação em curso do “terceiro setor”, na atual conjuntura de crise estrutural do capitalismo e no enfrentamento da “questão social”, com o intuito de subsidiar as análises que vêm sendo produzidas pelo Serviço Social brasileiro. E também para subsidiar o exercício profissional, visto que a pesquisa realizada em Alagoas revelou que as instituições do “terceiro setor” são, em segundo lugar, as que mais absorvem assistentes sociais, ficando atrás apenas das instituições de Estado (PRÉDES, 2002, p. 78).

voluntariado que se reatualizam nessas organizações; a viabilidade econômica e a profissionalização de segmentos para responder de modo simplificado a estruturação do “terceiro setor”; a diversidade da legislação social criada para consolidar essas organizações e; por fim, os elementos ideológicos tão disseminados nessas organizações que reatualizam o conservadorismo nas práticas sociais e nos discursos, contribuindo para fortalecer o projeto burguês dominante. Esses elementos, aqui esboçados, demonstram a urgência e importância da realização de pesquisas que possam aprofundar conhecimentos acerca da consolidação do “terceiro setor” na atualidade.

É com referência nos fundamentos teórico-metodológicos da crítica da economia política, que procuramos apreender os determinantes histórico materiais da “questão social” e a particularidade do Estado moderno no capitalismo, como mediações necessárias para desvelar a configuração das organizações do “terceiro setor” no contexto de crise estrutural, que afetam a reprodução material da classe trabalhadora e demais segmentos populacionais em todos os aspectos de suas vidas. Abordamos elementos da Reforma do Estado e da configuração das denominadas empresas híbridas, como *locus* que se propõem amenizar as expressões da “questão social” na atualidade, destacando o “terceiro setor” como uma das estratégias ideológicas para o arrefecimento das lutas de classes. Dessa maneira, nos dedicamos em investigar a consolidação do “terceiro setor” no Brasil, entendendo-o como uma das formas de enfrentamento do sistema do capital às refrações da “questão social” pela urgência que a reestruturação capitalista impõe em termos da organização massiva de instituições em tempos de crise estrutural do capital.

Com as alterações³ operadas pelo Estado brasileiro, de modo mais organizado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), gerenciadas pelo

³ A prioridade do governo FHC, de acordo com Bresser-Pereira (1998), “[...] apenas no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado [MARE], entre 1995 e 1998, estavam listados os seguintes projetos prioritários [...]: reforma da Constituição no capítulo da Administração Pública, a elaboração de projetos de leis complementares à reforma constitucional, programa de reestruturação e qualidade nos ministérios, **programas de organizações sociais**, programa de agências executivas, sistema de contabilidade gerencial, sistema de informações gerenciais da administração pública, fortalecimento do núcleo estratégico por meio da política de carreiras, reformulação do sistema de remuneração dos cargos em comissão do Governo Federal, plano nacional de capacitação, programa de redução dos custos de pessoal e eliminação de privilégios, principalmente os contidos na lei do Regime Jurídico Único, revisão e desburocratização da lei de licitações [...] O sentido emblemático da ‘reforma administrativa [vai além] de seu significado administrativo, ela tem um conteúdo político evidente [e] abriu-se espaço para uma administração pública gerencial [...] com

então ministro Bresser Pereira, foi sistematizado o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e publicado a partir de 1995, nos cadernos MARE, como ficaram conhecidos, uma série publicações lançadas pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado – MARE, o caderno de número 2 foi todo dedicado as Organizações Sociais – OS, e trazem as diretrizes para a regulamentação do “terceiro setor”, no Brasil, conforme será destacado no texto, para implementar as ações de um conjunto de organizações do “terceiro setor” articuladas com o Estado e a iniciativa privada. Esse empenho do Estado para legitimar e garantir o aparato legal de funcionamento do “terceiro setor” demonstra o quanto é fundamental para exercer o controle e a intervenção sobre as diversas refrações da “questão social”, na atualidade.

A pesquisa realizada foi de natureza bibliográfica e documental, buscamos apreender, desvelar a particularidade do Estado e as determinações da “questão social” como mediações que se articulam ao objeto em questão: “terceiro setor”. Os procedimentos metodológicos realizados foram: seleção das obras clássicas e contemporâneas e de teses e dissertações sobre o tema; elaboração de fichamentos e sínteses da bibliografia pertinente, sistematização e redação final da dissertação. Na revisão bibliográfica, nos apropriamos das obras clássicas de Karl Marx e Friedrich Engels; dentre as obras contemporâneas, as dos autores István Mészáros, Leo Huberman, José Paulo Netto, Ivo Tonet, Sérgio Lessa, Carlos Montañó, Maria Augusta Tavares, Marina Felix de Melo, Maria Cristina Soares Paniago e Edlene Pimentel, para capturar as bases da crise estrutural, da reestruturação produtiva e as análises sobre o “terceiro setor”.

Na continuidade da investigação realizamos uma pesquisa documental, recorrendo aos dados de instituições, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que sistematizou uma grande pesquisa publicada em 2008, As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005 - FASFIL (2005) e as publicações da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais – ABONG, que permitiram explicitar a configuração das organizações que constituem o “terceiro setor”, tanto no que se refere à quantidade

uma administração pública renovada, com um novo Estado moderno e eficiente” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 205-207, grifos nossos). Essa “nova” administração pública gerencial tem como modelo predominante o que segue na lógica do mercado, o modelo público-privado, são alterações que visam tornar a gestão pública mais célere, eficiente, moderna e articulada às demandas contemporâneas da produção flexível no capitalismo.

de instituições, quanto à regulamentação e aos serviços que desenvolvem. Considerando o movimento dinâmico da realidade e da pesquisa do objeto de estudo em questão, também procuramos realizar uma análise crítica da realidade contemporânea brasileira.

Esses elementos, aqui destacados, sistematizados na pesquisa constituem a dissertação, a qual está estruturada em três seções. Na primeira, abordamos os determinantes sócio históricos da “questão social”; a particularidade do Estado no capitalismo e as origens do “terceiro setor”, com destaque no início da sociabilidade capitalista, para as instituições que se ocuparam em operacionalizar ações, tendo em vista administrar as primeiras expressões da “questão social”.

Na segunda seção, explicitamos os elementos centrais que caracterizam a crise estrutural e o processo de reestruturação produtiva - contexto contemporâneo do capitalismo monopolista em que se desdobra e consolida, com base nas estratégias neoliberais, o complexo “terceiro setor” e suas organizações para responder estrategicamente, em termos econômico-sociais e ideologicamente, ao processo crônico e agudo da “questão social”, reproduzindo o propósito do projeto burguês que é minimizar as desigualdades e evitar a explosão de conflitos sociais.

Na terceira e última seção, apresentamos a diversidade de instituições que podem ser caracterizadas como “terceiro setor”, as principais alterações na legislação brasileira que se equalizam com as necessidades da reestruturação produtiva e que possibilitam viabilizar economicamente o “terceiro setor” com a atuação de instituições vinculadas ao exercício da filantropia “moderna”, cuja tendência predominante é esvaziar o conteúdo de direito da política social, minimizar desigualdades e evitar a explosão de conflitos sociais. E, por fim, as considerações finais, nas quais refletimos sobre os resultados alcançados com a pesquisa realizada.

Esperamos desse modo, que a pesquisa e as reflexões realizadas possam contribuir no debate atual no Serviço Social; em novas investigações sobre o tema na área das Ciências Sociais e do Serviço Social; e nas práticas dos assistentes sociais e de profissionais que atuam nas organizações do “terceiro setor”. Também temos expectativas de que a pesquisa possa contribuir para que os segmentos precarizados da classe trabalhadora, usuários dos serviços dessas organizações, desvelem os nexos que articulam o “terceiro setor” aos interesses do mercado e o

porquê dessas organizações serem criadas apenas para administrar as desigualdades sociais e não eliminá-las.

2 “QUESTÃO SOCIAL”, ESTADO: MEDIAÇÕES PARA APREENDER AS ORIGENS DO “TERCEIRO SETOR”

O modo de produção capitalista - MPC se desenvolve por meio de um processo econômico, social e histórico que ao longo de seu desenvolvimento alterou a vida cotidiana de toda a humanidade. Sua gênese se vincula a uma série de revolucionamentos técnico, científicos, da expropriação violenta dos camponeses das terras feudais por conta da alteração do modo de produzir a riqueza material e pelo fenecimento dos feudos. Novas relações de produção são instauradas e novos proprietários dos meios de produção passam a deter o controle da riqueza e da atividade daqueles que possuem apenas a força de trabalho⁴ para trocar no mercado nascente. Constitui-se uma intensa vida urbana voltada para o abastecimento de um mercado ávido pela troca de mercadorias. Com a consolidação desse modo de produção no século XVIII a humanidade produz, como faces de uma mesma moeda, uma riqueza nunca antes imaginada e proporcionalmente um pauperismo que brota da produção abundante de riqueza, propiciada pelo advento da grande indústria. Decorre daí uma série de problemas sociais que atinge, sobretudo, a reprodução da classe trabalhadora, dentre os principais problemas estão: o pauperismo, a formação do exército industrial de reserva, a atuação do Estado para controlar problemas decorrentes da crescente miséria entre os trabalhadores – elementos que demonstram a existência da “questão social⁵”.

⁴ As duas formas do trabalho que predominam no capitalismo encerram uma contradição, posto que “[...] Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso” (MARX, 1996, p. 175).

⁵ Utilizamos o termo “questão social” com aspas para demarcar, conforme explica Netto, que a expressão “[...] não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas [...]” sendo então necessário o destaque para situar “[...] o que entendo como ‘questão social’, no marco da tradição teórico-política em que ainda me situo, conta ventos e marés – a *tradição marxista*.” (NETTO, 2007, p. 152) (grifos do

Assim, nesse capítulo, abordamos as determinações sócio históricas da “questão social”. Segundo Netto (1996, p. 3-7), “questão social” é uma expressão que surge com os filantropos e outros críticos por volta de 1830 com a observação e análise dos desdobramentos da consolidação do capitalismo no seu “estágio” industrial concorrencial. Com o desenvolvimento industrial, com o avanço das forças produtivas aumenta exponencialmente a capacidade social de produzir riqueza, mercadorias; ocorre a explosão demográfica; configura-se a demanda da vida urbana; acumula-se riqueza pela classe que detém o controle da produção social e, proporcionalmente, associado a esse processo destacam-se precárias condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

As condições de pauperismo do trabalhador e de sua família, desde o século XVIII até os dias atuais, incidem diretamente nas estratégias de luta e resistência da classe trabalhadora contra sua condição de exploração, posto que: o “[...] capitalismo produz compulsoriamente, a ‘questão social’ [...], [que] não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital” (NETTO, 1996, p. 7). É desse modo, produzida com o desenvolvimento da sociabilidade burguesa.

A nosso ver, esses são os elementos, conforme discutiremos a seguir, que explicam socialmente a necessidade da intervenção social realizada historicamente pelo Estado, por instituições privadas e organizações do “terceiro setor⁶” para minimizar as expressões da “questão social” e, assim, não afetar a dinâmica do desenvolvimento capitalista voraz por acumulação.

2.1 Determinações sócio históricas da “questão social”

autor). Para o autor na expressão “questão social” está contêm a diversidade de manifestações do fenômeno do pauperismo, que adquire um novo estatuto e suas manifestações expõe a relação direta entre o desenvolvimento do capitalismo e aumento do pauperismo nas palavras do autor a “[...] ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo [e ela implica na] intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.[...]” (NETTO, 2007, p. 157) o autor no esteio do demonstra que a “questão social” é um processo eminentemente econômico, histórico e social.

⁶Montaño (2002, p. 16) explica que a opção pela grafia da expressão entre aspas “[...] não é fortuita; é que, efetivamente, o conceito e questão tem tanto sua origem ligada a *visões segmentadoras*, ‘setorializadoras’ da realidade social (nas tradições positivistas, neopositivistas, estruturalista, sistêmica, funcionalista, do pluralismo e do institucionalismo norte-americano etc.), claramente distante do nosso referencial teórico-metodológico [...] como procuraremos demonstrar [...] um conceito ideológico (como ‘falsa consciência’) portador da função de encobrir e desarticular o real.”

A organização das sociedades de classe, no centro do mundo ocidental, desde o início era predominantemente rural, nesse sentido, a vida humana estava atrelada ao campo e às determinações naturais⁷. Entre os séculos XIV e XVI⁸ se desenvolve um processo de fenecimento da sociedade feudal, e vai se gestando a ruptura com a produção exclusivamente rural, no entanto são verificadas algumas tentativas fracassadas, à época, de alteração da ordem social. Marx (1966, p. 344) demonstra isso com a insurgência de legislações, decretos, em 1489, do governo de Henrique VII, na Inglaterra, que tenta manter o sistema feudal proibindo a “[...] destruição das casas camponesas [...]” sendo essa uma das estratégias encontradas pelo Estado de manutenção da ordem. No reinado de Henrique VIII, um desses decretos ordenava, onde já havia acontecido a demolição, que houvesse a reconstrução das propriedades dos camponeses e ainda a proporção entre campo de cereais e pastagens. Embora o Estado absolutista tenha aprovado essas leis, elas não se sustentaram durante muito tempo, pois o processo da acumulação primitiva requeria uma relação servil de trabalho, a transformação dos camponeses em trabalhadores assalariados e de seus meios de trabalho em capital.

Assim, nesse período da acumulação primitiva do capital acontece um intenso e violento processo de cerceamento das terras que eram utilizadas para a

⁷ É na transição da comunidade primitiva para as sociedades de classe que é possível apreender porque essas sociedades eram rurais e desenvolveram a agricultura. “O surgimento do excedente econômico só foi possível graças a dois elementos essenciais: a domesticação de animais e o surgimento da agricultura. As comunidades que se aprimoraram no cultivo da terra e no pastoreio avançaram em relação às demais comunidades, deixando o nomadismo e se fixando em uma região. A partir daí, estas comunidades passaram a desenvolver técnicas, aperfeiçoar instrumentos a fim de estabelecer uma relação de domínio com a natureza. Os homens iniciaram o controle sob o tempo para guiá-los no tocante à semeadura e à colheita. Esses avanços foram determinantes para que o homem passasse a produzir mais que o necessário para sua subsistência imediata. Os progressos do trabalho adquiridos a partir do trato com a natureza possibilitaram conquistas do ponto de vista produtivo que ultrapassavam as necessidades imediatas da comunidade; neste momento surge o excedente econômico. Este marca o aumento da produtividade, causando uma enorme revolução na vida das comunidades primitivas e eliminando a escassez e a penúria que marcara o comunismo primitivo. Satisfeitas as necessidades da comunidade, o seu excedente econômico era destinado à troca com outras comunidades; surgem assim a mercadoria e o comércio. Com o acúmulo de capitais advindos de tais trocas abre-se a possibilidade de exploração da força de trabalho, ergue-se o antagonismo entre os que detêm os meios de produção e os que possuem apenas a força de trabalho” (LOPES, 2013, p.15).

⁸ É no contexto atribulado destes séculos que surgirá o modo de produção capitalista, marcado pela “descoberta do ouro e da prata na América, o extermínio, a escravização e o enterro de populações indígenas nas minas do continente, o começo da conquista da pilhagem da Índia, e a conversão da África numa reserva para a caça comercial de negros” (MELLO, 1999, p. 40). Mais adiante, considera o autor que “[...] conquista, pilhagem, escravização e exterminação de populações nativas são fatos que marcaram o início das sistemáticas aventuras mercantis transoceânicas a partir da virada do século XV ao XVI” (MELLO, 1999, p. 55). Nesse contexto de grandes transformações se gesta a acumulação primitiva do capital, a nova sociedade – um novo modo de produzir a riqueza e um conjunto de consequências sociais, que explicaremos ainda nesse item.

produção agrícola e pastagem de gados pelos camponeses. Essas terras passaram a ser destinadas à criação de ovelhas para servir às demandas da produção manufatureira flamenca de lã, que aumenta significativamente o preço dessa matéria prima e provoca a expulsão violenta dos camponeses de suas terras. As leis do cerceamento das terras comunais – *Bills for inclosures of Commons* – se tornaram dali por diante a forma legal de roubo das terras dos camponeses. Decretos promulgados pelo Estado absolutista permitiram, até o século XVII, com que arrendatários expulsassem a população rural para transformá-la em proletário para a indústria. O Estado permitiu, por meios desses decretos, com que “os senhores fundiários presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo” (MARX, 1996b, p. 349).

A expulsão violenta dos camponeses das suas terras, de seus meios de produção, do seu ritmo de produção cadenciado por eventos naturais e de sua vida costumeira aconteceu através de uma legislação sanguinária, que vigorou do século XIV ao século XVII, durante o período da acumulação primitiva. Essa legislação buscava disciplinar os camponeses, expulsos brutalmente de suas terras, os quais não foram totalmente absorvidos pela manufatura de lã, transformando-se, segundo Marx (1996b, p. 356) “em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias”.

A legislação sanguinária, praticada pelo Estado, tanto no que se refere a forma quanto ao conteúdo, foi destinada aos expropriados do campo e aos trabalhadores por intermédio da coação, de métodos coercitivos, punitivos. Ao analisar esse caráter sanguinário da legislação, Marx (1996b) exemplifica que no ano de 1530, na Inglaterra, Henrique VII determina que:

Esmoleiros, velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contraposição, açoitamento e encarceramento para vagabundos válidos. Eles devem ser amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue corra de seu corpo, em seguida devem prestar juramento de retornarem a sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos três anos “e se porem ao trabalho” (*top ut himself to labour*). [...] Aquele que for apanhado pela segunda vez por vagabundagem deverá novamente ser açoitado e ter metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o atingido, como criminoso grave e inimigo da comunidade deverá ser executado. (MARX, 1996b, p. 356, grifos do autor).

Essa legislação instituída, por toda Europa, demonstrava o quanto o Estado perseguiu aqueles que chamavam de mendigos e os trabalhadores, e combateu também a organização política desses últimos pelo receio dos conflitos (MARX, 1996b, p. 356-358). Os salários dos trabalhadores foram taxados ao máximo. Os camponeses expulsos violentamente do campo, que se lançavam no mercado em busca de local para viver, foram considerados miseráveis e enquadrados como mendigos. A legislação pioneira de Henrique VII, à época, serviu para inibir a circulação dos potenciais trabalhadores assalariados e regulamentar a mendicância de velhos e incapacitados. Com o crescimento de pessoas nessa condição de mendicância, foram incorporados adendos às leis, tornando mais cruel a punição no caso de reincidência. Eduardo VII estabeleceu uma lei que previa punir com escravidão e até mesmo execução para quem se recusasse a trabalhar. Leis semelhantes vigoraram na França, nos Países Baixos, na Holanda e, assim:

o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura. Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada (MARX, 1996b, p. 358-359).

Esse constitui o fundamento histórico, o “ponto de partida” da nova sociedade, a gênese do modo de produção capitalista, que pressupõe uma acumulação precedente, uma acumulação primitiva ou originária (MARX, 1996b). É com a crise do regime feudal que se apresentam as condições necessárias para originar o sistema do capital, que depois será ampliado com o processo de industrialização.

Marx (1996, p. 343) explica que a existência desses trabalhadores, uma massa de homens “[...] livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, [...]”. A maior parte desses trabalhadores, expulsos do campo seguiu rumo às cidades, para constituir um processo histórico que

[...] transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1996b, p. 341).

Nesse contexto de transição do feudalismo para o capitalismo corresponde à expropriação da população camponesa dos feudos, a formação de um exército de trabalhadores “livres” na condição de assalariados, a “legislação sanguinária” contra os despossuídos, conforme analisado anteriormente, a gênese do capital manufatureiro e “os impactos da revolução agrícola sobre as atividades produtivas urbanas e a criação do mercado interno para a manufatura” (MELLO, 1999, p. 51). Sobre esse processo histórico violento de constituição da força de trabalho assalariada “livre”, Marx afirma que:

[...] esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1996b, p. 341).

Esse processo irá constituir uma nova sociedade, estruturar o modo de produção capitalista, alterando as relações entre as classes. A gênese dessa sociedade se vincula a uma série de revolucionamentos: expropriação dos camponeses de seus meios de produção, das terras feudais; transformação do modo de produzir a riqueza com o fenecimento da produção estritamente agrícola dos feudos; surgimento de duas classes antagônicas - burguesia e proletariado; superação das amarras das corporações de ofícios e formação das manufaturas. Essas alterações econômicas/ sociais irão configurar um momento histórico

particular, a [...] assim chamada acumulação primitiva, [momento em que ocorre], portanto, [...] [a] separação entre produtor e meio de produção [...] constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1996b, p. 340).

Esses trabalhadores “livres” serão a força de trabalho da manufatura nascente, conforme destacado por Marx (1996) e Mello (1999), a forma inicial da produção capitalista de mercadorias constitutiva desse período da acumulação primitiva do capital, conservando algumas características da oficina do mestre-artesão. Com a organização manufatureira inaugura-se a cooperação simples que implica aglutinar um maior número de trabalhadores, ocupando o mesmo espaço e produzindo a mesma mercadoria sob o comando capitalista. Esse feito na produção cria as condições para alterações profundas nas relações econômicas com consequências sociais para a reprodução da força de trabalho (MARX, 1996b).

A reunião de trabalhadores, num mesmo espaço, sob um comando de um capitalista, na manufatura, se transforma numa grandeza econômica e social, mensurável, que constituirá uma força de trabalho social média. Tornar a força de trabalho mercadoria e extrair o máximo de trabalho de uma quantidade menor de trabalhadores é uma alteração fundamental do modo de produzir. Essa forma de trabalho resulta numa: “revolução nas condições objetivas do processo de trabalho [...] Meios de produção utilizados em comum cedem parte menor do seu valor ao produto individual [...] diminuindo também, [...] na proporção de sua grandeza, o valor total da mercadoria” (MARX, 1996, p. 441).

O trabalho simultâneo de vários trabalhadores causa impacto na atividade produtiva, exige mais investimento nos meios de produção, no entanto dilui o custo com o aumento da produtividade. Ao reduzir o custo de produção isso se traduz em benefício para o capitalista - economia no ato de produzir mercadorias. Redução de custos capitalistas na produção tem efeito imediato inédito: aumenta a produtividade, diminui o valor da mercadoria e reduz também o valor da força de trabalho. O mesmo processo implica, simultaneamente, benefício para o capitalista e prejuízo para o trabalhador.

O trabalhador torna-se indispensável no modo de produção capitalista desde a manufatura. No entanto, para garantir a tendência crescente de acumulação de riqueza que cresce em razão direta ao aumento da produtividade e do aperfeiçoamento das técnicas e dos meios de produção, se põe historicamente pelo

capital com a grande indústria a necessidade de reduzir o número de trabalhadores (diminuir a absorção do trabalho vivo) para garantir a acumulação expansiva de riqueza no capitalismo. Assim, esse movimento somente pôde se realizar com o desenvolvimento da Lei Geral da Acumulação Capitalista que:

produz constantemente — [...] em proporção à sua energia e às suas dimensões — uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital [...], portanto, do número de trabalhadores ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, quer assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros (MARX, 1996, p. 261).

Então, essa massa de trabalhadores desempregados Marx (1996b) denomina de população trabalhadora relativamente supérflua (p. 261); população trabalhadora excedente (p.262); exercito industrial de reserva (p. 263); braços desempregados ou semiempregados (p. 263). Sempre demonstrando como esses trabalhadores são submetidos ao desemprego por determinação da necessidade de reprodução do capital no capitalismo, de incrementar a acumulação e de manter sob seu controle a classe trabalhadora. Desse modo

[a] população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional. Com a acumulação e o desenvolvimento da força produtiva do trabalho que a acompanha [...] Toda a forma de movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados [...] Como corpos celestes que uma vez lançados em determinado movimento sempre o repetem, assim a produção social tão logo tenha sido posta naquele movimento de expansão e contração alternadas. Efeitos tornam-se por sua vez causas, e as alternâncias de todo o processo, que reproduz continuamente suas próprias condições, assumem a forma de periodicidades (MARX, 1996, p.262-264).

Nesse movimento, trabalhadores ocupados e a parcela de trabalhadores desocupados estão conectados formando uma massa heterogênea e necessária para a manutenção da acumulação de riqueza e desenvolvimento do capitalismo. Os trabalhadores ocupados são compelidos pelo medo do desemprego a competirem entre si e os trabalhadores desocupados pressionam os que estão empregados a se empenharem mais, incidindo diretamente no aumento da produtividade e da acumulação de riqueza dos capitalistas.

Altera-se a vida em sociedade, pois esses trabalhadores terão de se adequar ao desenvolvimento da vida urbana. Trabalhadores aglomerados em cidades precisarão se tornar força de trabalho para garantir a sobrevivência e a reprodução social. Engels (2012, p. 200) explica que “[...] cada progresso na produção é ao mesmo tempo um retrocesso na condição da classe oprimida [...]”. As alterações na esfera da produção social, marcada principalmente pela expropriação/ expulsão do servo do campo, destrói a autonomia das famílias em produzirem o necessário para sua sobrevivência.

Muitos trabalhadores passam a viver numa condição de miséria, perambulando nas cidades em busca de trabalho e, quando não encontram, são taxados de malfeitores e violentamente reprimidos para manter a ordem. A constituição da nova ordem societária estava assentada na produção de mercadorias, e na configuração de trabalhadores assalariados e consumidores do mercado crescente.

O pauperismo que estimulava a mendicância foi brutalmente combatido na sociedade moderna, na transição da acumulação primitiva para a industrialização capitalista. Os trabalhadores não conseguiam sustentar a si e a sua família, desde o início da industrialização, e a burguesia atribuía aos trabalhadores a culpa pela sua condição. Sobre o controle do pauperismo, dos males sociais, Marx e Engels (2010) demonstram que para enfrentar a miséria a

primeira coisa que a Inglaterra tentou [...] foi acabar com o pauperismo por meio da beneficência e de *medidas administrativas*. Depois, ela não encarou o avanço progressivo do pauperismo como consequência necessária da *indústria* moderna [...] a miséria foi vista como culpa dos miseráveis e, como tal, punida neles mesmos [...] o pauperismo foi tomando a de uma *instituição nacional*, tornando-se, [...] em objeto de uma administração que, [...] *não possui mais* a incumbência de sufocá-lo, mas de *discipliná-lo*, de perpetuá-lo [...] ela se restringe a cavar-lhe o túmulo, valendo-se da benevolência

policial [...] Ela se restringe a administrar *aquela* pauperismo que, de tão desesperado, deixar-se apanhar e jogar na prisão (MARX e ENGELS, 2010, p. 35, grifos dos autores).

O pauperismo acompanhou o desenvolvimento acelerado da sociedade burguesa, impôs ao trabalhador alterações na sua vida e no ritmo de trabalho, cuja cadência é posta pela máquina. Essa dinâmica do modo de produção capitalista no trabalho e na vida urbana altera a organização da vida das pessoas, o modo de se relacionar, de viver e de criar os filhos. A necessidade desse desenvolvimento acelerado conecta um número cada vez maior de trabalhadores na indústria, gerando um amontoado de pessoas nos bairros nas cidades em condições miseráveis de reprodução material e social, degradando suas capacidades de trabalho e de vida. Engels (2010, p. 308) denuncia essa realidade em plena Inglaterra pela “[...] má arquitetura, insalubridade, condições horríveis dos bairros operários [...]”. Os revolucionamentos promovidos pela modernidade acarretaram transformações drásticas na ordem social, política, cultural, enfim, em todas as esferas da vida humana.

Nesse cenário, a classe dominada agora regida pelo modo de produção capitalista e submetida ao trabalho assalariado tem que se adequar as necessidades da produção de mercadorias. Resistir a incontornável necessidade do modo de produzir capitalista de exaurir a força de trabalho é uma luta incontornável que o trabalhador trava até os dias de hoje. Marx (1996) explica que o limite biológico não é a referência, o que importa é a necessidade imposta pela produção de que o trabalhador precisa acompanhar o ritmo e garantir a produtividade no trabalho. Então,

em vez da conservação normal da força de trabalho determinar aqui o limite da jornada de trabalho, é, ao contrário, o maior dispêndio possível diário da força de trabalho que determina, por mais penoso e doentamente violento, o limite do tempo de descanso do trabalhador. O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho [...] O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um *maximum* de força de trabalho que em uma jornada de trabalho poderá ser feita fluir. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor ganancioso que consegue aumentar o rendimento do solo por meio do saqueio da fertilidade do solo. A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho não apenas a atrofia da força

de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade (MARX, 1999, p. 379).

As modificações necessárias para a produção capitalista ocorrem em meio a conflitos, de um lado capitalistas que para produzir mercadoria e acumular riqueza enxergam o trabalhador apenas pela sua utilidade – pelo consumo de sua força de trabalho -, como o carvão e o vapor, apenas uma matriz energética, de outro o trabalhador que mesmo submetido às péssimas condições de trabalho e de sobrevivência consegue desenvolver estratégias de resistência para atenuar a exploração e melhorar as condições de vida. Marx (1996) explica que essa luta para

[o] estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre capitalista e trabalhador. Entretanto, a história dessa luta mostra duas tendências opostas. Compare-se, por exemplo, a legislação fabril inglesa de nosso tempo com os estatutos ingleses do trabalho do século XIV até bem na metade do século XVIII. Enquanto a moderna lei fabril reduz compulsoriamente a jornada de trabalho, aqueles estatutos procuravam compulsoriamente prolongá-la. Sem dúvida, as pretensões do capital, em seu estado embrionário, quando ele ainda virá a ser, portanto, em que ainda não assegura mediante a simples força das condições econômicas, mas também mediante a ajuda do poder do Estado, seu direito de absorver um *quantum* suficiente de mais-trabalho parecem até modestas, se as compararmos com as concessões que ele tem de fazer rosnando e resistindo, em sua idade adulta. Custou séculos para que o trabalhador “livre”, como resultado do modo de produção capitalista desenvolvido, consentisse voluntariamente, isto é, socialmente coagido, em vender todo o seu tempo ativo de sua vida, até sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais, e seu direito à primogenitura por um prato de lentilhas. É natural, portanto, que a prolongação da jornada de trabalho, que o capital procura impor aos trabalhadores adultos por meio da força do Estado, da metade do século XIV ao fim do século XVII, coincida aproximadamente com a limitação do tempo de trabalho que, na segunda metade do século XIX, é imposta pelo Estado, aqui e acolá, à transformação de sangue infantil em capital (MARX 1996, p. 384).

O modo de produção capitalista precisou constituir uma classe trabalhadora para produzir a riqueza através do desenvolvimento das relações de produção, utilizando desde o controle por meio da repressão estatal até a incorporação de algumas das demandas dessa classe trabalhadora. Desde que essas demandas

fossem economicamente viáveis ao ciclo de reprodução do capital, daí o reconhecimento político dos trabalhadores como classe via garantia dos direitos políticos, civis.

A formação dessas classes fundamentais não foi um processo linear, não resulta de uma evolução natural, decorreu de uma transformação sócio histórica, de uma ruptura com o modo de produzir feudal. Constituiu-se uma nova sociedade que surgiu inicialmente da disputa entre burguesia e nobreza e entre burguesia e clero, contra o absolutismo, impulsionando a humanidade para ideais modernos de desenvolvimento científico e pelos princípios de igualdade, fraternidade e liberdade entre os homens. Nesse contexto do final do século XVII e XVIII abre-se a possibilidade de construção de uma sociedade livre, igualitária; no entanto a burguesia ao assumir o controle do poder político e econômico abandona tais ideários e também a aliança com o proletariado e se torna a nova classe dominante, pós-revolução francesa.

O crescimento do comércio levou ao avanço da produção de mercadorias estimulou as navegações, impulsionando o sistema colonial que arrasta com ele a sofisticação das legislações que versam sobre tributos, comércio, bancos, medidas protecionistas. Nesse ambiente a figura em destaque é o comerciante e o dinheiro, estimulando a produção de excedentes, potencializando a expansão da propriedade privada, o aumento da população urbana e de conflitos sociais. Com a supervalorização do comércio aumenta a demanda por mercadorias e por dinheiro e, conseqüentemente, estimula a produção eficiente e de baixo custo que se consolidará com a grande indústria.

Assim, para consolidar essa nova sociedade a burguesia impôs condicionalidades: formalizar uma relação de igualdade e liberdade entre os cidadãos na sociedade. Essa formalização foi necessária para condicionar a classe explorada às exigências contratuais da relação entre proprietários e trabalhadores na condição de homens livres para realizar contrato perante a lei. Nas palavras de um pesquisador liberal, convicto como Landes (1994),

[de] um lado, havia o empregador, que não apenas contratava a mão-de-obra e comercializava o produto acabado, mas também fornecia o equipamento fundamental e supervisionava seu uso. De outro, havia o trabalhador, não mais capaz de possuir e fornecer os meios de produção e *reduzidos* à condição de operário (palavra que é significativa e simboliza bem essa transformação do produtor em

simples trabalhador). Ligando um ao outro, havia a relação econômica – “eixo salarial” – e a relação funcional de supervisão e disciplina (LANDES, 1994, p. 6, grifo nosso).

Essa relação econômica não aconteceu de forma isolada a relação formal entre trabalhador e capitalista é resultado de modificações em toda a estrutura até então conhecida, de acordo com Marx & Engels (2008)

A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que subordinou o campo à cidade, os países bárbaros ou semi bárbaros aos países civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, do Oriente ao Ocidente. A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência (sic) necessária dessas transformações foi a centralização política (MARX&ENGELS, 2008, p. 15-16).

Segundo Engels (2012, p.190), foi possível constatar que o processo de concentração de riqueza que o desenvolvimento da produção manufatureira e da grande indústria propiciou, garantiu o domínio econômico, que precede o domínio político, necessário para expansão da propriedade privada por meio de impostos e controle sobre os trabalhadores. O Estado, nesse contexto, se tornou uma instituição política necessária, “[...] nas[cendo] direta e fundamentalmente dos antagonismos de classe [...]”. O Estado institui uma força pública por meio da violência, representativo do interesse da classe mais poderosa, articulado ao poder econômico burguês, reafirmando seu fundamento histórico – auxiliar na viabilização das condições materiais, sociais que garantam a reprodução contínua da propriedade privada e dos processos de acumulação.

Todo o processo de consolidação do poder político da burguesia é amparado pela alteração sempre que necessária da legislação, desde a Lei dos Pobres (Inglaterra), ao Estatuto dos Aprendizes (França) e todas as outras legislações criadas para assegurar a ordem social, conter os conflitos e servir como instrumento de coação para garantir e expandir o trabalho forçado. Essas formas de controle visavam exercer o domínio sobre o trabalho, ainda que inicialmente de modo estritamente coercitivo.

Engels (2010) explica que a burguesia sempre se esforçou em fazer com que o trabalhador e sua família submetido à miséria aceitassem essa condição e se empenhasse em manter a ordem necessária para o desenvolvimento do capitalismo, sendo então dever da população excedente:

se reconhece[r] como tal e aceita[r] docemente a morte pela fome [...] a velha lei [dos pobres] baseada num decreto do ano de 1601, *43rd of Elizabeth*, ainda partia ingenuamente do princípio segundo o qual a comunidade tinha o dever de manutenção dos pobres [que] passou a receber seu auxílio semanal como um direito e não como uma dádiva, o que, ao fim, tornou-se intolerável aos olhos da burguesia. Em 1833 – quando mal chegara ao poder através da reforma e quando, simultaneamente, a miséria das regiões rurais atingia o clímax -, a burguesia meteu rapidamente a mãos à obra para reformar, segundo seus próprios princípios, a lei sobre os pobres. Nomeou-se uma comissão que investigou a administração dos fundos [...] constatou-se que todos os trabalhadores que viviam no campo eram paupérrimos e dependiam, total e parcialmente, da Caixa dos Pobres [...] verificou-se que esse sistema, articulado para garantir a sobrevivência dos desempregados, garantia um subsídio a quem era mal pago [reconhecia] que a miséria deveria ser socorrida; no entanto, definiu-se que esse sistema arruinava o país [e que] a assistência favorece a preguiça e o aumento da população ‘supérflua’ [e que] a pobreza é como um crime, que deve ser tratada à base de intimidação (ENGELS, 2010, p. 316-317).

A burguesia instituiu uma divisão social do trabalho e formas de controle da classe trabalhadora, em que “[...] a base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre cidade e campo” (MARX, 1996, p. 467). Com isso, foi possível modificar hábitos, rotinas e o modo de reprodução da sociedade, num movimento crescente para consolidar a racionalidade e hegemonia da burguesia na sociedade.

Com o processo de desenvolvimento industrial na Inglaterra, que se inicia no século XVIII, posto pela necessidade da acumulação, ocorre o agravamento das desigualdades sociais resultantes desse desenvolvimento que gera de forma compulsória o exército industrial de reserva, o pauperismo, sendo que tem como potência a organização de movimentos de resistência da classe trabalhadora exigindo para a manutenção da ordem a intervenção do Estado. A respeito disso, Pimentel (2012) explica que durante

o processo de industrialização europeu, com o surgimento da classe operária e dos problemas socioeconômicos e políticos gerados pelo

modo de produção capitalista, surgem também formas de organização e luta do operariado por melhores condições de vida e de trabalho, pondo assim em questão a ordem socioeconômica e moral estabelecida [...] Dessa maneira, estão aí as raízes da denominada 'Questão Social' diretamente imbricada à exploração do trabalho no capitalismo e da luta da classe operária na busca de acesso à riqueza socialmente produzida. Assim, a Lei Geral da Acumulação Capitalista expressa o grau de exploração do trabalho, tendo como consequência a pobreza que atinge a classe trabalhadora, ao tempo que garante a expansão, acumulação e reprodução do capital (PIMENTEL, 2012, p. 45).

Esse processo de acumulação de riquezas teve como alavanca as grandes navegações, a escravização de negros da África⁹, a pilhagem e espólio da Ásia, as transações do sistema colonial e a sofisticação do esquema do financiamento e dívida dos países coloniais em relação às metrópoles. Esses processos históricos articulados à dinâmica efervescente da industrialização retroalimentaram a acumulação de capitais, gerando uma riqueza que a humanidade nunca havia conseguido produzir, com mudanças drásticas na forma de produzir e consumir mercadorias.

Sobre a relação entre produção de riqueza material e reprodução da sociedade burguesa, Marx (1996b) explica que “[...] uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerando sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução [...]” (MARX, 1996b, p. 199).

Com o processo de industrialização consolida-se a produção capitalista com a acumulação intensa de capitais, gerando inexoravelmente a “questão social”, conforme destacado por PIMENTEL (2012). Inicia-se no século XVIII, na Inglaterra, marcando o período de substituição da força de trabalho pelas máquinas. É, portanto, no sistema da grande indústria que

⁹ Ribeiro (1995) explica que os “[...] negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana [...] foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais [...] A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao verse reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga [...] O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho deculturativo, consigam permanecer humanos [...] A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta para explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviziar e machucar os pobres que lhes caem às mãos (RIBEIRO, 1997, p. 113-119,120). A peculiaridade da escravidão operada pelos europeus no Brasil incide na formação da classe trabalhadora brasileira e no desenvolvimento da sociedade burguesa no Brasil.

o trabalhador já encontra o organismo de produção inteiramente pronto – este organismo é de base técnica, e portanto, de caráter objetivo. Essencialmente, a maquinaria só funciona sob o mecanismo de trabalho socializado ou coletivo, que consiste numa exigência técnica do maquinário. A maquinaria substitui a força de trabalho, porém os capitalistas não conseguem eliminá-la no processo de produção (LOPES, 2013, p. 59).

A maquinaria substitui a força de trabalho e torna o trabalhador assalariado completamente subordinado a seu mecanismo técnico, objetivo. A grande indústria constitui um sistema motriz que aglutina um conjunto de máquinas ferramentas e, conforme o próprio termo, já nasce para atender grandes mercados, contribuindo para superar não só a força física empregada no trabalho, mas os limites locais, regionais da produção. Em essência

A produção, na grande indústria, ultrapassa os limites da dinâmica imposta pelo mercado interno, e com a consolidação do mercado internacional ficam garantidas as bases para a autossustentação do próprio sistema. A Revolução Industrial possibilita que a produção comande a circulação, e não o contrário. O próprio desenvolvimento da industrialização cria novos ramos produtivos e amplia os já existentes. [...] Todas as mudanças no modo de produção operadas a partir das inovações tecnológicas – a mundialização da economia, o mercado mundial, a especialização da produção agrícola e a divisão internacional do trabalho – resultaram na Revolução Industrial. Neste contexto de industrialização, a concorrência entre capitais se tornou cada vez mais mundial, a liberdade comercial (*laissez-faire*) rompeu com os obstáculos à circulação do período mercantilista, ampliaram-se os meios de comunicação, aprimoraram-se os transportes, transformou-se todo o capital em capital industrial, [e] foi aperfeiçoado o sistema monetário [...] (LOPES, 2013, p. 59).

A grande indústria corresponde ao suporte técnico necessário à consolidação de novas relações econômicas, que possibilitará generalizar do capitalismo com o barateamento da produção de mercadorias, da força de trabalho e pela conquista de grandes mercados.

O controle do trabalho e do trabalhador atinge um patamar nunca visto antes na humanidade com o desenvolvimento do processo de centralização e concentração de capitais ao potencializar a acumulação de riqueza e pressionar o incremento de técnicas que torna possível produzir cada vez mais com menos trabalhadores. Nesse processo, cada vez mais a produção de riqueza é a condição

para ampliar a miséria e envolver o trabalhador que chega ao desemprego. Segundo análise de Marx (1996b, p 259-260), o capitalismo adquire no seu desenvolvimento um estatuto em que

a exploração de novas invenções e descobertas, sobretudo de aperfeiçoamentos industriais [é condição] de sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador. Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai, portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele (MARX, 1996b, p. 259-260).

O funcionamento da indústria requisita a concentração de uma população trabalhadora nas cidades, pela necessidade de ter disponível força de trabalho ao seu redor a qualquer momento de oscilação das relações econômicas. É no espaço urbano que se realiza a produção material de bens quanto a reprodução de péssimas condições de sobrevivência para os trabalhadores. A essência desigual do capitalismo, substrato da lei geral, se traduz proporcionalmente por um lado no controle privado da produção e da acumulação da riqueza por uma classe a burguesia e, por outro, na produção da miséria da classe trabalhadora. Netto (2007) explica que

[pela] primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2007, p. 153).

Gerar proporcionalmente produção de riqueza e de pobreza, ainda que não numericamente idêntica, só foi possível no capitalismo com a lei geral da acumulação. A industrialização capitalista produz concomitantemente mais riqueza para o capitalista e mais precarização do trabalho e das condições de vida do trabalhador, essa condição desigual é imanente à reprodução do sistema do capital,

ao processo de acumulação de riqueza. O crescimento do das formas de acumulação impacta sobre a reprodução material e social do trabalho, isso requer entender a composição orgânica do capital e sua dinâmica no desenvolvimento capitalista. Essa composição orgânica do capital, constitutiva da lei geral da acumulação, expressa que

a composição do capital deve ser compreendida sob duplo aspecto. Primeiramente, na perspectiva do valor, a composição do capital é determinada pela proporção entre valor da força de trabalho (capital variável) e valor dos meios de produção (capital constante). A composição do capital é determinada pela proporção entre os meios de produção utilizados e o *quantum* necessário de força de trabalho exigido para consumi-los. Marx chama a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital, ressaltando que entre ambas há uma intrínseca articulação (LOPES, 2013, p. 31).

A articulação entre capital constante e capital variável (composição valor e composição técnica) constitui, conforme explicitado, a composição orgânica do capital e de seu processo de valorização. O crescimento ininterrupto da composição orgânica do capital e do processo de acumulação resulta do aumento do capital constante, meios de produção e da diminuição relativa do capital variável. Isso revela que o objetivo do desenvolvimento capitalista é atingir um aumento da produtividade do trabalho sempre maior do que antes, no mesmo período de tempo, com aumento da extração da mais valia relativa. Processo que requer continuamente intensa exploração do trabalho viabilizada pelo avanço no desenvolvimento dos meios de produção. Essa relação desigual entre capital e trabalho constitui o substrato da lei geral da acumulação, que por natureza não é formal é real, com vistas a garantir a necessidade contínua de acumular riqueza no capitalismo.

Esse processo acima descrito não funciona livre das crises, segue uma trajetória que constitui o ciclo industrial ou ciclo econômico, ou seja, a dinâmica da reprodução capitalista pode conviver com períodos de prosperidade e de estagnação. Em geral, o desenvolvimento capitalista segue sua tendência predominante que é empregar uma quantidade menor de trabalhadores com maior produtividade do trabalho e ampliar o investimento nos meios de produção. Isso gera um movimento incontrolável de absorção e de repulsão de trabalhadores, provocado pelo avanço da industrialização capitalista.

A dinâmica desse desenvolvimento industrial, com a redução da absorção de trabalhadores na atividade produtiva, provoca o pauperismo generalizado, o desemprego, as péssimas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, a condição de indigência dos desempregados, doentes, idosos e órfãos, configurando as sequelas da “questão social”. Isso converge em desdobramentos sócio-políticos que dada sua proporção era impossível ignorar, protestos desembocaram em lutas violentas e organização de movimentos dos trabalhadores.

Convém salientar, que a configuração das cidades como centros de produção, comércio e moradia, nesse momento de expansão do capitalismo concorrencial, demonstrava a relação que se estabelece entre as esferas da produção da riqueza e da reprodução social nas cidades. Engels (2010) descreve que as

cidadaes têm um ou vários ‘bairros de má fama’ onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas [...] as piores casas nas partes mais feias da cidade [...] Essas pequenas casas [...] chamam-se *cottages* [...] a habitação da classe operária [...] as ruas não são planas nem caladas, são sujas, tomadas de detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos[...] nesses espaços restritos vivem muitas pessoas[...] perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão (ENGELS, 2010, p.70-71).

O desenho e a estrutura das cidades, nesse período inicial da industrialização capitalista, expressam as condições e relações de trabalho insalubres, típicas do modo de produzir a riqueza capitalista nas fábricas. Isso impacta no modo de viver, nas condições de reprodução social dos trabalhadores em suas moradias precárias, conforme caracterizado acima.

Nesse contexto, a burguesia consolida-se enquanto classe dominante a partir da exploração intensa da força de trabalho de trabalhadores disponíveis no mercado, força de trabalho que corresponde ao “[...] conjunto de faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na pessoa viva [...] que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1996, p. 285). Além de necessariamente contratar trabalhadores para garantir a continuidade e crescimento da produção industrial, a burguesia controla, em dadas circunstâncias do desenvolvimento capitalista, o

movimento de absorção e repulsão de trabalhadores, a configuração da classe trabalhadora desempregada. Essa massa desempregada é:

uma população trabalhadora excedente, é [um] produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição da existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1996, p. 262-263).

A existência dessa população trabalhadora excedente consequência da lei geral da acumulação capitalista garante a manutenção trabalhadores disponíveis para serem explorados a qualquer momento de acordo com as necessidades da indústria. A lei geral produz esse contingente de desempregados e os capitalistas os utilizam do modo que lhe for mais conveniente. Contudo, contraditoriamente, embora esses desempregados pareçam pertencer ao capital como sua propriedade, representam uma ameaça à ordem social quando se rebelam em movimentos, desencadeando processos sociais que fomentam as possibilidades para desvendam a mais-valia e a sua condição de exploração - o elemento central que determina a produção de valor. Um desses movimentos foi o luddismo em que

Durante o século XVII, quase toda a Europa vivenciou revoltas de trabalhadores contra o assim chamado tear de fitas (também denominado em alemão *Schnurmühle* ou *Mühlenstuhl*), uma máquina de tecer fitas e galões. No final do primeiro terço do século XVII, uma serraria movida a vento, construída perto de Londres por um holandês, sucumbiu devido aos excessos do populacho. Ainda no começo do século XVIII, máquinas de serrar movidas a água só com dificuldade venceram a resistência popular apoiada no Parlamento. Quando, em 1758, Everet construiu a primeira máquina de tosquiara lã movida a água, ela foi queimada pelas 100 mil pessoas que deixou sem trabalho. Contra as *scribbling mills* e máquinas de cardar de Arkwright se dirigiram ao Parlamento 50 mil trabalhadores, que até então tinham vivido de cardar lã. A destruição maciça de máquinas nos distritos manufatureiros ingleses durante os 15 primeiros anos do século XIX, provocada sobretudo pelo emprego do tear a vapor, ofereceu, sob o nome de movimento luddista, pretexto ao governo antijacobino de um Sidmouth, Castlereagh etc., para as mais reacionárias medidas de violência. É preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinga a maquinaria de sua aplicação capitalista e, daí, aprenda a transferir seus ataques do próprio meio de produção para sua forma social de exploração (MARX, 1996b, p. 60).

Outro desses movimentos foi o cartismo, um movimento operário inglês gestado, conforme salienta Engels (2010) na “[...] revolta dos operários contra a burguesia [que] seguiu de perto o desenvolvimento da indústria e atravessou diversas fases [...]” a elaboração e divulgação da Carta do Povo em maio de 1838 foi um dos desdobramentos da reação do operário “[...] aberta e sem disfarces daquilo que, às ocultas e perfidamente, a burguesia inflige aos operários [...]” (ENGELS, 2010, p. 248), com péssimas condições de trabalho e de sobrevivência. Engels (2010) descreve os principais acontecimentos econômicos e sociais que foram o substrato para o cartismo. Aponta as manobras da legislação que os burgueses efetuavam para desestabilizar os sindicatos e organizações de trabalhadores, a truculência policial para a repressão das greves e, também explica porque propunham:

instaurar uma lei proletária [e] a proposta do proletariado é a *Carta do Povo (People's Charter)*, cuja forma possui um caráter exclusivamente político [...] o *cartismo* é a forma condensada de oposição à burguesia [...] neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que legal se protege. O cartismo nasceu do partido *democrático*, que nos anos oitenta do século passado desenvolveu-se com o *proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado* [e em] 1838, uma comissão da Associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Men's Association*) liderada por William Lovett, elaborou a Carta do Povo, cujos “seis pontos” são: 1) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; 2) renovação anual do Parlamento; 3) remuneração para os parlamentares, para que os indivíduos sem recursos possam exercer mandatos; 4) eleições por voto secreto, para evitar intimidação pela burguesia; 5) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas e 6) supressão da exigência (já agora apenas formal) da posse de propriedades fundiárias[...] isto é, qualquer eleitor pode tornar-se elegível[...] o cartista inglês é politicamente um republicano [e] mesmo sendo, desde o seu início, em 1835, um movimento essencialmente operário, o cartismo ainda não se distinguia nitidamente da pequena burguesia radical [que estava] desiludida [e] apresentava-se belicosa e sanguinária e por isso aceitou de bom grado a violenta agitação do cartismo (ENGLES, 2010, p. 262-263) (*grifos do autor*).

Além da exploração da força de trabalho, o operário e sua família foram submetidos a violência, a miséria, a péssima condição de vida, conforme já dito anteriormente, e essa realidade se tornava ainda pior com a ameaça do

desemprego. A configuração da massa de desempregados, do exército industrial de reserva, repercute, de um lado, positivamente, impulsionando o desenvolvimento industrial e de outro modo negativamente, submetendo a classe trabalhadora “[...] [ao] movimento da indústria moderna decorre, portanto, da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados [...]” (MARX, 1996, p. 264).

Associado a esses movimentos, destaca-se o fenômeno do pauperismo que expressa as precárias condições de trabalho e de reprodução social da classe trabalhadora manifesta na insalubridade do trabalho, nas degradantes condições de habitação, de saúde, de alimentação, de vestimentas dos trabalhadores e desempregados; do não acesso de crianças, mulheres e homens à escola, ao conhecimento produzido socialmente; a convivência com a violência física; a alimentação insuficiente e a proliferação de doenças, que em síntese engendram objetiva e socialmente condições materiais precárias de reprodução da vida social decorrentes da exploração intensa do trabalho.

Essas condições degradantes de reprodução material dos trabalhadores, a gravidade do desemprego, a emergência dos movimentos de organizativos da classe trabalhadora e da ação de segmentos privados da sociedade (instituições filantrópicas) e da Igreja para minimizar os estragos causados pelo pauperismo configuram a base material sobre a qual se assenta a “questão social”. Engels (2010) ilustra esse cenário quando relata que a “miséria é tão grande em Dublin que a única instituição beneficente, a *Mendicity Association* (Associação de assistência aos mendigos), atende diariamente 2.500 pessoas, isto é, 1% da população total, alimentando-as durante o dia e despachando-as à noite” (ENGELS, 2010, p. 77).

Um aspecto fundamental que configura a “questão social” é que:

com o surgimento da classe operária e dos problemas socioeconômicos e políticos gerados pelo modo de produção capitalista, surgem também formas de organização e luta do operariado por melhores condições de vida e de trabalho, pondo assim em questão a ordem socioeconômica e moral estabelecida, tornando-se para ela um perigo e uma ameaça constantes. Dessa maneira, estão aí as raízes da denominada “Questão Social” diretamente imbricada à exploração do trabalho no capitalismo e da luta de classe operária na busca do acesso à riqueza socialmente produzida (PIMENTEL, 2012, p. 45).

A organização política da classe trabalhadora acompanha a dinâmica do desenvolvimento capitalista desigual, expressando a reação política dos trabalhadores às relações degradantes/ precárias de reprodução material. Sobre esses movimentos, Engels (2010, p. 250) explica que “[...] em 1824, os operários obtiveram o direito à livre associação, essas sociedades rapidamente se expandiram por toda a Inglaterra e tornaram-se fortes [...]”. São movimentos marcados por conquistas e derrotas, expressando o entendimento da condição de exploração do trabalhador, desse modo, “[...] o espírito de resistência crescia a cada dia entre os operários, [e] a cólera tornava-se mais intensa [...]”(ENGELS, 2010, p. 328).

Os movimentos não cessaram por meio da pressão dos patrões para o esvaziamento desses espaços de luta, nem tampouco pela ação da Igreja admoestando os trabalhadores a serem recatados e humildes. Todavia, a burguesia agirá, num dado momento, de modo mais repressivo para controlar as manifestações políticas que criticavam as condições objetivas de exploração do trabalho expressas no fenômeno conhecido como “questão social”. Netto (2007) elucida que a:

designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos. Mantivessem-se os pauperizados na condição cordata [...] a história subsequente teria sido outra [...] lamentavelmente para ordem burguesa [...] os pauperizados não se conformaram [...] seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência *luddista* à constituição das *trade unions* [...] foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’ (NETTO, 2007, p. 154).

A tendência explosiva dos movimentos Ludista e Cartista, na Inglaterra do século XVIII, demonstrou o processo de resistência dos trabalhadores à sua condição exploração, cujo fundamento é o “[...] inevitável antagonismo entre o explorador e a matéria prima de sua exploração [...]” a força de trabalho” (MARX, 1996, p. 447). Os movimentos nessa relação conflituosa por natureza explicita a necessidade imanente de controle dos capitalistas sobre a organização do processo de trabalho, a utilização racional dos meios de produção, a exploração da mais valia e de todas as formas de resistência, do movimento organizado dos trabalhadores.

Destaque-se que a consolidação da vida urbana, a organização política da classe operária e as diversas expressões da “questão social” impele a burguesia e

todas as instituições que estão empenhadas em manter a ordem da sociedade burguesa a conter conflitos que decorrem das desigualdades econômicas.

Além da exploração da força de trabalho mediante a violência cotidiana da extração da mais valia no trabalho, os trabalhadores também questionavam nos movimentos as péssimas condições de vida em ambientes insalubres nas moradias, a alimentação degradante, a precária infraestrutura das cidades, conforme destacado anteriormente neste item. Engels salienta a respeito dessa condição desoladora dos trabalhadores que o

proletário é desprovido de tudo – entregue a si mesmo, não sobreviveria um único dia, porque a burguesia se arrogou o monopólio de todos os meios de subsistência, no sentido mais amplo da expressão. Aquilo de que o proletariado necessita, só pode obtê-lo dessa burguesia cujo o monopólio é protegido pela força do Estado [...] o proletariado [...] é escravo da burguesia [...] Ela lhe oferece os meios de subsistência, mas em troca de um ‘equivalente’ – seu trabalho; e chega ao ponto de lhe dar a aparência [...] de estabelecer livremente um contrato [...] Belo ‘equivalente’, cujo montante é inteiramente deixado ao arbítrio da burguesia (ENGELS 2010, p.118).

Os efeitos dessa exploração intensa do trabalho fomenta a organização da classe trabalhadora e mobiliza estratégias de intervenção das elites, pois a miséria burguesia se sente incomodada pela miséria. No feudalismo, a instituição que se ocupava exclusivamente dessa tarefa era a Igreja com um trato confessional, baseado na caridade e compaixão a miséria era naturalizada pelo “pecado original” e era um dever cristão socorrer os miseráveis.

Com a consolidação da vida urbana as ações organizadas e sistemáticas para amenizar o pauperismo continuam a ser desenvolvidas pela Igreja e por profissionais liberais baseado na filantropia. Ainda nesse período histórico, a burguesia começa a exigir do Estado o controle do pauperismo, e também ocorrerá uma mudança significativa no trato das demandas da classe trabalhadora pelo Estado.

Netto aponta quão recente surgiu a expressão “questão social”, pela configuração do pauperismo e seus impactos ideológicos de conformidade “[...] que Comte considerava a grande virtude cívica [...]” (NETTO, 2007). Tal expressão, utilizada por críticos da emergente burguesia, passou também a ser usual ao pensamento burguês que destitui e desnuda essa categoria, naturalizando-a e

retirando-a do debate econômico e político para enxertá-la no discurso filosófico, religioso que necessita de pequenos ajustes. Tal investida deixa claro o espaço de disputa, da hoje nebulosa luta de classes, e o quanto é necessário enfrentar os problemas oriundos da “questão social” e, daí lutar para eliminar as “[...] reformas que preservem, antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção* [...]” (NETTO, 2007, p.155, *grifo do autor*).

Para preservar a sociedade capitalista, segundo a perspectiva da classe burguesa é preciso arrefecer a capacidade explosiva da “questão social”, operacionalizando estratégias pontuais dentro dos limites da manutenção da ordem. Dentre essas estratégias estão as políticas sociais que atuam para implementar ações e controlar as consequências fundamentais que derivam da lei geral da acumulação capitalista como o exercito industrial de reserva, o pauperismo, a violência e tudo mais que decorre das péssimas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

No final do século XIX, começa a ser desenvolvida uma ação sistemática e estatal para administrar os conflitos resultantes do desenvolvimento capitalista, da consolidação da sociedade burguesa e da crescente organização da classe trabalhadora. No capitalismo monopolista se evidenciam as condições objetivas para que através da intervenção estatal, mediante as demandas da sociedade burguesa, as reivindicações da classe trabalhadora fossem parcialmente atendidas, através do compulsório reconhecimento dos direitos sociais operacionalizados de modo limitado com o desenvolvimento e implantação de políticas sociais nesse momento predominantemente públicas. Essas estratégias são desenvolvidas para responder as demandas das manifestações da “questão social” que perturbam a manutenção da ordem necessária para reprodução da sociedade capitalista como tentativa de minimizar as consequências das péssimas condições de vida e trabalho dos mais empobrecidos. A respeito dessa ação, Netto (2007) explica que

o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demanda das classes subalternas [...] este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a sociedade [...] nestas condições que as seqüelas (sic) da ‘questão social’ [...] podem tornar-se – objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado [...] só a partir da concretização das possibilidades econômicas-sociais e políticas

segregadas na ordem monopólica [...] que a ‘questão social’ se põe como alvo de *políticas sociais*.(grifos do autor) (NETTO, 2007, p. 29).

Esses elementos, aqui expostos e refletidos, visaram tão somente explicitar as bases da “questão social”, seus fundamentos históricos sociais que constitui o solo sobre o qual se assenta a intervenção pública do Estado, de ações privadas ou do “terceiro setor”.

2.2. O Estado e sua particularidade no capitalismo

Neste item, abordaremos a especificidade do Estado correspondente ao sistema do capital. Antes disso, destacamos elementos de ordem mais geral, não obstante igualmente importantes, para expressar uma das mediações fundamentais para apreender o objeto de nosso estudo, o “terceiro setor”.

Através de um processo social e histórico as sociedades de classes entronizaram a propriedade privada como condição para garantir a produção material da riqueza e a reprodução social. Do desenvolvimento das primeiras sociedades de classe produz-se a necessidade do controle social em função do confronto de grupos sociais para exercer o domínio sobre a produção da riqueza, do excedente econômico.

No capitalismo esse controle social está submetido a necessidade de acumular riqueza e acompanha as tendências, o antagonismo estrutural do modo de produzir a riqueza. O capitalismo utiliza de várias estratégias para efetivar esse controle podendo coexistir ações com ou sem violência. Paniago (2012, p. 86) explica que as contradições, os “antagonismos sociais não podem ser eliminados porque são ‘estruturais’[...] então são inelimináveis [...]” e que, enquanto persistir o antagonismo da relação capital *versus* trabalho, o controle do trabalho, da sociedade pelo sistema do capital tem de ser “[...] discriminatório e hierárquico [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 268). Conforme salienta Meszáros (2011), para manter a dominação do trabalho alienado foi necessário que:

No decurso do desenvolvimento humano, [que] a função controle social [fosse] alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição.

Ironicamente, porém, a tendência objetiva inerente ao desenvolvimento do capital em todas as esferas – da fragmentação mecânica do processo de trabalho à criação de sistemas automatizados, da acumulação local de capital à sua concentração na forma de um sistema mundial em contínua expansão, da divisão parcial e local do trabalho à vasta divisão internacional do trabalho, do consumo limitado ao consumo de massa artificialmente estimulado e manipulado, a serviço de um ciclo de reprodução cada vez mais acelerado da sociedade de mercado, e do “tempo livre” restrito a poucos privilegiados à produção em massa de uma bomba social, na forma de “lazer”, em escala universal [...] Aqui estamos diante da emergência de uma contradição fundamental: a contradição entre uma perda efetiva de controle e a forma vigente de controle, o capital, que pela sua própria natureza *somente* pode ser controle, dado que é constituído mediante uma objetivação alienada da função de controle, como um corpo reificado separado e em oposição ao próprio corpo social. Não surpreende, portanto, que nos últimos anos a ideia de *controle dos trabalhadores* tenha ganho importância em muitas partes do mundo (MÉSZÁROS, 2011, p. 991).

Esse controle social rígido é imprescindível para a manutenção das sociedades de classes, necessário para o desenvolvimento econômico e manutenção do controle da classe dominante. Engels (2012) explica a formação das sociedades, destacando que durante um longo período os grupos humanos desenvolveram estratégias para produzir ferramentas, domesticar animais, cultivar grãos o que possibilitou fixarem-se numa área por um período mais longo. Conforme salienta, “isso foi acontecendo aos poucos [...] o progresso, contudo, era irresistível, menos intermitente e mais célere [...] o constante crescimento da produção [...] da produtividade [...] a escravidão [...] converteu-se em elemento essencial do sistema social” (ENGELS, 2012, p. 205-207).

Com o aumento das demandas, com o crescimento da população e das transformações no modo de produzir materialmente surge a necessidade de alterar as formas de controle e ordenamento da sociedade, se constitui o Estado que brota 1) da contradição inerente e irreprimível das classes; 2) da necessidade da conquista por meio da violência de territórios; 3) requisitado sempre necessário para diluir tensões internas e externas da sociedade para garantir sua reprodução e manter a ordem (ENGELS, 2012, p. 212-213).

Esse organismo se torna responsável por garantir a reprodução da sociedade, e através do controle social exige o cumprimento de regras (administrativo-burocráticas, políticas) pelos membros da sociedade. Ao longo do desenvolvimento histórico do escravismo, feudalismo e capitalismo, o Estado

cristalizou suas principais características: agrupar indivíduos/ grupos em territórios para evitar conflitos; instituir regulamentos/ leis; operacionalizar impostos/ tributos e proteger a propriedade privada. Em essência torna-se o “[...] Estado da classe mais poderosa [...] por meio dele se converte também em classe politicamente dominante [...]” (ENGELS, 2012, p. 215). Essas características foram necessárias para assegurar o poder político do grupo que possuía o poder econômico. As esferas da economia e da política se articulam intrinsecamente na constituição do Estado nas sociedades de classe enquanto expressão do poder econômico dominante.

Na comunidade primitiva, os homens se vêm subtraídos de quase todas as oportunidades de desenvolvimento pleno (material e socialmente), garantem apenas a produção de bens materiais elementares pelo domínio da natureza, ou seja, tornam-se capazes de alterá-la substantivamente e, simultaneamente, transformar a si próprios. Desenvolve suas potencialidades de observação dos fenômenos naturais, e conseguem eleger algumas alternativas para melhorar suas chances de sobrevivência. Segundo Engels, “[...] se admitimos que o homem procede do reino animal, devemos aceitar, necessariamente, esse estado transitório” (ENGELS, 2012, p. 22), pois ele seleciona previamente a mais adequada dentre as possibilidades da natureza que pode utilizar para garantir sua sobrevivência. Assim, procura meios para efetivá-la, aventurando-se em experiências e tentativas que, processualmente, tornam ainda mais elaborada a capacidade de pensar.

Na comunidade primitiva, o trabalho inicialmente se restringiu a coleta de alimentos, isso ocorria em razão do desenvolvimento atrasado das forças produtivas, por isso os indivíduos viviam em bandos e eram nômades, necessitavam mudar constantemente em busca de coletar o que a natureza oferecia e ocupava-se muito da sua existência, fugindo de predadores e das intempéries naturais. As atividades de trabalho eram realizadas de forma comunitária, todos os que estavam aptos trabalhavam, e mesmo os que não podiam (velhos e crianças) tinham acesso ao que era produzido. Destaque-se que a propriedade, os meios de produção e o produto do trabalho, nessa sociedade, eram coletivos e a divisão do trabalho era natural/ espontânea realizada no interior da família. Todos trabalhavam e produziam os bens e usufruíam coletivamente da distribuição e consumo desses produtos. Os homens viveram na África, na Ásia e nas Américas numa vida comunitária e natural. Segundo Lessa e Tonet (2012, p.11), essas características “[...] a distingue de todas as formas de trabalho das sociedades de classes”. Num processo lento, ocorreu o

desenvolvimento da pesca; da utilização do fogo para cozimento e proteção; foram criadas pequenas e leves ferramentas para utilizar na atividade produtiva que facilitavam o transporte nos deslocamentos.

Com o desenvolvimento processual dessa sociedade ocorre a fabricação de utensílios rudimentares, a domesticação de animais e sua pele será aproveitada para proteger os homens do frio, do sol e da chuva. À medida que os indivíduos primitivos foram descobrindo novos modos de lidar com a natureza, a descoberta da semente possibilitou conseqüentemente a organização da produção a partir da agricultura e da pecuária, transformando as comunidades de nômades a sedentárias. A partir daí, outras transformações, de caráter econômico-social, foram acontecendo e alterando a vida em sociedade, a qual será marcada pela produção do excedente e dos conflitos entre grupos que irão disputar o domínio desse excedente.

Conforme visto no capítulo anterior, o que sustenta uma sociedade, o que determina a sua existência, o seu fundamento é o modo de produzir a riqueza/ os bens materiais, essa é a característica peculiar a todas as sociedades. Lessa e Tonet (2012, p. 15) destacam que a ruptura da comunidade primitiva acontece quando com: “[...] a descoberta da agricultura e pecuária (a Revolução Neolítica), a carência diminui, mas não é superada e, além disso, surge o trabalho excedente”. Os indivíduos conseguem dominar e lidar melhor com a natureza, fato que possibilitou produzir para além do atendimento das necessidades pessoais que garantiam sua sobrevivência imediata. Em outras palavras, surge o trabalho excedente e a possibilidade de acumular riqueza explorando o trabalho alheio. O advento da agricultura fez com que surgisse a opção de fixação num determinado espaço geográfico, num território e, com isso, a possibilidade de superação da obrigatoriedade de deslocamento imposta pelo nomadismo. Segundo Lessa e Tonet (2012, p. 12) com “[...] o desenvolvimento das forças produtivas pelo artesanato foi aos poucos, separando-se da agricultura e da pecuária e, poucos milhares de anos à frente, a cidade foi se distinguindo do campo”.

Essas novas bases da produção da riqueza social representará uma avanço em termos do desenvolvimento das forças produtivas, pois revelam o domínio dos homens sobre a natureza, mas ao mesmo tempo constituirá a divisão da sociedade em classes sociais e a destruição do modo coletivo de produzir a riqueza pelas comunidades primitivas. Acontece a separação dos produtores/ trabalhadores dos

meios de produção. As sociedades baseadas na exploração do trabalho alheio e na propriedade privada são denominadas sociedades de classes, as quais exigirão uma nova organização, mais complexa e capaz de defender a manutenção e reprodução social. Inauguram-se as sociedades de classe que historicamente irão disputar o controle da propriedade, do trabalho e do excedente econômico. Lessa e Tonet (2012) explicam que o

surgimento do trabalho excedente fez com que, pela exploração do trabalho alheio, se obtivesse muito mais do que pelo próprio trabalho [...] Passamos, assim, do trabalho de coleta (que funda a sociedade primitiva) ao trabalho alienado (que funda a sociedade de classes). Com esta passagem, a sociedade se dividiu em duas partes distintas e antagônicas: a classe dominante e a classe dominada (LESSA E TONET, 2012, p. 13).

É exatamente para auxiliar no controle da produção desse excedente, da propriedade, agora, privada e dos conflitos sociais, nesse contexto, que surgem as classes e o Estado. O Estado é uma instituição típica, particular das sociedades de classe, pois na comunidade primitiva não havia uma organização ou regulamentos jurídicos com essa finalidade, pois os conflitos e as disputas entre os grupos eram resolvidos pela obediência a um dado líder dos grupos/ das tribos por sabedoria ou tradição/ costumes. O modo de produção escravista, a primeira sociedade de classe, exigirá a implantação de instituições com a finalidade de controlar as relações sociais para exercer o domínio sobre a classe que produz a riqueza material e o excedente – os escravos. Esse modo de produção terá duas classes fundamentais: os senhores de escravos e os escravos, se desenvolve no mundo antigo e destaca-se nos Impérios romano e grego.

É nessa sociedade que se apresenta a possibilidade histórica de o homem (senhor de escravo) produzir mais do que o necessário para o seu consumo e da sociedade, o que tornou vantajoso escravizar outro homem e, submetê-lo ao trabalho forçado via coerção física, sem o direito de dispor livremente da própria vida, nem dos instrumentos de trabalho, apenas de uma pequena parte do produto do seu trabalho para garantir sua sobrevivência. O modo de produção escravista:

como resultado do trabalho exaustivo (forçado) dos escravos, submetido à violência física, que foram construídos estradas e pontes, diques e canais de irrigação, exploradas jazidas minerais, o que proporcionou o avanço no campo das letras e das artes.

Percebe-se que, apesar de esse desenvolvimento expressar um estágio civilizatório da humanidade, isso só aconteceu em decorrência deste trabalho escravo, propriedade exclusiva do senhor (SOUZA, 2013, p. 219).

O aumento da riqueza dos senhores de escravos acontecia de acordo com Bizerra (2016)

mediante a anexação de novos territórios, o que fazia crescer a quantidade de escravos sobre seus domínios. A principal fonte de trabalho escravo era os prisioneiros de guerra. Os campos de batalha forneciam a mão-de-obra necessária para as plantações de cereais, para os vinhedos e olivas, para serviços públicos que contavam com a iniciativa do Estado” (BIZERRA, 2016, p. 41).

Verifica-se, nesse contexto, que o aumento do número de escravos ampliou o tamanho do império, o que exigiu o crescimento do exército, tornando a manutenção do Estado inviável economicamente para os senhores de escravos. Conforme Souza:

Isso acarretou a diminuição dos salários de soldados e funcionários públicos. Insatisfeitos, o exército e funcionários públicos se rebelaram. Em decorrência aumentaram as invasões nas fronteiras, bem como a revolta dos escravos. Com essas invasões e rebeliões desorganiza-se o comércio, reduzindo o lucro dos senhores, o que dificultou o pagamento dos salários dos soldados e funcionários públicos. Desestrutura-se a economia, e com isso amplia-se a crise política e militar. O escravismo viveu, a partir desse momento, um período de grande decadência (SOUZA, 2013, p. 220).

Demonstra-se com tal narrativa que, mesmo sendo o Estado fundamental para gerir as relações escravistas, ele não conseguiu impedir a decadência da sociedade escravista, o império ruiu. Essa decadência se gesta pelo acirramento das contradições internas da própria sociedade: a riqueza dos senhores se tornou insuficiente para manter os escravos e sua subserviência incondicional, e também o exército e os funcionários públicos. A articulação entre as esferas da política e da economia se vê claramente nesse processo, comprovando historicamente a função do Estado como auxiliar a reprodução da riqueza material. Esse fundamento histórico é decisivo para entender, porque mais adiante no capitalismo

contemporâneo o Estado, ainda que altere sua forma, mantém a essência de sua função social.

É ainda na crise da velha sociedade escravista que se gesta o novo e, neste caso as protoformas do então modo de produção feudal surgem no interior do escravismo. Com a queda do império romano o escravismo foi abaixo, se tornou insustentável manter a sociedade, conforme os interesses da classe dominante através do trabalho escravo. A derruição do modo de produção escravista se dá concomitante ao surgimento de uma nova forma de trabalho denominada por Huberman (1985) de *feudus*. Nesse *feudus*, o trabalhador, através do regime de corveia, fica com uma parte do que produzia e o restante do trabalho semanal era destinado a grande produção do senhor feudal numa longa extensão de terras, que estava sob seu controle. Mesmo que em condições degradantes de exploração, os servos sobreviviam do seu trabalho, produziam nas terras dos senhores e tinham domínio de suas ferramentas. Nesta transição, impulsionada pelo aumento da produtividade que numa relação diretamente proporcional atendia aos interesses da classe dominante, surge e se consolida o modo de produção feudal no século XI na Europa. Na sociedade feudal existiram três classes sociais, sendo elas: sacerdotes/clero, guerreiros e servos. Assim como em toda sociedade de classes, alguém tem que produzir tudo aquilo que será consumido, pois como bem lembra o autor, nem tudo que se faz necessário dá em árvore, e até o que a natureza produz precisa ser semeado e colhido. Pois bem, no feudalismo a produção era predominantemente de natureza agrária, e o campo era a base desta atividade, sendo o servo/ o camponês os trabalhadores reconhecidamente quem operavam no campo. A terra era a base da propriedade privada dos meios de produção e sobre a qual se sustentava o domínio dos senhores feudais e da Igreja.

De acordo com Huberman (1985), as terras eram divididas em feudos – faixas de terras destinadas a produção agrícola -, e cada feudo tinha um senhor (o feudo não pertencia diretamente a este senhor, e sim a algum rei, porém o senhor feudal era o responsável pela terra, e administrava segundo sua vontade.). O servo, o camponês trabalhavam, mas não recebiam salário em troca (como conhecemos hoje), eles tinham direito a cultivar um pedaço de terra, cedida pelo seu senhor. Contudo, haviam regras a serem cumpridas, mutuamente, o senhor feudal não podia vender as terras ou expulsar o servo e, este, por sua vez tinha mobilidade restrita, não podia deixar o feudo. Através do trabalho servil desenvolveram-se ferramentas e

técnicas agrícolas que propiciaram o desenvolvimento das forças produtivas superior a produção no escravismo.

Destaque-se que o poder político por um período longo do feudalismo se concentrou na aldeia, sob o controle formal, hierárquico do senhor feudal que subjogava os servos, os camponeses, tornando-os dependentes à produção nos feudos, e à propriedade dos nobres. Com o desenvolvimento das forças produtivas ficou demonstrado que as terras disponíveis para o cultivo apresentavam limites intensificando a crise do feudalismo. Assim, gesta-se a perda do poder político dos velhos senhores feudais, esse poder irá se concentrar nas mãos de um rei, da monarquia que se ergue e irá constituir nacionalmente o Estado absolutista, no curso dos séculos XVI a XVIII, na Europa Ocidental. O Estado absolutista constituiu-se no período do feudalismo, consegue romper com os sistemas de propriedade e de vassalagem perseguindo camponeses, fato que contribui para eliminar as resistências ao sistema mercantilista nascente. Conforme salienta Bizerra:

O poder do Estado absolutista cumpriu rigorosamente um papel elementar. Além de preservar as condições gerais que, ao eliminar os entraves postos às relações mercantilistas, aplainaram o caminho para o triunfo ulterior do modo de produção capitalista, amorteceu os conflitos expressos, com mais nitidez, nas revoltas camponesas. O Estado absolutista constituiu-se num mecanismo coercitivo que reprimiu, repetidas vezes, o campesinato, esmagando sua resistência. A coerção político-legal que antes era de posse do senhor feudal, e que agora se concentra no estado nacional, foi utilizada para conter as insatisfações das massas camponesas e plebeias e agrilhoá-las ao seu domínio (BIZERRA, 2016, p. 49).

No feudalismo o clero e a nobreza constituíam as classes governantes/ dominantes, com ajuda espiritual e proteção militar; e os trabalhadores para garantir sua sobrevivência se viam obrigados a sustentar as outras classes da sociedade com o suor do seu trabalho no cultivo das terras. O modo de produção servil, a fixação do trabalhador às propriedades, o desenvolvimento de ferramentas dada a possibilidade para aumentar a parte que cabia ao servo da produção precisava melhorar toda a produção incidindo diretamente no desenvolvimento das forças produtivas. Estes eventos complexos acarretaram em poucas melhorias na condição da vida do trabalhador possibilitando o aumento da capacidade de reproduzir-se. O feudo agora produzia excedente, sendo necessário se estabelecer espaços para negociar os mais variados produtos, alguns trabalhadores se dedicaram a estes

momentos inicialmente de troca, escambo e com o aumento do número de trabalhadores - mesmo numa sociedade que defendia de modo apologético a imutabilidade das relações sociais - foi orquestrada pelos senhores feudais - com apoio do Estado e do clero - a expulsão dos servos das unidades feudais, sem a terra para produzir dedicaram-se e desenvolveram os processos de trocas entre os feudos e “[...] foi surgindo uma nova classe, a burguesia, cujo interesse não mais se relacionava com a utilidade do que ela comprava ou vendia e, sim, com a lucratividade do que comercializava.” (LESSA e TONET 2012, p. 22).

Essa transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu permeada de conflitos e violência, o período que marca este momento histórico é denominado por Marx (2013, p.786) de “acumulação primitiva” que “[...] não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção, conforme destacamos no primeiro item dessa dissertação. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. É neste processo que ocorre a cisão entre o produtor e os meios de produção, dele é arrancado tudo que o possibilitasse de produzir, restando apenas sua força de trabalho.

A base da sociedade feudal totalmente derruída provocou uma alteração drástica na religião, no Estado, nas relações sociais - através da violência - da expulsão do camponês da terra da desvinculação do Estado ao poder divino, caráter defendido pela Igreja através da propagação ideológica, que teve como corolário o ensinamento inquestionável da Filosofia Medieval e ao privilégio explicado como natural, dado por Deus, numa defesa apologética dos privilégios que a nobreza desfrutava na velha ordem.

A burguesia impulsionou a dissolução da sociabilidade feudal, que criou condições para surgir um novo modo de produção - o modo de produção capitalista-MPC. Herdeiro desse fundamento histórico o Estado é estrutura ineliminável no modo de produção capitalista - MPC. Foi erigido graças ao genocídio de uma parcela significativa da humanidade por intermédio da exploração intensa de sua força de trabalho na Europa industrializada, nas colônias e em guerras. O Estado moderno “repousa sobre a contradição entre a vida pública e privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares [...] se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada” (MARX, 2010 p. 60-61).

A modernidade foi forjada no aço e no sangue da exploração classe trabalhadora para alimentar a acumulação e expansão do capital. Há uma tendência conservadora de minimizar o alto custo humano e social para manutenção do sistema capitalista que é, “*em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96, grifo do autor). No capitalismo, o imperativo é o capital assimilar à sua engrenagem, ao seu funcionamento, tudo o que existe, “inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

Como sistema de controle totalizador, com poder econômico, o capital é capaz de remodelar instituições para consolidar seu poder político, os “homens de negócios querem um Estado que possam amoldar diretamente a seus próprios intuítos” (LASKI, 1973, p. 47). Com o agigantamento das tensões, dos conflitos entre classes, que tem como raiz a natureza de um sistema cuja base é a contradição, desenvolve-se o Estado como estrutura complementar especializada em tangenciar obstáculos e ameaças. O Estado moderno é complexo, funciona como complemento do sistema do capital, é

imensamente poderoso - e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *completa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais (MÉSZÁROS, 2011, p. 98) (grifo do autor).

Vê-se com a consolidação do poder econômico/ político da burguesia e com o desenvolvimento da sociedade capitalista que se amplia o domínio dos meios de produção privados, isso irá exigir o aperfeiçoamento do aparato de Estado “para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2011, p. 104). O Estado moderno tem a capacidade de administrar conflitos, gerir recursos que otimizem a capacidade de expansão do MPC e manter o controle da força de trabalho. De acordo com Holloway (1982, p. 88), “el papel cada vez más fundamental del estado es asegurar la sobrevivência y la reproducción de todo el sistema”.

Apesar de seu fundamento histórico ser o controle do antagonismo entre as classes na sociedade burguesa, o Estado não consegue e não pode homogeneizar toda a sociedade, no modo de produção capitalista, ele “[...] não é outra coisa senão

a forma de organização que os burgueses dão a si mesmo por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses [...]” (MARX&ENGELS, 2007, p.74). Esse ordenamento é plasmado com o contínuo desenvolvimento do direito privado e na burocracia em pleno movimento da burocracia judiciária, que se adapta as necessidades do mercado e que garante o zelo por leis insubstituíveis, enquanto tiverem viabilidade econômica. Conforme os autores,

[no] direito privado, exprimem-se as relações de propriedade existentes como sendo o resultado de uma vontade geral [mas] cada vez que o desenvolvimento da indústria e do comércio criou novas formas de troca (por exemplo, companhias de seguro e outras), o direito foi regularmente obrigado a integrá-las nos modos de aquisição da propriedade (MARX&ENGELS, 2007, p.76-77).

O Estado moderno implementa estratégias de produção e reprodução da ordem social que mantém a classe trabalhadora sob seu controle, conforme dito anteriormente, e com isso garante à burguesia certa zona de conforto na linha das tensões sociais.

Os processos históricos que se desdobram no poder econômico e político da burguesia ocorreram e ocorrem concomitantemente. Mészáros (2011, p. 104), esclarece que o capital alcançou a “dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno”. De modo tenso, gerenciando conflitos de toda ordem, com formas híbridas de gestão, com uma aparente dualidade.

O Estado moderno é também o grande administrador das crises no capitalismo, pois neutraliza suas manifestações mais explosivas sejam pela formatação da vida¹⁰, pela admoestação da sociedade civil¹¹, pela repressão de

¹⁰ Para Marx & Engels (2007) o desenvolvimento da sociedade civil, é *locus* da existência humana, que está articulado ao desenvolvimento histórico, num processo que também é social. E para que isso aconteça todos “[...] os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se [produzir os] meios que permitem satisfazer essas necessidades [e] uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento á adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades [e] as necessidades acrescidas geram novas relações sociais [...] Produzir a vida [é portanto] uma dupla relação: por um lado como uma relação natural, por outro como uma relação social – social no sentido que se entende com isso a ação conjugada de vários indivíduos[...]” (MARX 7 ENGELS, 2007 p. 21-23).

¹¹ A sociedade civil se caracteriza por sua permeabilidade, compostas por grupos distintos de interesses diversos, neste cenário a capacidade de penetração e ramificação dos grupos que representam e defendem os interesses do capital é proporcional à capacidade da sociedade capitalista de acumular privadamente as riquezas socialmente produzidas pela classe trabalhadora. A sociedade civil de modo intersticial vincula-se com a sociedade política e ambas estão submetidas aos determinantes econômicos estabelecendo um movimento circular com o mercado e o Estado.

grupos com tendência revolucionárias e/ou questionadores da ordem burguesa; pois se faz necessário manter as condições para a produção e reprodução da sociedade capitalista. E para isso é necessário manter sob o controle a sociedade civil que no entendimento de Marx&ENGELS (2007) é

o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado das forças produtivas. Compreende o conjunto da vida comercial e industrial [...] o termo sociedade civil apareceu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; entretanto, a organização social resultante diretamente da produção e do comércio, e que constitui em qualquer tempo a base do Estado [...] tem sido constantemente designada por esse mesmo nome (MARX&ENGELS, 2007, p. 33-34).

Para atuar na sociedade civil (e sendo ele mesmo parte da sociedade civil organizada como Estado) o Estado moderno vem sofisticando o modo de operar suas instâncias por meio da burocracia e pela adesão da camada média quanto ao rebaixamento da condição de vida da classe trabalhadora. Para isso, viabiliza, na contemporaneidade, o processo de globalização que pode ser caracterizado como “[...] sistema internacional de dominação e subordinação [...] submetendo a tudo e a todos ora como força centrípeta ora como força centrífuga, que como “[...] uma espiral para baixo que afeta o padrão de vida do trabalhador [...]” ating[e] até os países centrais promovendo uma “[...] equalização no índice diferencial de exploração[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 111). O Estado moderno necessário no momento atual tem de operacionalizar a contradição e manter o antagonismo estrutural.

A vacuidade gerada pelo avanço da globalização, com o aumento progressivo da produção de resíduos via intensificação da destruição da natureza, condição ineliminável para a manutenção da vida; e com o desemprego crônico tem gerado tensões causadas pelo anseio genuinamente humano que é questionar a desigualdade. Por isso que o Estado atua sincronizado com a base econômica, admitindo oscilar “[...] num segmento infinito de variações entre os pontos: liberal/democrático-tirano ditatorial [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p.121). Diversas formas de atuação estatal podem se desenvolver simultaneamente como um caleidoscópio

Correia explica que (2005) nessa relação, “o Estado abrange a sociedade política a sociedade civil, para manter a hegemonia de uma determinada classe sobre a outra (CORREIA, 2005, p. 7)”.

os regimes locais interagem de forma global em sincronia com as determinações econômicas. O Estado moderno tem como tendência predominante a forma democrática, com uma aparente defesa incondicional da liberdade nos países centrais e pode assumir formas autocráticas nos países periféricos.

O Estado moderno, ainda de acordo com Mészáros, é requisitado para atuar - seja através do domínio político, parlamentar, seja pelo uso da violência instituída, seja pela sofisticação dos meios para implementar a ideologia burguesa - no controle da recalcitrância da força de trabalho; sanciona a expropriação da força de trabalho; protege o domínio privado dos meios de produção, em sua estrutura jurídica; retifica quando necessário o sistema capitalista, fazendo ajustes, sem ultrapassar os limites sociometabólicos do capital, ratifica as bases estruturantes do modo de produção capitalista como necessário à reprodução da humanidade.

O entendimento da particularidade do Estado, ainda que sinteticamente exposto neste item, é condição necessária para desvendar o “terceiro setor”, setor que articula complexamente a relação entre o setor público e privado que se põe historicamente para amenizar a gravidade das desigualdades sociais, resultantes da “questão social”, conforme abordaremos a seguir.

2.3 Formas de enfrentamento da “questão social” e as origens do “Terceiro Setor”

No capitalismo a produção material, as relações sociais, as regras jurídicas se desenvolvem conforme a necessidade imanente e contínua de reprodução do capital. Nessa sociedade se entroniza o mercado e os homens e as relações entre eles se coisificam, os produtos do trabalho e os homens são reduzidos às mercadorias. A necessidade de produzir e vender mercadorias com vistas a acumulação é o pressuposto da existência do capitalismo, o qual depende fundamentalmente da exploração do trabalho assalariado. Como produto da produção de riqueza voltada para atender primordialmente os interesses da acumulação capitalista surge a “questão social”, conforme exposto no primeiro item.

A consolidação do capitalismo e a condição de pauperismo uma parcela significativa da classe trabalhadora é a realidade da sociedade burguesa. A miséria

dos trabalhadores, à época, leva-os a indignação estimulando ações violentas¹² que passam a incomodar a elite burguesa, amante dedicada da legalidade das ações sociais e que exigirá uma atuação do Estado eficiente baseada na moderna racionalidade para o controle da “questão social”. Engels explica (2010, p. 247) que a “burguesia defende seus interesses com todas as forças que pode mobilizar, por meio da propriedade e por meio do poder estatal que está à sua disposição. A partir do momento em que o operário procura escapar ao atual estado de coisas, o burguês torna-se seu inimigo declarado”.

São diversas as estratégias de combate ao pauperismo, desde o emprego da violência, da ação caritativa de instituições privadas religiosas ou da sociedade civil como também ações estatais com legislação trabalhista (fabril) para exercer o controle sobre o agravamento das expressões da “questão social”. Algumas concessões parciais às demandas dos trabalhadores são atendidas e incorporadas na dinâmica da reprodução da sociedade burguesa que tem o Estado para garantir o controle dos “males sociais”. Marx (2010) explica que

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência dos problemas sociais, procura-os ou em leis da natureza, que sem nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele, ou na ineficiência da administração, que depende dele. Assim, a Inglaterra acha que a miséria tem o seu fundamento na lei da natureza, segundo o qual a população supera necessariamente os meios de subsistência. Por outro lado, o pauperismo é explicado como derivando da má vontade dos pobres, ou, de acordo com o rei da Prússia, do sentimento não cristão dos ricos [...] todos os Estados procuram a causa em deficiências acidentais ou intencionais da administração e, por isso, o remédio para seus males em medidas administrativas [...] porque a administração é a atividade organizadora do Estado [e ele] repousa sobre a contradição entre a vida pública e a privada, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares [e] quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é expressão ativa,

¹² Engels (2010) descreve que “[...] em 37 anos, as prisões se multiplicaram por sete [enquanto] em trinta anos a população duplicou [já] a criminalidade cresceu seis vezes mais [e que] a maioria dos crimes, como em todos os países civilizados, constituem-na delitos contra a propriedade – a necessidade portanto é a sua causa[...] é impossível ler os jornais sem constatar sobre bases inequívocas, a erosão de todos os vínculos sociais[...] essa guerra, como provam as estatísticas da criminalidade, torna-se cada dia mais violenta, mais aguda, mais implacável...” essa guerra de todos contra todos e do proletariado contra a burguesia não deve surpreender a ninguém, porque ela é apenas a efetivação do princípio imanente à livre concorrência (ENGELS, 2010, p. 168-170).”

autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreender-lhes o princípio geral (MARX, 2010, p. 59-62).

O controle da “questão social” é fundamental para arrefecer as iniciativas do proletariado e inviabilizar sua reação política organizada, principalmente pelo caráter radical, revolucionário de suas lutas contra a ordem burguesa. Conforme o autor, as lutas dos trabalhadores têm a potência de serem revolucionárias e toda “[...] revolução dissolve a velha sociedade” (MARX, 2010, p. 77). Os movimentos dos trabalhadores têm possibilidade histórica, no capitalismo, de levar até as últimas consequências a oposição do trabalhador à burguesia, ao sistema do capital.

Em sociedades de classe que precederam ao capitalismo, apesar da existência da exploração do trabalho, da propriedade privada, das classes, essas sociedades eram estáticas. Havia coesão entre os estamentos, entre os grupos, as comunidades estabeleciam uma relação de complementariedade com seus pares por conta da escassez e das intempéries da natureza, a caridade acometia apenas aquelas pessoas que não podiam trabalhar. No capitalismo, a nova organização da sociedade apresenta outra característica inédita: uma parcela da população que trabalha também necessita de auxílio para sobreviver. O pauperismo no capitalismo é um fenômeno complexo, pois, contraditoriamente, está imbricado com o processo de produção e acumulação de riqueza, conforme expõe Pimentel (2012):

Quanto maior for a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Esse pauperismo se constitui naquela camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem de mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora através de diversos mecanismos de exploração e dominação, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria, isto é, da classe que produz seu produto como capital [...] os pressupostos básicos [do pauperismo] residem no caráter antagônico da acumulação capitalista, no qual se gera riqueza de uns e a miséria de outros. Portanto, a base de sua gênese é essencialmente econômica [...] o capitalismo é essencialmente dinâmico e se transforma no decorrer do seu desenvolvimento. A pauperização do trabalhador e suas expressões, como fenômenos inerentes ao modo de acumulação e expansão do capital, certamente passam por modificações em decorrência do desenvolvimento capitalista (PIMENTEL, 2012, p. 44-45).

Com a modernidade, o pauperismo alcançou um novo patamar, conforme salientado pela autora, atingindo um número maior de pessoas - os estratos mais diversos da classe trabalhadora. O pauperismo que assola a sociedade burguesa “da abundância” é diferente da pobreza que predominava nas sociedades precedentes, pois o pauperismo decorre do desenvolvimento das forças produtivas com vistas a acumulação incessante de riquezas.

As estratégias produzidas para controlar as expressões explosivas da miséria conseguem regredir o quadro de escassez das sociedades precedentes. O capitalismo conseguiu resolver boa parte dos problemas relacionados à escassez, na medida em que avança em termos do domínio e transformação da natureza, possibilitando aumentar a capacidade de produzir, estocar e distribuir produtos. No entanto, se constituirá uma nova qualidade da pobreza, com a tendência de aumento do exército industrial de reserva. O pauperismo vem acompanhado de doenças; condições insalubres no trabalho nas moradias e nas cidades, ao mesmo tempo em que são produzidos bens materiais que serão usufruídos pela classe que detém o controle privado da riqueza.

Esse pauperismo tem suas causas, portanto, nos fundamentos da lei geral da acumulação capitalista e incide nas estratégias de lutas da classe trabalhadora. E, portanto, exige a intervenção do Estado e da burguesia que reage incorporando à sua lógica o auxílio aos pobres.

Durante o período da acumulação primitiva, o combate à miséria pela burguesia era exercida através de uma prática focal, privada, orientada pela moral cristã. No capitalismo consolidado, ela utiliza da burocracia para criar instituições de beneficência. Segundo Engels (2010):

Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência [...] que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – a renúncia de seu único bem, sua aspiração a uma condição humana[...] A burguesia inglesa pratica calculadamente a beneficência, não faz nenhuma doação, considera suas contribuições atos comerciais; faz um *negócio* com os pobres e declara: Investindo em instituições beneficentes, compro o direito[...] tratem vocês de permanecer em suas tocas[...] Continuem desesperados, mas desesperem-se discretamente[...] Também em outros campos a burguesia simula um ilimitado humanitarismo, mas somente quando seu interesse o exige – por

exemplo, em sua política e em sua ciência econômica (ENGELS 2010, p. 309-311).

A desumanidade desse processo no capitalismo é orientada unicamente pela demanda incessante da acumulação, um trabalhador vale o tanto quanto ele produz lucro, assim, “[...] o mercado reduz todos os produtos da atividade humana – e todos os indivíduos – ao denominador comum: tempo de trabalho socialmente necessário. Tudo agora é resumido ao valor da mercadoria e tudo e todos não passam de mercadorias” (LESSA E TONET, 2012, p. 50).

O assalariamento submete boa parte da humanidade a um trabalho que explora todas as possibilidades do trabalhador. O ritmo da produção, a intensidade da exploração da mais valia não respeita a capacidade corpórea de quem a desenvolve, pois é determinada pela potência de uma máquina ou pelo ritmo constante e necessário para diminuição do tempo socialmente gasto para isto; seja em qualquer modelo de produção capitalista, avassala a classe trabalhadora. Cabe salientar, que:

O proletariado é a única classe da sociedade capitalista que produz o ‘conteúdo material da riqueza’ [...] todos os salários pagos em uma dada sociedade o são com a riqueza originalmente produzida pelo proletariado e, nessa medida e sentido, não apenas a burguesia, mas todas as outras classes não proletárias vivem da apropriação do excedente do trabalho proletário, seja diretamente sob a forma de mais-valia, como faz a burguesia, seja indiretamente através dos salários pagos pelo Estado ou pelos capitalistas ou, ainda, se através da renda terra (LESSA, 2011, p. 179).

A configuração do trabalho assumida no modo de produção capitalista como trabalho abstrato¹³ resulta numa atividade produtiva de caráter alienado, que extrai

¹³ Lessa (2011) explica que “[...] a relação entre o trabalho e o trabalho abstrato é, das mais ricas, complexas e diz respeito à essência do modo de produção capitalista enquanto forma histórico-particular do desenvolvimento universal do gênero humano. Confirma, de modo historicamente inédito, o trabalho enquanto categoria fundante, ainda que venha a cumprir esta sua função social se travestido pela alienação do trabalho abstrato, do assalariamento [o trabalho abstrato] ao apenas satisfazer às necessidades humanas que podem ser atendidas por mercadorias – ou seja, por apenas poderem entrar ao sistema do capital as necessidades humanas que podem ser lucrativas -, o trabalho tem que deixar de incorporar prioritariamente as necessidades humanas para atender prioritariamente às necessidades de reprodução do capital [...] Com a sua crise estrutural, o capital se torna uma força social crescentemente destrutiva – e o trabalho sob a regência do capital torna-se crescentemente alienado, desumano. Entre trabalho e o trabalho abstrato, portanto, reside parte da essência da contradição entre capital e humanidade que é o solo ontológico da possibilidade histórica da revolução (LESSA, 2011, p. 197)”. No capitalismo há uma total desconexão entre trabalho, transformação da natureza e satisfação da necessidade humana o único objetivo do trabalho no

integralmente as dimensões criativas e as energias físicas/ intelectivas do trabalhador, conforme já abordado. Produz-se um sentimento negativo em relação ao trabalho porque ele se torna apenas meio de sobrevivência, noutros termos:

A sua atividade vital é para ele, portanto apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. *Ele nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida.* [...] O que ele produz para si próprio é o salário [...]. A vida para ele, começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama (MARX 2010, p. 36, grifos nossos).

A humanidade do trabalhador, nessa condição de trabalhador, é reduzida à necessidade biológica: trabalhar para saciar a fome, para garantir sua reprodução física. Este é o limite que o capitalismo impõe ao trabalhador, não se reconhecer no trabalho que realiza, entende-lo unicamente como trabalho abstrato essa é expressão mais importante para desvendar os elementos que caracterizam o pauperismo.

É, nesse contexto, que se gestam as possibilidades de uma intervenção para manter o pauperismo a um nível que não perturbe a sociedade. Com o desenvolvimento tanto da burguesia como da classe trabalhadora que, apesar dos entraves e golpes da burguesia ao trabalhador, os trabalhadores conseguem se organizar e exercer uma força social exigindo respostas sociais e políticas para a “questão social”. O Estado passa a intervir, nesse momento, por meio de ações organizadas e institucionalizadas de caráter público, de modo racional, pragmático (em relação à lógica do capitalismo monopolista), quando:

opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista[...] entre tais condições inclui-se[...] a *preservação e o controle contínuos* da força e trabalho, ocupada e excedente[...] o Estado[...] é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente e[...] a regular sua pertinência[...] bem como instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio[...] adquiriu um cariz de *coesionador da sociedade* que, não casualmente, desempenhou funções diversionistas e ilusionistas sobre inúmeros protagonistas políticos desvinculados dos interesses monopolistas (NETTO, 2007, p. 26-27).

capitalismo, do trabalho abstrato é a mais-valia e a ampliação da produção de riqueza e reprodução da sociedade burguesa, destarte, o trabalho que funda a humanidade é desfigurado quando o trabalho abstrato concorre para desumanizar as relações com a natureza e a sociedade.

O pauperismo e seus desdobramentos sociais e políticos é uma realidade, altera o cotidiano das pessoas e se relaciona diretamente como o modo de produzir capitalista, brota da propriedade privada, do modo como é produzida e distribuída a riqueza. A base material dessa nova qualidade do pauperismo é econômica e afeta de modo explosivo as demais esferas da vida social.

Com o esgotamento do conteúdo revolucionário da burguesia e a entronização de uma teoria que fragmenta a realidade, se esvazia a análise da realidade a partir de categorias como totalidade social, historicidade. Daí o autor explica porque se afirma a necessidade de

no âmbito do pensamento conservador, a ‘questão social’ numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de *ação moralizadora*. E, em ambos os casos, o enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção*. Mais precisamente: o cuidado com as manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da ‘questão social’ sem tocar os fundamentos da sociedade burguesa [...] As vanguardas trabalhadoras acenderam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” esta necessariamente colada à sociedade burguesa [...] o pensamento revolucionário passou a identificar na expressão “questão social” uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando esse traço mistificador (NETTO, 2007, p.155-156).

Há elementos que caracterizam o pauperismo, conforme descreve Engels (2012) num longo processo, a burguesia consolida primeiro seu poder econômico e só depois seu poder político e para se tornar um força social precisou revolucionar de forma contínua as bases da produção, circulação e consumo de riqueza e de mercadorias. Marx e Engels (2008, p. 13), em 1848, já afirmavam essa dependência da burguesia para manter uma engrenagem que tudo impulsiona e absorve o que for necessário na sociedade para “[...] revolucionar constantemente os instrumentos de produção [...] as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais [...]”. Isso demonstra que há uma contraditória conexão entre a defesa da propriedade privada e a exploração da classe trabalhadora, indústria e assalariamento, máquinas e a intensificação da exploração do trabalho, a efetivação da concorrência e solidariedade entre trabalhadores, existência de trabalhadores empregados e desempregados, coerção e consenso social. Esses elementos

constituem, a nosso ver, de modo articulado e complexo, o sistema do capital na sociabilidade burguesa.

Sobre a configuração do exercito industrial de reserva, Marx (1996) explica que:

[...] o exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores [...] nesse movimento perverso, o fantasma do desemprego é o que convence o trabalhador a ser dócil, a não participar das lutas coletivas, a se submeter a uma jornada exaustiva. E nessa ciranda de atração e de repulsão de trabalhadores, determina o “[...] movimento da lei da demanda e da oferta de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital. (MARX, 1996, p. 269-270).

Com essa dinâmica, o capitalismo se consolida e junto com ele as expressões da “questão social”. Proporcionalmente se avança, por um lado em termos da acumulação de riqueza e, de outro cresce o desemprego, o pauperismo, o número de trabalhadores em precárias condições de trabalho e o exercito industrial de reserva. Essas expressões da “questão social” demonstram que o avanço das forças produtivas produz contraditoriamente riqueza e pauperismo no modo de produção capitalista, conforme expõe Marx, quando afirma que:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista* (MARX, 1996, p. 274, grifos do autor).

Submetidos a essa lei, os trabalhadores ocupados e desocupados padecem da desumanidade imposta pelo capital se percebem como classe e se organizam em lutas sociais o que irá contribuir para o reconhecimento político da “questão social” pela sociedade. E apesar do caráter conservador assumido pela burguesia para

manutenção do capitalismo, algumas demandas dos trabalhadores são incorporadas pelo Estado para não perturbar a ordem social e o bom funcionamento do mercado. Marx (1996b), explica na Lei Geral de Acumulação Capitalista que algumas demandas da classe trabalhadora são atendidas inclusive a parcela dos desempregados na medida para atenuar os conflitos e sem quebrar a amarra e que

prende o trabalhador mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefaiisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (Marx, 1996b, p. 275).

Essa condição ineliminável para a manutenção funcional da lei que rege o MPC demanda uma série de ajustes capazes de manter sob controle a heterogênea classe trabalhadora.

A racionalidade técnica do Estado passa a ser utilizada como instrumento para o desenvolvimento de um aparato de controle da classe trabalhadora com a operacionalização de práticas assistenciais como medida de integração dos trabalhadores à sociedade, com serviços e atividades desenvolvidas e executadas por tal instituição. Para além do Estado, também se verifica a iniciativa da Igreja e a livre associação de profissionais liberais para operacionalizar o controle da “questão social”. Essas ações constituem-se em resposta as inúmeras perturbações da ordem estabelecida e a miséria que expõem as pessoas às doenças física e mental, a criminalidade, ao desespero. Relata Engels (2010) que, apesar de que:

[nem] *todos* os operários de Londres vivem na miséria [...] mas afirmo que milhares de famílias honestas e laboriosas [...] encontram-se em condições indignas [como] seres humanos e que todo proletário, sem qualquer exceção, sem que a culpa seja sua e apesar de todos os seus esforços, pode ter o mesmo destino[...] os que dispõem de todo modo de um teto são mais felizes que aqueles que não o têm: todas as manhãs, em Londres, 50 mil pessoas acordam sem a menor ideia de onde repousarão a cabeça na noite seguinte [...] afortunadas são aquelas que conseguem 1 ou 2 *pence* para pagar um abrigo nos albergues noturnos[...] alguns se acomodam em asilos construídos aqui e acolá pela beneficência privada, outros nos

bancos dos jardins, quase sob as janelas da rainha Vitória (ENGELS, 2010, p. 74-75, grifo do autor).

A miséria se espalhava no mundo civilizado, degradava a humanidade, mas também trouxe a possibilidade de aglutinar a classe trabalhadora em torno de lutas de resistência, ainda que pela redução de salários e da jornada de trabalho. São reconhecidos os limites dessas lutas pontuais da classe operária, no entanto, noutros movimentos se colocam “[...] mesmo com todas as misérias que lhe são impostas, engendra simultaneamente as *condições materiais* e as *formas sociais* necessárias para a reconstrução econômica da sociedade [...] (MARX, 2010b, p. 133-141, grifos do autor)”. E essa capacidade de organização é uma ameaça a reprodução da sociedade burguesa, requisitando controle através de ações repressivas ou de convencimento.

Para Netto (2007, p. 26-27), essas ações têm como objetivo intervir de modo racional e intermitente nas expressões da “questão social” para: preservar e controlar a força de trabalho, regular as relações de trabalho, manter em nível sub humano o exercito industrial de reserva minimizando conflitos e manter sobre controle as demandas da classe trabalhadora (habitação, acesso a serviços de saúde e educação, mobilidade).

Ações sistemáticas do Estado são implementadas e incidem nas práticas caritativas¹⁴, anterior ao capitalismo, presente na filantropia¹⁵, as quais precedem o capitalismo monopolista. Portanto, ao promover a modernização dessas práticas, o Estado não consegue restringir o caráter focal e fragmentado do atendimento das demandas da classe trabalhadora. A ação privada e pública ao serem articuladas estabelece um movimento de interação e se complementam para atender as necessidades postas pela dinâmica do desenvolvimento capitalista. Netto (2007), demonstra que a articulação entre essas ações tem a funcionalidade:

de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. E, no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-político: oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como ‘social’, como mediador de interesses conflitantes. Esta resultante não se produz apenas pelo real atendimento [...] de demandas de segmentos das classes subalternas. Nela confluem vetores diferenciados. A hipertrofia

¹⁴ Do latim *caritas* que significa afeto ou estima. Que deriva de *carus* que significa agradável.

¹⁵ Do grego *philos* + *anthropos* que significa amor à humanidade.

institucional das agências estatais aparecem como uma necessidade da complexidade da gestão ‘social’, ‘arbitral’ – o que, por outro lado, credita lastro de utilidade ao parasitismo que sinalizam [...] a intervenção estatal sobre a ‘questão social’ se realiza com as características que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a ‘questão social’ como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas *particulares* [...] selecionam-se variáveis [...] na perspectiva de promover a redução de *disfuncionalidades* – tudo se passa como se estas fossem inevitáveis [...], um ‘desvio’ da lógica social (NETTO, 2007, p.31-32 grifos do autor).

Nesse cenário, a caridade é modernizada com a criação de serviços para operacionalizar a política social estatal. A ação do Estado através da política social requer a estruturação de instituições públicas e privadas e de profissionais que, por meio de uma racionalidade técnica, burocrática, atuam junto às camadas mais empobrecidas, diluindo conflitos, exortando a tolerância entre as classes para o bom funcionamento da sociedade. Essas instituições trabalham, também, no sentido de minar os polos de resistência, as estratégias de luta da classe trabalhadora. É fundamentalmente para naturalizar a ‘questão social’ e atuar para o convencimento da classe trabalhadora da sua responsabilidade pela sua condição de miséria.

Essa atuação burocrática, sistemática, constitui o germe da implementação de instituições que se ocupam com as refrações da “questão social”, instrumentalizando a iniciativa pública e privada a respeito. Segundo Netto (2007):

As estratégias (de classes) implementadas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista envolvem diferencialmente as perspectivas ‘pública’ e ‘privada’[...] Tudo indica que parece correto afirmar que se verifica uma visível dominância da perspectiva ‘pública’ quando se trata de refrações da ‘questão social’ tornadas flagrantemente massivas e especialmente em conjunturas nas quais se constata uma curva ascendente do desenvolvimento econômico; a proeminência da perspectiva ‘privada’ parece dar-se, sobretudo, em momentos imediatamente anteriores e posteriores à emergência de conjunturas críticas (NETTO, 2007, p. 37).

Esse tipo de instituição atua para apaziguar conflitos, dilui-se a percepção da luta de classes, integrando trabalhadores afetados pelo pauperismo na sociedade capitalista. Contribui para disseminar valores burgueses entre os vários segmentos

da classe trabalhadora. Vê-se que, desde sua gênese, o “terceiro setor” é constituído por grupos diversos, sejam de matriz confessional, laico, reacionário ou progressista, os quais colaboram para manter as bases conservadoras da sociedade burguesa.

Iniciativas e ações de natureza caritativa, filantrópica permanecem com a consolidação da sociedade burguesa, viabilizadas por intermédio de instituições que se especializam para amenizar as manifestações da questão social. No entanto, como bem explica Engels (2010, p. 328), a resistência “[...] que cresce dia a dia entre os operários, [demonstra] a cólera mais intensa [...]”. Isso quer dizer que, apesar do lastro conservador da ação social permanecer, constituem-se movimentos de resistência dos trabalhadores, tensionados pelo acirramento da questão social resultante das contradições da base econômica, da produção industrial, que demandará uma regulamentação, uma proteção social ao trabalho e também o acirramento da luta de classe. Apreendemos, com isso que os fundamentos históricos e material que propicia a formação do “terceiro setor”, também produz o seu contrário.

No “terceiro setor” é observada uma série de mediações resultado de um desenvolvimento das políticas sociais imbricado as configurações econômicas e sociais mais importantes de cada momento histórico.

Na transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, verificam-se grandes alterações econômicas, políticas e sociais no desenvolvimento do capitalismo. Nesse momento, aprofunda-se a articulação entre a reprodução econômica do capital e a atuação social do Estado no sentido de exercer um controle mais sistemático, racional (técnico-burocrático) sobre as expressões da “questão social”. Dentre essas grandes mudanças, destacamos a emergência de políticas sociais que atuam, vinculadas intrinsecamente ao Estado, sobre os processos de reprodução da força de trabalho para evitar o acirramento das desigualdades, dos conflitos sociais e, assim, garantir a expansão dos processos de acumulação do capital nos monopólios.

As políticas sociais desenvolvidas no capitalismo monopolista a partir do final do século XIX, mas fundamentalmente no século XX, atuam sobre as expressões da “questão social” - as condições precárias de trabalho e de vida da classe trabalhadora e de sua família submetidos ao pauperismo. As formas iniciais dessas

políticas sociais públicas englobavam ações pontuais da organização de algumas categorias de trabalhadores. Behring & Boschetti (2011) explicam que

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimentos das forças produtivas e das composições de força no âmbito do Estado [...] Em meados do século XIX, os trabalhadores organizaram caixa de poupança e previdência (sociedades de mutualidade) como estratégias de fundo de cotização para fomentar a organização operária e mante os trabalhadores em greve [...] Essa forma de solidariedade de classe, contudo, foi completamente desvirtuada na Alemanha, quando o governo do chanceler Otto Von Bismarck instituiu o primeiro seguro-saúde obrigatório em 1883 (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 64-65).

Essas ações pontuais das políticas sociais atenderam parcialmente demandas de categorias de trabalhadores que ocupavam posições estratégicas na produção da riqueza. As autoras salientam que as contradições decorrentes do desenvolvimento do capitalismo monopolista aumentam com a expansão dos processos de acumulação, pela configuração das expressões da “questão social” e pelo avanço mundial do movimento socialista de trabalhadores. Esse contexto trará, portanto:

implicações para a política social [pelo] crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços públicos e sociais importantes [com] a vitória do movimento socialista em 1917, na Rússia [e segundo] pela concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais (BEHRING & BOSCHETTI, 2011, p. 67-68).

As formas de intervenção da política social sobre a “questão social” no capitalismo contemporâneo, no século XX, são reformuladas e generalizam-se nos países centrais do MPC, consolidando direitos sociais e políticos e promulgando um consenso entre as classes. A preservação da reprodução da classe trabalhadora passa a ser “função de primeira ordem” da ação social do Estado, com isso aquelas formas coercitivas de controle do trabalho, presentes no capitalismo concorrencial, são arrefecidas. No entanto, algumas ações continuam ainda atendendo necessidades imediatas de segmentos precarizados da classe trabalhadora. A função econômica primordial de garantia dos processos de acumulação, valorização

do capital no desenvolvimento da sociedade burguesa mantém-se para evitar os conflitos sociais. Netto (2007) explica que

no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou a necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio [...] dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista [devendo] legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e de legitimação sócio-política, mediante a generalização e institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que segura o seu desempenho (NETTO, 2007, p. 26-27 *grifos do autor*).

Essa reformulação não aconteceu de forma mecânica, ao contrário, se deu através de processos atendendo as especificidades, paradigmas e articulado ao amadurecimento da luta de classe de cada região nos países centrais. Esses eventos acompanham o desenvolvimento do capitalismo de acordo com Netto (2007),

“[...] a transição ao capitalismo do monopólios realizou-se paralelamente a um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto de trabalhadores – é inclusive, em quase todas as latitudes, simétrico ao aparecimento de partidos operários de massas [...] as demandas econômico-sociais e políticas imediatas postas por todo este processo reivindicativo e organizativo macroscópico não vulnerabilizaram a modelagem da ordem econômica do monopólio, ainda que a tenham condicionado em medida considerável. Antes, ao absorvê-las, o poder político que o expressa adquiriu um cariz de coesionador da sociedade que, não casualmente, desempenhou funções diversionistas e ilusionistas sobre inúmeros protagonistas políticos desvinculados dos interesses monopolistas (NETTO, 2007, p. 27, *grifos do autor*).

A manutenção da produção do MPC exige o controle da reprodução da classe trabalhadora pelo Estado, no capitalismo monopolista, tem o predomínio das políticas sociais públicas, diferente de contextos anteriores em que ações privadas

de controle dos problemas sociais auxiliavam as ações do Estado no desempenho de sua função de “coesionador da sociedade”. De acordo com Netto (2007)

Está claro que as estratégias (de classes) implementadas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista envolvem diferencialmente as perspectivas ‘pública’ e ‘privada’ do enfrentamento das sequelas da ‘questão social’. Tudo indica que parece certo afirmar que se verifica uma visível dominância da perspectiva ‘pública’ quando se trata de refrações da ‘questão social’ tornadas flagrantemente massivas e especialmente em conjunturas nas quais se constata uma curva ascendente do desenvolvimento econômico; a proeminência da perspectiva ‘privada’ parece dar-se sobretudo em momentos imediatamente anteriores e posteriores à emergência de conjunturas críticas (NETTO, 2007, p. 37)

De todo modo, a “perspectiva pública” das políticas sociais desenvolve-se articulada as ações sociais privadas e entre elas há “[...] uma laço de complementaridade [em que] a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada [...]” (NETTO, 2007, p. 38) legitimando a sociedade burguesa. As políticas sociais intervêm, portanto, nas expressões, sempre particulares, da “questão social” sem resultar em alterações estruturais de sua configuração, por isso que a função do Estado, por intermédio da política social, apenas administra, gerencia as sequelas da “questão social”,

fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a ‘questão social’ como problema configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/ trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas *particulares* [...] selecionam-se variáveis cuja instrumentação é priorizada segundo os efeitos multiplicadores que pode ter na perspectiva de promover a redução de *disfuncionalidades* - tudo se passa como se estas fossem inevitáveis ou como se originasses de um ‘desvio’ da lógica social (NETTO, 2007, p. 32 grifos do autor).

Destarte, a política social ao atuar sobre fenômenos particulares seleciona variáveis atuando para reduzir determinadas disfunções sociais, consequentes do desenvolvimento capitalista. As políticas sociais por excelência não conseguem intervir sobre a problemática social numa perspectiva de totalidade, o que irá particularizar sua função, sua natureza até os dias atuais. Elas cumprem o papel de

acompanhar os contornos assumidos pelo MPC no seu estágio de desenvolvimento monopolista para evitar o acirramento dos conflitos sociais.

As políticas sociais tendem a diversificar suas estratégias a depender da capacidade de expansão (que ocorreu no período imediatamente posterior a Segunda Guerra Mundial) ou retração da valorização do capital (momento vivenciado nos governos que assumiram as prescrições neoliberais). Outra característica importante da política social é se adequar as necessidades locais de um país, em que estão sendo desenvolvidas suas ações, as quais sempre podem ser replicadas onde for necessário.

O “terceiro setor” assume particularmente características diferenciadas no capitalismo monopolista em termos da intervenção sobre as expressões da “questão social”, pois, articula complexamente a perspectiva pública das políticas sociais com a dimensão privada. No entanto, ele está alinhado à necessidade premente do capital de manter a reprodução social mínima da força de trabalho.

No capítulo seguinte, damos destaque aos contornos da crise estrutural do capital nos anos de 1970, do processo de reestruturação capitalista em 1980, contexto em que se configura a estruturação, crescimento e consolidação do “terceiro setor”.

3 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E AMPLIAÇÃO DO PADRÃO DE INTERVENÇÃO SOCIAL “TERCEIRO SETOR”

O surgimento e ampliação do “terceiro setor” na sociedade contemporânea vêm responder à crise estrutural do capital dos anos de 1970, expressando uma das estratégias burguesas para conter a crise no contexto da reestruturação capitalista. Reestruturação que configura uma série de alterações nos padrões produtivos, nas formas de acumulação da riqueza e na esfera política com a concretização do neoliberalismo visando controlar e mistificar a gravidade das desigualdades sociais, mas, sobretudo recuperar a queda tendencial da taxa de lucro do capital. Tais determinações histórico sociais do capitalismo contemporâneo e de seu processo de reestruturação exigiram que os teóricos burgueses imprimissem uma arrojada racionalidade capitalista a qual irá apregoar, a partir do culto ideológico do terror e da insegurança produzido pela crise, uma caótica sociabilidade em que os trabalhadores precários, os desempregados e desvalidos constituem inimigos públicos da garantia da ordem, uma ameaça à reprodução da sociedade.

A estruturação do “terceiro setor” emerge, portanto, para disseminar um conjunto de ideias, ações econômicas e políticas que desresponsabilizam o Estado e segmentos capitalistas do agravamento das desigualdades sociais e da pobreza. Os períodos de ampliação da atuação das instituições do “terceiro setor” correm de forma simultânea com o retraimento das políticas públicas sociais com o deslocamento dos recursos do Estado, principalmente ao se tornar o financiador do “terceiro setor” e das iniciativas privadas de prestação e/ou operadores de serviços sociais.

Termos como sociedade civil, solidariedade, comunidade, associativismo, participação social usualmente ensejados em movimentos sociais recentes e pelo “terceiro setor”, principalmente na América Latina, são utilizados por vários segmentos da sociedade burguesa em defesa do capitalismo tendo como potência a capacidade de convencer indivíduos, grupos sociais para a defesa de demandas para a manutenção da ordem burguesa com ações pessoais e/ou no máximo ações comunitárias para melhoria das condições de vida. Descaracterizam-se as dimensões de solidariedade, de coletividade, típicas dos movimentos operários que se assentam na perspectiva coletiva de classe.

Assim, neste capítulo, destacamos os elementos que configuram essa grotesca realidade, para que possamos explicitar os determinantes do “terceiro setor”. Abordamos aspectos da crise estrutural capital de 1970 e da reestruturação produtiva dos anos de 1980, 1990. Por fim, expomos o terceiro setor com seus elementos fundamentais, características, potencialidades e limites em responder as expressões da questão social.

3.1 Crise estrutural do capital, reestruturação produtiva e consolidação do “terceiro setor”

A vida na contemporaneidade persegue a velocidade da tecnologia da informação e com a combinação crise estrutural do capital e reestruturação produtiva novos desafios são postos para a humanidade. Alterações produzidas pelas ciências naturais no campo da química, física, informática, robótica, etc., vem desencadeando novos moldes de interagir entre os indivíduos. A internet, as mídias sociais têm tornado o acesso informação quase instantâneo.

O velocidade do avanço tecnológico e a profundidade desigualdade social parecem grandezas equivalentes o crescimento de ambas vem alterando o modo de viver das pessoas, afetando as relações sociais e a vida em todos os aspectos. A humanidade conquistou uma enorme capacidade de produzir riqueza e a miséria ainda não faz parte de um passado sombrio, como se queria no passado expansionista quando era possível de acordo com Mézáros (2011, p. 92) varrer para os países periféricos as contradições e reinava a “prosperidade” nos países centrais. Nesse contexto, se desenvolve a crise estrutural que expõe a relação de

complementaridade entre os desdobramentos econômicos, sociais e políticos, demonstrando o Estado como *locus* estratégico de manutenção da ordem burguesa para promover alterações no cotidiano do trabalho, da vida doméstica, da política, de todo tecido social.

Mudanças que tem como corolário a crise estrutural do capital são percebidas pela urgência da implementação de reformas que tem como objetivo reverter a queda tendencial da taxa de lucro, restringir direitos e derruir a oferta de políticas públicas e sociais. Em sua obra Mészáros (2011) explica que a crise estrutural afeta o cerne da reprodução do capital (produção, circulação, consumo); tem caráter universal, atingindo quase que simultaneamente todos os países do globo, com manifestações severas não só na periferia do mundo capitalista, mas nos países centrais; vem se caracterizando de forma rastejante e duradoura. Conforme explora o autor, estamos submetidos a uma crise “[...] que se estende por toda a parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais de sobrevivência humana [...]” (MÉSZÁROS, 2011b, p.129).

Em tempos de acirramento das contradições do sistema do capital, a crise estrutural e seus desdobramentos atingem diferentes dimensões da vida social, numa escala de tempo longa que dificulta a intervenção de instrumentos eficazes para minimizar suas manifestações mais explosivas. Sua profundidade e desenvolvimento vêm tendencialmente, provocando o agravamento da luta de classes e, ao mesmo tempo, expressando o ataque de segmentos capitalistas às lutas dos trabalhadores/ da classe operária e dos movimentos sociais. Mészáros (2011b) esclarece que

Capital e contradições são inseparáveis [...], [ele] consegue manipulá-las aqui e ali, mas elas voltarão como uma vingança. Contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete indefinidamente, porque o carpete, agora, está se tornando uma montanha (MÉSZÁROS, 2011b, p 132).

Com a crise estrutural as contradições se ampliam em face da complexidade dos componentes econômicos, sociais e políticos que determinam sua eclosão. No entanto, os instrumentos que vêm sendo implementados para controlar a crise vem se mostrando ineficientes, tornando evidente o esgotamento da possibilidade progressista do capital. E cada vez mais o capital vem agindo de forma perversa,

subordinando todas as formas de vida, todo o ecossistema/ a natureza, todas as necessidades humanas à sua reprodução na sociedade burguesa, sobre isso Mézáros (2011) nos alerta que os “[...] seres humanos são, ao mesmo tempo, absolutamente necessários e totalmente supérfluos [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 801). Necessários como força de trabalho para produzir mercadorias e desnecessários quando não conseguem ser produtivos para constituir ativamente a relação capital.

Nesse cenário todas as engrenagens, que constituem a sociabilidade burguesa, demandam alterações que comportem simultaneamente a necessidade inerente de expansão e acumulação de capital e, que o capital não se ocupe apenas em substituir “[...] as válvulas de escape vigentes [...]” (PANIAGO, 2012, p. 56). São impostas alterações em todos os aspectos da vida, nas relações entre capital x trabalho, nas relações pessoais, na forma de explorar o meio ambiente.

O mercado, nesse contexto de crise, pressiona o Estado em suas esferas política, parlamentar, administrativo-burocrática, jurídica, para reverter a queda tendencial da taxa de lucro o que implica potencializar a concorrência entre industriais, banqueiros e comerciantes e condicionar o preço das mercadorias a um valor socialmente determinado nesta concorrência. Isso pode ocasionar um movimento senoidal em que ora há superlucro, ora taxas de lucros niveladas. Nesse processo de crise estrutural se evidencia que o capital atingiu o seu “[...] zênite contraditório de maturação e saturação [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 95), expondo os seus defeitos estruturais. O sistema do capital só é compatível com ajustes limitados que não perturbem a dinâmica expansiva da produção e da acumulação privada da riqueza.

Os defeitos estruturais salientes em momentos de crise evidenciam as fissuras entre a produção e seus principais nexos – controle, consumo e circulação – e essa tríade pressiona o movimento reprodutivo de um sistema voltado para acumulação de riqueza. Mézáros (2011) explica que a produção está isolada do controle e persegue resultados “[...] diametralmente opostos [...]”; a produção estimula e instiga um consumo irracional que alavanca uma “[...] desumana negação de necessidades elementares¹⁶[...]”; produção e circulação fomentam a necessidade

¹⁶ Necessidades básicas, negadas em quase todo o mundo há pessoas que acessam com dificuldade comida e água, no relato do dramático livro de Ziegler (2012, p. 11) a “[...] destruição anual de dezena de milhões de homens mulheres e crianças pela fome constitui o escândalo do nosso século [...] uma criança que morre de fome é uma criança assassinada.” Ainda de acordo com o autor grandes carteis tem total poder de decisão de alguns setores do mercado (p. 118) seu livro demonstra a tirania que

do domínio global do mercado exercido de modo tirano por gigantes do mercado, “[...] sujeitando a força de trabalho da humanidade em todo o globo[...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 105). Há também que se considerar que a dinâmica da totalidade social confere uma singularidade nesse sistema de relações complexas na sociedade capitalista.

De modo imbricado, a reconfiguração da base econômica (produção, circulação e consumo), na totalidade social – complexifica, degrada as relações sociais, a reprodução ideológica e desregulamenta o trabalho protegido e o emprego seguro. Essas alterações, resultantes da implementação da produção flexível, modificam significativamente a redução do trabalho socialmente necessário, a curto prazo maximiza os lucros e, inevitavelmente, a médio e longo prazo concorre para a tendência da queda da taxa de lucro.

A reestruturação produtiva, resposta à crise estrutural do capital, incide, sobretudo, no acesso ao trabalho e as condições de reprodução da classe trabalhadora, cresce vertiginosamente o desemprego, ocorre a retração da ação estatal com transferência de recursos públicos para uma gestão privada, que só disponibiliza mínimo de recursos num viés de caritas, o influxo da ação sindical ora ocasionado pela repressão, ora pelo cooptação, exacerbação do individualismo. Tais fatores intensificam as manifestações da “questão social”. Neste cenário o MPC aprisiona a humanidade e determina de acordo com suas necessidades de expansão o nosso modo de vida.

A profundidade da crise estrutural do capital, já explicitada, demanda do próprio capital a reestruturação da sua base econômica, das formas de acumulação, da esfera produtiva e da ação do Estado o que, conseqüentemente afetou as relações sociais e ideológicas, as condições e relações de trabalho. A estratégia neoliberal e a proposta da produção flexível, nesse contexto de reestruturação capitalista, correspondem, ao esforço de ajuste do sistema para tentar reverter a

opera o mercado em que “[.. alguns setores de transformação e da comercialização de produtos agrícolas mais de 80% do comércio e um determinado produto se encontram nas mãos de uns poucos oligopólios [...] ‘seis sociedades concentram cerca de 85% do comércio mundial de cereais; oito dividem cerca de 60% das vendas mundiais de café; três controlam mais de 80% do comércio mundial de bananas’ [...] senhores oligarcas controlam o essencial do transporte dos seguros e da distribuição dos bens alimentares [...] ‘das sementes aos insumos, da estocagem à transformação e à distribuição [...] eles ditam leis para milhões [...] sejam agricultores na Beauce ou pequenos proprietários [...] essas empresas controlam a alimentação no mundo.” Esse controle garante a capacidade de pressionar mercados e governos locais, no âmbito dos preços e na flexibilização de legislações ambientais e trabalhistas, tudo gira em torno da viabilidade operacional dessas gigantes empresariais.

queda tendencial da taxa de lucro. Contudo, implica exploração do trabalho via intensa extração da mais-valia relativa, do incremento do trabalho temporário, subcontrado, informal e polivalente que, segundo o autor, permitem que: “... sistemas de trabalho alternativos [possam] existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permitam empreendedores capitalistas escolh[erem] à vontade...” (ANTUNES, 2010, p. 30).

As determinações do neoliberalismo¹⁷, da reestruturação produtiva mundialmente têm desdobramentos significativos, que refletem no Brasil com o crescimento vertiginoso dos índices do desemprego, da retração da ação estatal em termos das políticas públicas para atender demandas do capitalismo em tempos de crise estrutural. Isso implica transferência de recursos públicos para a gestão privada de serviços sociais, o controle via sindicato da resistência política de trabalhadores, ação repressiva e/ou pela cooptação de lideranças da classe trabalhadora e exacerbação do individualismo burguês. Em tempos de crise, se faz necessário o incisivo controle do capital sobre o trabalho, processo que demonstra a reinvenção e adaptação do sistema às suas necessidades imanentes de acumulação, sorvendo tudo para sua engrenagem. O capital,

não é simplesmente uma ‘entidade material’ – também não é [...] um mecanismo racional controlável [...] mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico* [...] escapa a um significativo grau do controle humano [...] até o presente, de longe a *mais poderosa* – estrutura ‘*totalizadora*’ de controle [...] que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios interesses de viabilidade [...] sempre a favor dos fortes contra os fracos (MÉSZÁROS, 2011, p. 91 grifos do autor).

A complexidade do sistema do capital, conforme salientado acima, aprisiona a humanidade e determina de acordo com suas necessidades de expansão o modo de

¹⁷ Temos como hipótese que o projeto neoliberal é mais uma estratégia do capital frente ao que supomos ser uma crise estrutural que a sociedade burguesa vem enfrentando desde os anos de 1970, esta crise tem características peculiares e se difere daquelas conferidas ao ciclo do capital. E acompanha determinações necessárias para a manutenção do capitalismo, Montaño e Duriguetto (2012) assim definem o projeto neoliberal “[...] constitui a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital – em face da crise, do avanço científico e das lutas de classes que se desenvolveram no pós-1970, e que se desdobra basicamente em três frentes: a ofensiva contra o trabalho (atingindo as leis e direitos trabalhistas e as lutas sindicais da esquerda) e as chamadas ‘reestruturação produtiva’ e ‘(contra) reforma do Estado’ (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2012, p. 193)”.

produzir e acumular riqueza e também a reprodução da vida social. Destaque-se que após “[...] um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 1970, começou a dar sinais de um quadro crítico [...]” (ANTUNES, 2005, p. 29). Essa realidade crítica demandou medidas corretivas e de ajustes para garantir a reprodução desse sistema. Além dessas ações corretivas, os capitalistas e o Estado tiveram que drenar movimentos de tensão social para apaziguar os ânimos por meio da convergência de políticas sociais. Verifica-se historicamente que

as estratégias (de classes) implementadas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista envolvem diferencialmente as perspectivas ‘pública’ e ‘privada’ do enfrentamento das sequelas da ‘questão social’ [...] a proeminência da perspectiva ‘privada’ parece dar-se sobretudo em momentos imediatamente anteriores e posteriores à emergência de conjunturas críticas [...] não temos invariavelmente uma sequência regular [...] quando a intercorrência de agudas refrações da ‘questão social’ com rápidos processos de mobilização e organização sócio-política das classes subalternas sinaliza possibilidades de ruptura da ordem burguesa (NETTO, 2007, p. 37).

Esta possibilidade de ruptura no capitalismo contemporâneo torna-se mais distante em face do cenário caótico, com a agudização das refrações da ‘questão social’ em que se demonstra a hegemonia tirânica do capital no sentido de empreender ofensivas para inovar e reorganizar suas estratégias econômicas, políticas e ideológicas para manter sua dominação e exercer o controle social e neutralizar a organização da classe trabalhadora na luta de classes. Destarte, é importante salientar que as inovações do universo fabril implementadas por Henri Ford e as estratégias econômicas desenvolvidas por John Keynes foram requeridas num momento do desenvolvimento capitalista em que predominou a “[...] dominância da perspectiva ‘pública’ [...] especialmente em conjunturas nas quais se constata uma curva ascendente do desenvolvimento econômico [...]” (NETTO, 2007, p.37).

Na década de 1970, ao contrário dessa curva ascendente, o processo de acumulação de capital despencou com a emergência da crise estrutural, demonstrando que a dinâmica contraditória do capitalismo é marcada por períodos de prosperidade e momentos de crises (cíclicas e estrutural). Antunes (2005, p. 29) explica que depois de “[...] um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos de 1970, começou a dar sinais de um quadro crítico [...]”. Contudo, essa

crise, em particular, distinta das demais, esgarça os limites reprodutivos do capital, explicitando a sua incontrabilidade, conforme explicado anteriormente a partir de Mézaros. Ainda no esteio do pensamento de Antunes (2005) a queda tendencial da taxa de lucro, provocada pela redução drástica do consumo de mercadorias (crise de superprodução), o esgotamento do padrão taylorista fordista, o desgaste do *Welfare State*, a hipertrofia do sistema financeiro, a precarização das condições de trabalho e de reprodução social resultantes do desemprego estrutural configuram as expressões materiais, sociais da crise, as quais demonstram o quanto a classe trabalhadora é afetada fundamentalmente com a crise.

Em termos econômicos, a reestruturação capitalista - tentativa de reversão da crise – requisita a fusão de monopólios, a retração dos investimentos públicos nas políticas sociais e a privatização massiva das empresas estatais nos anos 1990/2000, a adoção da produção flexível, com o advento do toyotismo com alterações significativas no modo de produzir, nas formas de gestão (terceirização) e nas relações de trabalho (trabalho temporário/ subcontratado/ domiciliar/ informal).

Gounet (1999) afirma que sempre a classe trabalhadora é afetada quando o capital entra em crise e que, em geral, nesse contexto de crise, se operacionalizam alterações nos métodos ou modelos gerenciais. É com o exaurimento do fordismo que se desenvolve a produção flexível, base da reestruturação produtiva, a qual tem como características marcantes: a produção cadenciada pela demanda que incide no ritmo e fluxo da produção; o combate ao desperdício combinado com a limitação do tempo impondo um ritmo de fluidez, com isso se reduz custo na estocagem, na produção e no transporte; a flexibilização do trabalho. Além disso, a máquina dá os parâmetros do ritmo do trabalho; padroniza-se a linguagem e a sinalização para que a comunicação seja rápida e eficiente; produzir pouco, mas diversificando na variedade dos produtos.

Essas alterações gerenciais e produtivas permitem o aumento do controle da produção, do trabalho diminuindo aparentemente a coação típica da era fordista, dissimula-se o domínio sobre o trabalho com as diversas práticas gerenciais que apelam para o autocontrole do trabalho na perspectiva de produzir um consenso. Num movimento onde organização do trabalho (padronizada na e entre empresas); acumulação coordenada (com sincronia entre produção e consumo) e regulação (que extrapola os limites físicos da empresa condicionando hábitos em toda a classe trabalhadora) se articulam e fomentam maior eficácia, inovações. Esse ambiente de

aparente parceria e eliminação do antagonismo de classe requisita do trabalhador ser polivalente e colaborador na gestão. Para Gounet (1999, p.78) com essa proposta de “novo” pacto social é uma “[...] mistificação reformista de que o capitalismo pode ser democrático e não agressivo. Porém tal proposta, que inunda a literatura social-democrata, opõe-se à realidade capitalista” e o que se reproduz e avassala toda a humanidade é o aumento da intensidade da exploração do trabalho e a fragmentação da luta de classes.

A resposta de segmentos econômicos e do Estado à crise se concretizou na reestruturação capitalista através de um conjunto de ações que habitamos denominar neoliberalismo. A ofensiva neoliberal implementou mudanças significativas no aparato estatal por intermédio das privatizações, evocou o empreendedorismo, desregulamentou direitos sociais e trabalhistas, bem como iniciou um processo de criminalização dos movimentos sociais que reagiram à precarização das condições materiais de trabalho e de vida e a fragmentação de classe. Essa ofensiva direta ou indiretamente foi realizada para conter os elementos que ameaçassem a retomada dos patamares necessários à expansão dos índices de lucratividade, produtividade e acumulação capitalista.

Os países centrais, pela urgência do incremento da produção flexível no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, passam a operar com estruturas físicas nômades e montam suas linhas de produção em países periféricos com legislações trabalhistas, ambientais e proteção social débeis, que corroboram para revigorar relações de trabalho análogas a escravidão. Antunes (2005, p. 44) anuncia, à época, que: “[...] as forças do capital conseguiram reorganizar-se, introduzindo novos problemas e desafios para o mundo do trabalho, que se viu em condições bastante desfavoráveis [...]”. Num processo intenso com alterações significativas como, a flexibilização e precarização do tempo e do espaço do trabalho, incremento mas técnicas de gestão, apelo midiático para a adesão da classe trabalhadora aos motes do empreendedorismo, uso da meritocracia como vetor da concorrência entre trabalhadores e trabalhadoras.

Assim, nesse complexo processo, as duas classes – burguesia e proletariado - com interesses diametralmente opostos se movimentam na reprodução do sistema a partir de condições diversas. A burguesia irá desenvolver estratégias de controle com alterações significativas no padrão de acumulação e de produção, que implicará perdas severas *para os trabalhadores* como a derruição de direitos trabalhistas

historicamente conquistados, o desemprego, a precarização das condições de trabalho e de reprodução social quanto a desarticulação do movimento classista organizado dos trabalhadores. O incremento da produção flexível incide diretamente na reprodução da vida material e social da classe trabalhadora.

O investimento de segmento capitalista (produtivo industrial) ora se expressa em ações de controle diretamente coercitivas, ora por estratégias de convencimento dos trabalhadores de que a crise é possível de ser revertida via sua adequação às mudanças tecnológicas (microeletrônica, informática, tecnologia da informação), possibilitadas pela produção flexível, quanto pela sua aceitação de que as estratégias atuais de controle do capital sobre o trabalho (terceirização, programas de controle de qualidade e de qualidade de vida no trabalho) são imprescindíveis. A burguesia também consegue capturar subjetivamente a classe trabalhadora, quando salienta a gravidade da crise, do desemprego e dá destaque aos riscos e incertezas do mundo contemporâneo, daí apela e exige o envolvimento ativo dos trabalhadores nos programas que incentivam o empreendedorismo, a formação de organizações do terceiro setor, da economia solidária e das cooperativas. É nesse campo que nosso objeto se movimenta - as organizações do “terceiro setor” - expressando uma forma de controle do capital que aparece como organização social produtiva (unidades produtivas) ou não, destacando-se como uma alternativa de trabalho, sob o comando voluntário dos trabalhadores.

Dada essas formas de gestão e controle do trabalho que a produção flexível enseja na contemporaneidade, o avanço da informalidade, do empreendedorismo, das cooperativas e do apelo da solidariedade dos indivíduos tem uma clara intencionalidade que, além de propiciar economicamente ganhos efetivos para o capital, mascara a exploração intensa do trabalho provocada pela reestruturação produtiva, fragiliza o debate sobre o antagonismo de classe, fundante da sociedade burguesa, e fragmenta a organização política do proletariado.

Nesse cenário de crise e de reestruturação capitalista, a configuração do “terceiro setor” como estratégia da classe dominante caracteriza-se pela: 1) subordinação do erário público à gestão privada; 2) sensibilização da população que utiliza os serviços para construir um grande pacto social entre classes; 3) derruição dos direitos trabalhistas por meio de contratações da equipe de forma flexível, temporária, voluntária, por projetos, entre outras formas, visando alterar a atuação

profissional nas mais diversas áreas. Tais características ensejadas pelo “terceiro setor” no cotidiano das relações sociais reafirmam o

capital enquanto uma relação global que não tem limites para a sua expansão configura-se como um sistema ontologicamente *incontrolável* [...] bandeira que o neoliberalismo colocou nas mãos dos trabalhadores, ao contrário do que propunha o Manifesto do Partido Comunista – ‘Proletários de todos os países uni-vos’ – sugere: ‘Proletários de todos os países, suprimam mutuamente vossos empregos e condenem-se reciprocamente ao desemprego à redução de salários’ [...] a informalização do trabalho, longe de ser indicativa do trabalho voluntário [...] amplia o campo da exploração, pois as relações informais estão se expandindo [...] (TAVARES, 2004, p.114).

Verifica-se que o “terceiro setor” se gesta/ se amplia no modo de produção capitalista para consolidar interesses da classe dominante, tem como substrato a imbricação entre relações sociais públicas e mercado, visando construir um discurso que envolve as iniciativas da “sociedade civil organizada”. Aparece na realidade como se estivesse isento das determinações do neoliberalismo, o qual incentiva a concorrência, o individualismo e a flexibilidade para ampliar a condição de indivíduos e produtos efêmeros, descartáveis, reduzindo a relação de igualdade e liberdade ao consumo de mercadorias de qualquer natureza. É uma estratégia conservadora para controlar a classe trabalhadora. Eficaz para adestrar a população para aceitar como natural o desenvolvimento cada vez mais eficiente das forças produtivas, em detrimento de uma parcela da humanidade com o fomento do avanço de relações individuais/ privadas que respondem às demandas sociais via práticas solidárias, num contexto em que grande parcela da humanidade é subtraída das mínimas condições de sobrevivência. Tais elementos serão explorados a seguir.

3.2 “Terceiro setor”: face social do capitalismo contemporâneo?

Na realidade contemporânea, marcada por um conjunto de exigências postas pela reestruturação capitalista, conforme explicitado anteriormente, constituem-se estratégias da classe dominante que consolidam o “terceiro setor” e refuncionalizam ações sociais. O “terceiro setor” fundamenta-se numa concepção de mundo que evoca práticas caritativas, solidárias para responder as desigualdades sociais,

desconsiderando-as como subproduto da relação que se estabelece entre as classes antagônicas e o desenvolvimento econômico no capitalismo.

Os impactos da crise estrutural, da reestruturação produtiva na realidade exigem que o Estado e segmentos da classe dominante atuem nos efeitos mais agudos que avassalam o cotidiano da vida dos trabalhadores, de desempregados os quais podem produzir conflitos com tendências explosivas, que se agravam substantivamente na crise estrutural do capital. Paniago (2012) explica que as formas autoritárias de controle da crise têm um efeito temporário na estrutura da sociedade burguesa, pois:

A mera força não pode ser o elemento principal de garantia da dominação do sistema; pode ser, e sempre que necessário é, usada circunstancialmente, e pode até trazer 'sucessos de curto prazo' [...] A crescente utilização de meios autoritários para impor sua dominação é mais uma manifestação de sua crise que afirmação de sua energia. Os problemas estruturais do sistema do capital 'requerem uma intervenção positiva no próprio problemático processo produtivo para enfrentar suas contradições perigosamente crescentes' [...] Qualquer tentativa de uso da força permanente só pode resultar em sucessos temporários para o sistema do capital (PANIAGO, 2012, p. 61).

Como os métodos de opressão são insuficientes para auxiliar a reprodução da sociedade burguesa e atenuar esses conflitos, na atualidade, são recriadas instituições de caridade, de filantropia, de caráter privado e apela-se ao voluntariado. Essas práticas se desenvolveram ao longo do capitalismo, subordinadas em geral a preceitos religiosos; em períodos anteriores ao capitalismo eram predominantemente ações sociais difusas e amadoras. Essas instituições que hoje atuam, inseridas e funcionais a engrenagem do desenvolvimento capitalista, tem como características uma formatação jurídica, com adoção de métodos e processos racionais, flexibilidade e relações de trabalho precárias. Melo afirma que as instituições do "terceiro setor" no Brasil são predominantemente de

pequeno porte [...], 79,5% das entidades no país não possuem nenhum empregado formalizado. Esse elevado percentual acentua-se quando olhamos para as regiões Nordeste e Norte [...] chegando a 87,9% e 84,4%, respectivamente. Supõe-se, conseqüentemente, que são o voluntariado e o trabalho informal que estejam a maioria das entidades brasileiras, especialmente, das duas regiões citadas (MELO, 2015, p. 44).

Nessas instituições inserem-se indivíduos com uma residual capacidade de consumo em função de estarem submetidos ao desemprego, que nos dias hodiernos assume um contorno dramático, crônico. Segundo Mészáros (2011), esse é um

novo padrão emergente de desemprego[...] [em que] o problema não mais se restringe à difícil [condição] dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam [...] empregos disponíveis..., [e] quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada de pessoas ‘desprivilegiadas’ mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados[...] a *totalidade da força de trabalho* da sociedade (MÉSZÁROS, 2011b, p. 69) (grifos do autor).

Essas instituições do “terceiro setor” aparecem para a população como necessárias para minimizar as refrações da “questão social”, com um forte apelo humanitário convidam a sociedade para se irmanar na solidariedade¹⁸ e no voluntariado. Instituições que estão quase sempre próximas geograficamente aos bairros operários, periféricos e vinculam-se às comunidades e muitos dos que trabalham fazem parte do entorno da instituição, circulando nelas ora como “colaboradores” ora como usuários, fomentando, de acordo com Braz (2012), uma prática política que elege como central e valoriza apenas,

[...] o cotidiano, o dia a dia o ‘aqui e agora’. As lutas sociais microscópicas são valorizadas através das experiências diversas vivenciadas pelos vários grupos [...] [deflagrando-se] a concepção política voltada para o cotidiano, para a prática diária de cada sujeito, em que cada um ‘revolucione sua vida cotidiana’, seu aqui e agora (BRAZ, 2012, p.117).

¹⁸ No dicionário Antonio Olinto da Língua Portuguesa solidariedade é “qualidade de solidário” definido como “1. quem tem responsabilidade mútua ou interesse comum; 2. que aderiu à causa, à opinião, ao sentimento de outrem.” No MPC é diluída a qualidade que denota essa palavra, a capacidade de estabelecer solidez nas relações entre os indivíduos vem se exaurindo e alinhando-se a uma tendência utilitarista e pragmática. Num momento de crise, qualidades humanas são reificadas ou são eliminadas, conforme Paniago (2012, p. 63-64), o “fato de termos alcançado uma fase em que o capital já não pode mais responder a seu imperativo expansionista [...] seu modo de autoreprodução carrega dentro de si as bases destrutivas dos elementos materiais e humanos vitais ao funcionamento do sistema [...] resta ao capital alternativa de aprofundar as suas contradições insanáveis, utilizando-se de justes corretivos de pouco efeito e confinados pelos limites intrínsecos do sistema”.

Estas instituições empregam trabalhadores via contrato flexível e fazem a propaganda apologética da adesão da ajuda. Mascara-se a condição do sujeito trabalhador, substituindo o termo salário por bolsa ou por ajuda de custo, e empregado por parceiro, como se o trabalhador empurrado para a informalidade, também denominado de voluntariado¹⁹, não fosse dependente do salário (seja lá que nome receba essa remuneração). A dimensão formal e moral verificada nessas práticas voluntárias não subsistem sem que os sujeitos que a realizem não tenham uma dada relação de trabalho e sejam remunerados, esta é uma condição *sine qua non* para garantir a sua sobrevivência. Lessa (2014) destaca que

para Marx, Lukács e Mészáros, participa-se do mercado de trabalho tanto pelas relações de empregos formais, como pelas relações não formalizadas: na discussão acerca das formas de assalariamento, Marx demonstra que até mesmo o trabalhador que possui os meios de produção (ferramentas), a matéria-prima e a propriedade do produto final – que aparentemente não seria um proletário, mais se assemelhando a um burguês – pode ser um assalariado disfarçado, inclusive produtor de mais-valia [...] Maria Augusta Tavares, em um estudo muito citado, demonstrou a íntima articulação entre o chamado trabalho informal e a reprodução ampliada do capital (LESSA 2014, p. 250- 251).

Essa tendência de ampliação da precariedade das formas de contratação da classe trabalhadora resulta: “[...] [da] flexibilização proposta [que] ajusta o trabalho aos interesses capitalistas, o que resulta numa maior submissão para a classe trabalhadora, [...]” (TAVARES, 2004, p. 135); e uma menor responsabilidade (na quantidade e qualidade) em se prestar os serviços; por não se celebrar um contrato, não existe a venda, mas uma prestação de serviço que incide na percepção do indivíduo atendido não como um direito conquistado, mas como a benesse de uma instituição. Dessa forma, até o caráter de consumidor é esvaziado na relação, mas o serviço prestado é arrolado como mercadoria.

Na década de 1990, foi implementado o modelo neoliberal e modismo de termos como quase mercado, organizações públicas não estatais, agências estatais.

¹⁹ O voluntariado no Brasil se gesta desde a colônia tinha o seu exercício no interior da Igreja que se dedicava ao cuidado de doentes e órfãos. Segundo Melo (2015, 138), a Igreja foi a “[...] entrada para o voluntariado que conhecemos hoje no país em que irmandades, ordens religiosas e confrarias dedicavam-se a abertura de hospitais, orfanatos e demais instituições beneficentes [...] no século XX [...] nas últimas décadas [...] notam-se ingredientes adicionados as práticas tradicionais [...]”. A caridade passou a ser assimilada pelo debate moderno de reponsabilidade social, a promover alterações no universo fiscal tanto de pessoas físicas como jurídicas, e fomentou a normatização jurídica com a Lei nº 9.608/1988, que dispõe sobre o trabalho voluntário, prevê possibilidades de remuneração e desobriga a instituição do vínculo empregatício.

A operacionalidade daquele modelo privatista foi deslocada para a regulação de setores estratégicos públicos, sob a égide de organismos internacionais que atrelam o investimento de recursos à implantação de seus modelos de negócio. Foi através do controle direto dos Estados Unidos da América, como explica Trindade (2011, p. 203), “[...] com o propósito alegado de ‘modernizar, liberalizar’ e ‘integrar’ a economia mundial [...] que geraria uma era de prosperidade planetária [...]”.

O Estado passa a operar articulado ao poder político partidário representativo nos estados e municípios via celebração de convênios e parcerias com organizações do “terceiro setor”, tendo, para isso, incentivos do Governo Federal. Essa atuação foi legitimada com o recente marco legal, numa relação de parceria entre as instituições do “terceiro setor”, através da Lei 13.019 de 31 de agosto de 2014, composta por 83 artigos, a qual baliza as relações entre essas organizações com o Estado e com as empresas. Essa lei foi regulamentada pelo extenso/repetitivo decreto 8.726/2015, cujos 95 artigos que vem normatizar e instituir uma burocracia sofisticada, admitindo a possibilidade de operacionalizar essas organizações sem fiscalização e, com apenas uma autorização do Senado Federal. Bonfim alerta para a necessidade de manter o exercício constante de

Refle[xão] sobre a relação entre as esferas públic[a] e privad[a] na sociedade capitalista, especialmente neste momento de reestruturação do capital [...] é próprio do capitalismo monopolista a fusão do público e do privado como elemento inerente à acumulação do capital, verificamos na atualidade um complexificação desta tendência (BONFIM, 2010, p. 50).

Nesse processo supervaloriza-se a chamada sociedade civil, como *lócus* privilegiado para amenizar as expressões da “questão social”. O “terceiro setor” não tem apenas essa finalidade, é também um espaço capaz de operacionalizar demandas do mercado, drenar recursos públicos. E a ampliação desse tipo de instituição atrelada a “cultura do voluntariado” para Bonfim (2010, p. 50-51), “[...] tanto expressa quanto reforça a fusão do público/ privado nas formas de enfrentamento das manifestações da ‘questão social’ [...]”. Configura-se uma “sociedade civil organizada”, que responsabiliza os indivíduos pelos problemas sociais, convocando-os para comparecerem no mercado como voluntário ou usuário. Gesta-se, consolida-se, conforme Montaño (2014),

[uma] modalidade polimórfica de respostas às necessidades individuais diferentes, conforme o poder aquisitivo de cada pessoa. Portanto, tais respostas não constituiriam um direito, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável; também a qualidade dos serviços responde ao poder aquisitivo da pessoa; a universalização cede lugar à focalização e a municipalização a 'solidariedade social' passa a ser localizada, pontual identificada como autoajuda e com a ajuda-mútua [...] a orientação das *políticas sociais estatais* é alterada de forma significativa. Elas são *privatizadas*, transferidas ao mercado e/ou inseridas na sociedade *civil*; por sua vez, contra o princípio universalista e de direito de cidadania, são *focalizadas*, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de necessidades pontuais, o que permite sua precarização; [...] com isto ocorrem[...] *claras perdas de direitos conquistados* pelos trabalhadores e setores subalternos da sociedade particularmente em relação às já precárias estruturas de atenção assistência e segurança social. Passa-se da política social e da assistência social como um direito do cidadão (garantido pela ação estatal) para a ação voluntária, filantrópica, assistencialista, clientelista (desenvolvida no âmbito das organizações e pelos indivíduos da sociedade civil) (MONTAÑO, 2014, p. 74 grifos do autor).

A atuação dessas instituições que constituem o “terceiro setor” nas diversas expressões da “questão social” tem uma dupla função educativa: empregar em condições flexíveis, precárias e prestar serviços sociais essenciais para a reprodução de trabalhadores, de desempregados e para diversos segmentos da população, que com o desmonte da seguridade social torna-se quase inacessível o acesso ao usufruto dos serviços (saúde, assistência) como direito. Montaño (2014) explica que o “terceiro setor” é eficaz e eficiente²⁰ para operacionalizar as

áreas de assistência, saúde formação e educação[...] contribuem com a noção ideológica de ‘substituição’ ou ‘compensação’ do afastamento do Estado da sua responsabilidade social constitucional [...] Verdadeiras perdas de conquistas históricas são convertidas, pela ideologia do ‘terceiro setor’ em n’nova conquista’ de um tipo de atividade (supostamente) solidária (MONTAÑO, 2014, p. 87).

Conforme expõe Montaño (2014), a relação entre Estado, responsabilidade social e responsabilidade empresarial demonstra o quanto se altera a relação entre o Estado e sua necessária intervenção sobre a “questão social” no capitalismo.

²⁰ Mézáros explica que em momentos de crise um “[...] sistema que não pode evitar o aumento das expectativas, mesmo ante a ameaça de um complexo colapso de sua capacidade em satisfazê-las [...] é justamente nesses momentos de colapso que soluções quixotescas são propostas com tanta paixão ‘humanitária’[...] o sermão sobre a necessidade da ‘auto renúncia’ e do ‘idealismo’ [...] em relação ao irrealismo retórico de suas ‘soluções’ desejáveis” (MÉSZÁROS, 2011b, p. 60).

No contexto das transformações globais²¹ que tencionam o capitalismo atual, verifica-se o esgotamento das políticas de concessão para a classe trabalhadora adotadas, em alguns países centrais, como estratégia para ampliar os processos de acumulação, medidas plasmadas em políticas sociais públicas no que ficou conhecido como *Welfare State*. O exaurimento dessas políticas se deu com a ascensão de governos que promoveram a regressão das mesmas políticas de direitos regulamentados, por conta da capacidade combativa dos trabalhadores que lutaram, enfrentaram politicamente segmentos dominantes contra as condições de trabalho e de reprodução precárias, que expressam as refrações da “questão social” e principalmente pela gravidade da crise estrutural, já explorada nessa dissertação.

É no contexto do neoliberalismo, da reestruturação capitalista que o Estado nega em parte o acesso de cidadãos aos direitos sociais e ao atendimento de serviços para responder as manifestações da questão social. O Estado, o “terceiro setor” priorizam o atendimento parcial de demandas da classe trabalhadora, principalmente nos estratos mais empobrecidos, através de empresas privadas ou serviços públicos precários, diluindo o atendimento contínuo, sistêmico e oficial. Netto (2007) explica como o retorno ao

potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que esse efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento ‘personalizado’ entre ele e as instituições próprias da ordem monopólica (NETTO, 2007, p. 42).

O centro de comando do sistema capitalista inicia um realinhamento com a finalidade de conter a queda tendencial da taxa de lucro, implementando um modelo político/ econômico regressivo pelos governos de Thatcher (1979-1990), na Inglaterra e de Reagan (1980-1988), nos Estados Unidos da América, via um plano econômico planejado e orquestrado pelos organismos financeiros internacionais (BIRD, FMI e OMC). Essa tríade é responsável pela operacionalidade de um modelo privatista que necessita alterar a regulação de setores estratégicos, também

²¹ De acordo com Trindade (2011, p. 198-204) mesmo com o fim a IIª Guerra Mundial a disputa entre capitalismo e socialismo se acirra cada vez mais, o que fez o mundo capitalista orquestrar uma ofensiva sangrenta na periferia e no celeiro do mundo construindo um cordão de ditaduras no Brasil (1964), na Indonésia (1965), na Grécia (1967), na Turquia (1971), na Bolívia (1971), no Uruguai (1972), no Chile (1973), no Peru (1975), na Argentina (1976).

conhecidos por organismos internacionais²² os quais condicionam o investimento de recursos e a implantação de seus modelos de negócio. Esse plano econômico ficou conhecido como neoliberalismo.

O neoliberalismo ganhou força na América Latina, conforme destacado anteriormente, resultando no “livre” comércio internacional, apesar do protecionismo “sagrado” dos Estados Unidos da América e da Europa. Aqui apresentamos algumas das particularidades nesse modelo de regulação estatal, de acordo com Bering (2003): a derruição dos países da periferia do capitalismo do controle dos investimentos externos, por meio das condicionalidades impostas pelos organismos financeiros e pelas empresas transnacionais para aporte de recursos; a irrestrita liberdade para rendimentos especulativos; privatização e Estado mínimo; exigência da desregulamentação trabalhista como medida de redução dos custos da produção condenando a classe trabalhadora à precarização e flexibilização; o austero controle fiscal; cortes nos investimentos sociais para alimentar a poupança para o pagamento da “sagrada” dívida externa, por meio do superávit primário. Ainda de acordo com a autora citada acima, esse

é o caráter do ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais, como forma por meio da qual as economias nacionais devem *adaptar-se* às novas condições da economia mundial [...] para a política social, a grande orientação é a *focalização das ações* [...] a mobilização da ‘solidariedade individual e voluntária, bem como as organizações filantrópicas e organizações não-governamentais [...] a sociedade civil é domesticada – sobretudo seus impulsos mais críticos – por meio da distribuição e da disputa dos recursos públicos para ações de projetos sociais pelas agências multilaterais. (BERING, 2003, p. 64-65, grifos da autora).

Sobre a robustez adquirida pela esfera financeira que reordena este modelo privatista, Tavares (2004, p. 101) nos alerta para o fato de que o “capital financeiro imprime sua marca numa forma de acumulação que atinge diretamente a classe trabalhadora pela [...] redução dos postos de trabalho e por uma organização que possibilita o aprofundamento da exploração”.

Daí a necessidade consolidar e expandir as instituições do “Terceiro Setor” como estratégia para minimizar e administrar os efeitos da crise, transferindo os

²² Vemos em Behring (2003, p. 65) que o Banco Mundial e o FMI alinham um “ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais, por meio da qual as economias nacionais devem adaptar-se às novas condições da economia mundial”.

custos para a classe trabalhadora, como mais uma medida para administrar a crise. Conforme demonstra Mézáros (2011), devem ser alteradas as estratégias, desde que se possa, necessariamente,

‘garantir a propriedade’ e ‘pôr o pobre estritamente a trabalhar’: enquanto sobreviverem o modo de produção capitalista e seu Estado, eles têm de permanecer com propósitos permanentes do sistema [...] o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em *todos os planos* da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental (MÉSZÁROS, 2011, p. 700).

O “terceiro setor” tende, nessa realidade, contratar pessoal via vínculos frágeis que impacta na manutenção das equipes nos espaços de atuação profissional e fomentam competição ferrenha entre os trabalhadores, que só têm a venda da sua força de trabalho como alternativa para garantir a sobrevivência. Há pontos de interseção entre trabalho voluntário e trabalho precarizado, o “terceiro setor” acompanha a tendência de diminuição das vagas formais de emprego, de acordo com a IBGE ²³(2008) em suas conclusões afirma que em

2005 as 338 mil [instituições] FASFIL representavam 5,6% do total de entidades públicas e privadas de todo o país. Empregavam 5,3% dos trabalhadores brasileiros o que representava um contingente de 17 milhão de pessoas [...] 1996, a média de ocupados por entidade era de 9,7 pessoas caindo para 5,6 pessoas em 2002, e para 5,1 em 2005 (IBGE, 2008, p. 59).

Esses dados expressam um ponto de intersecção com a Lei do Voluntariado (9.608/1988) que atendeu a exigência do momento de crise estrutural e também responde a necessidade de flexibilização e precarização dos vínculos de trabalho. A alta rotatividade de trabalhadores faz com que ações desse tipo focalizem sempre nos efeitos e nunca nas causas, sejam intermitentemente interrompidas e reiniciadas, trazendo prejuízo ao planejamento, à execução e aos resultados. Exigindo dos assalariados mais esforço, mais comprometimento, mais dedicação,

²³ Série histórica do IBGE sobre as Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil 2005 conhecida como FASFIL - 2008.

tornando a atuação profissional uma tarefa pantagruélica²⁴. As instituições do “Terceiro Setor” submentem os trabalhadores e os usuários aos imperativos institucionais, com alta rotatividade dos profissionais e padronização dos procedimentos. A esse respeito Bonfim (2010) explica que, nos espaços de alta incidência do trabalho voluntário:

[se] mantém a lógica racional do mundo do trabalho veja estratégias de gestão e organização, formas de ‘remuneração’ etc.) e isso por sua vez, se constitui num dos elementos que lhe atribui nova funcionalidade, visando contemplar os interesses e as dinâmicas do atual padrão de acumulação [...] a ação voluntária aparece como um espaço adequado para ‘reintegrar’ aqueles indivíduos que por diversos motivos (desemprego, problemas pessoais, capacitação profissional, amor ao próximo etc.) necessitam recuperar tais vínculos (BONFIM, 2010, p. 94-95).

Ainda na década de 1990 foi criada a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG entidade que congrega um heterogêneo e complexo grupo de entidades que possuem características que as definem como entidades do “terceiro setor” e, em 2010, lançou o resultado de uma pesquisa que traçou o perfil de suas associadas onde aponta a necessidade para a diversificação das fontes de recursos como estratégia para a sustentabilidade financeira; destaca também a necessidade de internacionalizar a capacidade de cooperação; mobilizar esforços para acessar fundos de recursos públicos e privados. Na pesquisa, a ABONG desvela uma enorme desigualdade orçamentária entre suas associadas, quando afirma que a

análise das faixas orçamentárias também traz à tona a diversidade entre as organizações associadas à ABONG, pois encontramos tanto organizações que têm recursos da ordem de R\$ 15 milhões anuais como organizações que têm recursos da ordem de menos de R\$ 10 mil anuais. Como característica mais geral entre associadas à Abong está a presença de organizações cujos orçamentos anuais estão nas faixas de R\$ 200 mil a R\$ 500 mil (18,5%), entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão (23,1%) e entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões (17,6%), em 2008 (ABONG, 2010, p. 66).

²⁴ Termo que tem origem no herói Pantragruel, do escritor francês Rabelais; no livro, esse herói precisa saber de várias coisas para cumprir diversas missões; por orientação de seu pai, o sábio gigante Gargântua, que o aconselhava que para aprender não bastava saber, ser um depositário de conhecimento, que era necessário agir, tantas coisas eram necessárias para Pantagruel fazer, que o termo denota bem a tarefa complicada e extensa para todos os que se lançam na construção de uma outra sociedade; e os que atuam na área da educação estão numa posição estratégica nessa jornada.

No cenário atual de crise estrutural e de reestruturação produtiva, verifica-se, um movimento de consolidação e ampliação das instituições do “terceiro setor” que precisam comparecer no mercado de modo arrojado e eficiente. E, ao mesmo tempo, há uma diminuição na oferta de empregos formais e o trabalho voluntário continua sendo o segmento mais contratado nas organizações do “terceiro setor” com o forte apelo às práticas de caridade e filantropia. Inovações gerenciais, processos e métodos para captar recurso e economia de tempo e custos são condição de existência para essas instituições. Para Melo (2015, p. 82) o

terceiro setor cria estratégias financeiras de subsistência cada vez mais específicas e especializadas à sua localização nesse triângulo não equilátero de setores. Crescem, em paralelo aos estudos acadêmicos sobre as instituições, as publicações de manuais sobre como criar e sustentar uma ONG, quais os mecanismos administrativos que se aproximam do setor de Mercado e que devem ser tomados como princípios de impulso às entidades. Essa produção, reflexo do que chamamos de “boom” da profissionalização a partir década de 1990, é balizada nos aspectos mais gerais da especialização, afinal, tira-se daí o fluxo de profissionais de diversas áreas do conhecimento que passam a se especializar em questões pertinentes ao terceiro setor, a complexar seus quadros de gestão e funcionamento.

Desenvolve-se todo um arcabouço de práticas e orientações para aumentar a capacidade desse tipo de instituição captar e operacionalizar recursos sejam de origem privada ou pública, sejam recursos financeiros ou insumos ou instalações; sejam pessoas ou maquinário. Para atender os contornos técnicos e burocráticos da atuação exigida, nesse momento histórico, a tendência da profissionalização é, de acordo com Melo (2015), um fenômeno que converge e incide na alteração da “missão” e da configuração das instituições do “terceiro setor”. Essas passam a operar:

[um] complexo modelo de profissionalização [que] reúne características como: complexa divisão do trabalho, subdividida em diversas áreas de atuação alto grau de escolaridade de seus dirigentes; alto nível de especialização nas atividades desenvolvidas; uma divisão de tarefas mais rígida e burocratizada [...] sistema eficaz de comunicação [...] flexibilidade [...] estratégias de planejamento [...] dinâmica de avaliação do trabalho interno, dentre outras (MELO, 2015, p. 91).

Numa verdadeira seara de variedades, o “terceiro setor” se especializa e adquire especificidades de acordo com atividade que se propõe a executar, a uma enorme flexibilidade para os trabalhadores especializados. A burocracia é atrelada ao controle de produtividade, a comunicação voltada para dar visibilidade as ações desenvolvidas e a agregar valor a marca da instituição e dos parceiros que financiam e apoiam as iniciativas. Melo (2015) afirma que essas instituições estão

cada vez mais, se munindo de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, como nos setores de educação e saúde. Podemos considerar, inclusive, que muitas dessas instituições são *pensadas e fundadas por profissionais especializados* [...] No Brasil, tais instituições foram ponto de destaque nas Reformas Administrativas que ocorreram nos últimos anos. Com essa *nova forma de trabalho* nas ONGs, a exigência de contratos de gestão e de um maior controle das ações dessas organizações aumentou, considerando-se que o número de ONGs também aumentou, considerando-se que o aumento de ONGs teve um crescimento significativo (*grifos nossos*) (Melo 2015, p. 83).

Essas instituições tem como tendência se alinhar aos ditames da Reestruturação Produtiva que como um dínamo acelerou a implementação de Reformas Administrativas para seguir a prescrição da ideologia neoliberal. Seguindo o modelo de contratação flexível com os direitos, mas essencialmente tirano e controlado amplia-se o trabalho informal e voluntário predominantemente precário, as pessoas que tem horários rígidos, são avaliados constantemente e com residual perspectiva de ascensão profissional dentro da instituição. E, no mesmo tipo de instituição há um aumento significativo de uma ‘casta’ de profissionais altamente especializados que se ocupa da gestão, comunicação e principalmente da captação de recursos. Montaño (2014) aponta:

[a] hipótese de que ocorreu uma radical inflexão nos anos 1980 no lugar e no papel político [...] Esta inflexão não tem haver necessariamente com uma mudança de orientação política de seus membros, pelo menos não de forma primordial. Ela, na verdade, tem como ponto central, para um tipo de organização incapaz de gerar seus próprios recursos, justamente a mudança das fontes de financiamento destas organizações ditas ‘não-governamentais’ e ‘sem-fins-lucrativos’. (MONTAÑO, 2014, p. 91).

O autor salienta que, nos anos 1980, mudanças significativas aconteceram em decorrência da consolidação das instituições do “terceiro setor”, principalmente, no que se refere a função política e econômica que essas instituições passam a desempenhar no trato da “questão social” na sociedade. Destaca: a relação de submissão dessas instituições às empresas capitalistas, suas principais parceiras na realização de projetos sociais; o afastamento do Estado em termos da garantia de direitos sociais; o processo de despolitização da classe trabalhadora e a evocação da sociedade civil, dos “sujeitos” para se responsabilizarem pelos problemas sociais nos alinhamos com a afirmação de Montañó que as instituições do “terceiro setor” passam a “[...] ocupar um lugar e a desempenhar um papel político [...] a partir das condicionalidades postas pelos ‘parceiros’ financiadores (Montañó, 2014, p. 92)”.

É através de Medida Provisória nº 1.591, de 9/10/1997 que se legaliza a relação entre o Estado e a iniciativa privada, com a normatização das organizações sociais do “Terceiro Setor”. Com essa legislação é facilitado o repasse e a operacionalização de recursos públicos (humanos, verbas, insumos, estrutura física, etc.) para essas instituições. Behring (2003) aponta que:

[na] recente regulamentação do Terceiro Setor – um aspecto que não está citado no Plano, mas se desdobra dele, para a execução de políticas públicas [é que essa regulamentação] estabelece um termo de parceria com ONGs e instituições filantrópicas para a implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social se combina ainda o serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade (GUSMÃO, 1998), da realização do bem comum pelos indivíduos, por intermédio de um trabalho voluntário não remunerado (BEHRING, 2003, p. 204).

A articulação entre as organizações do “terceiro setor”, o Estado, a filantropia e a empresa revigora o discurso hegemônico na sociedade capitalista de uma gestão moderna de política pública que faz a defesa de uma política pública não-estatal. (MARE²⁵, nº2, 1997). Conforme atesta Bresser Pereira (1998), essa forma

²⁵ MARE, em 1997, foi lançada uma coletânea do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado com os trabalhos coordenados pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, o caderno nº 2 é voltado para o tema Organizações Sociais. O referido documento expressa que: “[...] As Organizações Sociais constituem uma inovação institucional, embora não representem uma nova figura jurídica, inserindo-se no marco legal vigente sob a forma de associações civis sem fins lucrativos. Estarão, portanto, fora da Administração Pública, como pessoas jurídicas de direito privado. A novidade será, de fato, a sua qualificação, mediante decreto, como Organização Social, em cada caso. Qualificada como Organização Social, a entidade estará habilitada a receber recursos financeiros e a administrar bens e equipamentos do Estado. Em contrapartida, ela se obrigará a

de gestão, presente nessas organizações, garantiria uma maior eficiência e daria folego para a atuação estatal em outras áreas, pois:

[...] a adoção da propriedade pública não-estatal para a realização de serviços sociais de saúde, educação, cultura e pesquisa científica tende a ser mais generalizada em todo o mundo [...] convicção de que esse tipo de entidade, além de se constituir em um espaço intermediário entre o Estado e o mercado [...] é mais eficiente e garante melhor qualidade para a realização desses serviços do que as organizações estatais ou privadas (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 235).

O Estado, representado por figuras emblemáticas do poder político partidário, passa a celebrar convênios e parcerias com essas entidades nos municípios brasileiros. Nessas instituições prevalece uma dimensão mercadológica que se faz presente não só na natureza do serviço, mas também nas condições de trabalho, profissionalização e assalariamento precárias a que estão submetidos trabalhadores. Melo (2015, p.45) afirma que os “[...] salários provenientes do terceiro setor movimentaram cerca de 24,3 bilhões de reais no ano de 2005 [...]”, o que significa que as atividades nesse setor cresceram desde seu nascedouro. A autora indica ainda que:

a média de salários da região Nordeste, 2,7 salários mínimos locais, é inferior à média nacional, de 3,8 salários mínimos [...] no que diz respeito ao porte das instituições para o IBGE, em alguns setores, nomeadamente os de ‘assistência social’ e ‘cultura e recreação’, seus portes vêm crescendo desde 1996 (MELO, 2015, p. 45).

Esse tipo híbrido de instituição incentivada pelo Estado, pela Responsabilidade Social das empresas e pela filantropia organizada, em geral, estrutura-se através de valores como solidariedade, individualismo e flexibilidade, os quais possibilitam moldar as práticas sociais realizadas pelos indivíduos em produtos efêmeros, descartáveis, numa apologia as relações instantâneas, que não prevê criar vínculos, mas resolver, temporária e superficialmente, os problemas sociais que afetam as populações.

As instituições do “terceiro setor” atuam em varias “frentes” e quando atreladas a empresas por parcerias tendem a perseguir a lucro e a

celebrar um contrato de gestão, por meio do qual serão acordadas metas de desempenho que assegurem a qualidade e a efetividade dos serviços prestados ao público (BRASIL, 1997, p.14).”

“responsabilidade social”. As “organizações sociais” garantem, simultaneamente, a reprodução do capital e da sociedade, e não estão “num movimento para além do Estado e do Mercado”, pairando num limbo. O “terceiro setor” dissemina a ideia de ser o portador natural da solução dos “problemas sociais”, tanto para os mais necessitados como para os que acreditam na possibilidade de amenizar e, até mesmo, neutralizar as refrações da “questão social” na ordem burguesa.

No capítulo a seguir, damos continuidade a essa reflexão, abordando a função social, as características gerais e a legislação do “terceiro setor”. Destacamos sua intervenção na sociedade brasileira, representando os interesses das classes dominantes no seu intuito de reconfigurar o exercício do controle sobre a reprodução social dos segmentos pauperizados da classe trabalhadora, diante do agravamento da “questão social” no capitalismo contemporâneo.

4 FUNÇÃO SOCIAL, LEGISLAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO “TERCEIRO SETOR” NO BRASIL

Buscamos nesse capítulo assinalar a função social, a caracterização das instituições que compõem o “terceiro setor” e a legislação criada pelo Estado para garantir a operacionalidade desse padrão de intervenção social. Refletimos sobre as relações institucionais entre “terceiro setor”, Estado e mercado que, a nosso ver, demonstram o quanto a caracterização das organizações e a legislação criada pelas instituições burguesas respondem as demandas contemporâneas da reestruturação capitalista, tornando o “terceiro setor” viável economicamente e necessário para arrefecer os aspectos mais explosivos dos conflitos inerentes à sociedade burguesa. Destacamos, nesse processo, os elementos que confirmam a necessidade de construção de uma legitimidade social para a consolidação e ampliação do “terceiro setor”. Vimos o quanto a dimensão ideológica do culto a solidariedade, a ajuda mútua, a responsabilidade social é componente fundamental para sensibilizar,

envolver e mobilizar indivíduos e ou grupos para ações, programas e projetos sociais das organizações do “terceiro setor”.

4.1 Função social e caracterização das instituições do “terceiro setor”: ONG’s/ OSC’s; OS; OSCIP.

Nesse item vamos abordar as principais similaridades entre as instituições do “terceiro setor”. Esse termo surge na sociedade brasileira nos anos de 1990, para denominar instituições que se ocupam de atividades e serviços assistenciais vinculados à filantropia, no entanto juridicamente se diferencia das instituições estritamente filantrópicas, à medida que institui e consolida um modo institucionalizado de execução de ações articuladas ao ideário liberal²⁶ pretensamente humanitário.

Corresponde funcional e estruturalmente a uma forma híbrida de instituição, aparentemente deslocada do Estado e do Mercado, as organizações que compõem o “terceiro setor” operam numa esfera que articula complexamente as dimensões pública e privada, constituindo o que se conhece como setor público-privado, conforme sistematizado no Brasil por um aparato intelectual e técnico. Para Bresser-Pereira (1998) a *res pública* não deve ser confundida com espaço público que ele

²⁶ A sociedade burguesa é fruto de um longo processo, para Tonet (2013), a “[...] célula mater [dessa] nova forma de sociabilidade: o ato de compra-e-venda de força de trabalho, com todas as suas exigências e consequências [...] Desse modo, todo o processo de produção estará voltado para a criação de mercadorias e terá como finalidade última a acumulação de capital. É importante assinalar que a produção se caracteriza por aquilo que Marx chama de ‘fetichismo da mercadoria’. Esse processo imprime às relações sociais um caráter de naturalidade [...] A mudança do caráter da produção implicará também que seja agora, o mercado e não mais o Estado quem deverá ditar as regras de todo o processo de produção e distribuição da riqueza. Para isso, o mercado precisa livrar-se das amarras e empecilhos colocados pelo sistema político feudal [...] Essa liberdade exige a quebra daqueles laços que uniam e subordinavam os indivíduos de suas comunidades. Os indivíduos devem poder estar livres para buscar a satisfação dos seus interesses particulares [e] guiados pela luz da razão, da qual é possuidor desde o seu nascimento, orientará as suas atividades no sentido de satisfazer os seus interesses [e] todas essas transformações econômicas também tiveram como resultado, e em determinação recíproca, profundas mudanças em outras dimensões da atividade humana [esse] processo, ativamente liderado pela classe burguesa [com] a criação de novas teorias [...] que enfatizam a participação ativa do sujeito na sua formação [e uma nova] elaboração filosófica que caracteriza o período do Iluminismo [e as] teorias do jusnaturalismo e do liberalismo com sua defesa da igualdade natural e dos direitos naturais de todos os indivíduos (TONET, 2013, p. 30-31)”. Daí brota o liberalismo que entroniza a capacidade do indivíduo de comparecer na sociedade burguesa como possuidor de propriedade privada se for apto ou força de trabalho se não lutar o suficiente por seus interesses. No liberalismo o indivíduo é um ser “ensimesmado” nos seus interesses particulares, agachado em suas necessidades que são obstáculos para vislumbrar o horizonte amplo dos interesses coletivos.

defende ser mais amplo e que o estatal e daí desenvolve todo um pensamento em que é possível a criação de um tipo de instituição híbrida para atuar num espaço que paira num vácuo entre o Estado e o mercado para atuar num espaço público não-estatal. Nas palavras do referido autor

Podemos ver o público não-estatal enquanto forma de controle social e enquanto produção de bens e serviços sociais e científicos. Nesta segunda acepção, podemos encontrar os seguintes tipos de Organizações Públicas Não-comunidades de moradores Estatais – OPNEs: as (*grassroots*), que estão na confluência entre a propriedade pública não-estatal e a propriedade corporativa; as antigas entidades de caridade; as organizações de classe média vocacionadas para o controle social mas que geralmente também produzem serviços chamadas ONGs (organizações não-governamentais); as fundações, geralmente criadas por empresas ou por capitalistas, voltadas para a realização de serviços sociais ou para o financiamento de outras atividades de interesse público; e finalmente as instituições escolares, universitárias, de pesquisa, e hospitalares constituídas como fundações ou como sociedades civis, que podemos chamar de Organizações de Serviço Pública Não-Estatais – OSPNEs. Assim, o espaço público não-estatal está dividido em entidades de controle social e Organizações Públicas Não-Estatais – OPNEs. Estas, por sua vez, podem ser associações comunitárias, associações de caridade, ONGs, fundações empresariais e Organizações de Serviço Públicas Não-Estatais – OSPNEs (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 237 *grifos do autor*).

O “terceiro setor”, a nosso ver, responde desde sua gênese a dinâmica da reprodução da sociedade burguesa, em particular atua para neutralizar a tensão gerada pelo agravamento das desigualdades sociais. Por isso que, para além do discurso apologético de defesa do capitalismo, a burguesia - classe responsável pela manutenção da dominação econômica e da ordem - se vê obrigada a viabilizar políticas sociais, mesmo que residuais e focalizadas em face da urgência de respostas do Estado e de segmentos privados à crise estrutural:

conjuntura [em] que as políticas sociais brasileiras são cada vez mais baseadas em ações seletivas [...] também trazem consigo um padrão de proteção social baseado na profusão de políticas de transferência monetária aliadas às redes filantrópicas e ao estímulo da capacidade individual dos pobres, como principal estratégia de intervenção na “questão social” (MARANHÃO, 2014, p. 335).

Essas ações seletivas operacionalizadas em instituições privadas ao gerirem recursos materiais e humanos para a oferta de serviços sociais atendem as

necessidades impostas pela reestruturação produtiva para atuarem sobre a “questão social”. A relação entre as esferas pública e privada estão imbricadas na função social quanto na caracterização das instituições do “terceiro setor”, no entanto, revigorando as velhas práticas da filantropia, do trabalho voluntário e dos princípios de ajuda mútua.

Como são muitas as instituições que se denominam “sem fins lucrativos” é necessário demarcar as que atendem a legislação brasileira para atuar no “terceiro setor”. Verificamos que a caracterização mais abrangente do “terceiro setor” foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, junto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em parceria com a Associação Brasileira de Associações não Governamentais – ABONG e com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFES. Um extenso trabalho de pesquisa foi realizado para caracterizar e agrupar as instituições do “terceiro setor”, que resultou na publicação da FASFIL - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos). O início desse trabalho se deu em 2002 onde foi traçada uma metodologia que se alinha com o que prescreve a *Handbook on No-Profit Institutions in the System of National Accounts* (Manual sobre as Instituições sem Fins Lucrativos no Sistema de Contas Nacionais), sistematizado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas junto com a Universidade John Hopkins do estado de Maryland nos EUA, que é uma instituição privada sem fins lucrativos, publicado em 2002.

A FASFIL (IBGE, 2008) é a publicação de uma vasta pesquisa, que permite localizar as instituições a partir de cinco critérios estabelecidos, exigidos legalmente, para caracterizar uma entidade do “terceiro setor”. As entidades legalmente formadas precisam atender os seguintes critérios: estar institucionalizada legalmente; ser privada; não produzir lucro; ser capaz de se auto-administrar e ser de livre associação voluntária de fundadores e/ou associados. A condicionalidade desses cinco critérios impede que um conjunto de entidades, como por exemplo: partidos políticos, sindicatos, empreendimentos como Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI não façam parte do terceiro setor.

Uma instituição do “terceiro setor” tem de ser institucional e privada, e para isso é preciso ser uma pessoa jurídica que demanda uma tramitação burocrática

instituída por lei²⁷. Para regulamentar juridicamente é necessário ata de constituição, estatuto, regimento interno, eleição de conselho administrativo e fiscal, registro em cartório, capacidade de gerir recursos financeiros, patrimoniais e humanos contemplando assim o critério de auto-administração e, imprescindivelmente, ser resultante da livre associação voluntária dos indivíduos fundadores, podendo ou não ter associados. Há também a exigência formal da aprovação do estatuto da entidade pelo Ministério Público. Outra característica importante é que a existência de patrimônio exige que a entidade seja uma fundação e que o patrimônio seja compatível com a necessidade operacional da atividade desenvolvida. Institutos e associações não tem a obrigatoriedade de apresentar patrimônio para seu registro, mas caso tenha ou venha a adquirir deve prestar as devidas obrigações legais junto ao Tribunal de Contas da União/ TCU.

Ao realizar análise e sistematizar em dados as instituições filantrópicas e sem fins lucrativos no Brasil, o IBGE junto com outras organizações disponibilizam a FASFIL, que agrupa informações sobre as instituições que observam simultaneamente os cinco critérios já mencionados, classificando-as como: Organização Social – OS; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP; comunidades indígenas; organização religiosa; outras fundações mantidas com recurso privado; Filial no Brasil de fundação ou associação estrangeira; outras formas de associação. Compõe o “terceiro setor” as OS, OSCIP e Organizações não governamentais – ONG’s, essa última comporta uma gama de entidades que se diferenciam em tamanho, tipo de serviço ofertado, diversos alinhamentos políticos e ideológicos. Vale ressaltar que toda OS, OSCIP, fundação, instituto, associação são ONG’s, mas que nem toda ONG’s é ou será OS ou OSCIP.

De acordo com a FASFIL, IBGE (2008, p. 22-23), o “terceiro setor” está espalhado por todo Brasil e acompanha a distribuição da população no território brasileiro. A região sudeste concentra 42,6% dos brasileiros e 42,4% das FASFIL; na região nordeste está 27,7% da população e estão 23,7% das FASFIL; na região sul os números são diferentes, encontramos 14,6% dos brasileiros e 22,7% das FASFIL e, na região norte temos 8,0% dos brasileiros e 4,8 das FASFIL. Pulverizadas em todo território brasileiro em áreas urbanas e rurais, as organizações

²⁷ Simões (2010) em seu livro - Curso de Direito em Serviço Social - dedica as Partes V e VI para caracterizar a natureza desse tipo de instituição, descrever os tramites legais e apontar as características gerais e especificidades do “Terceiro Setor”.

do “terceiro setor” atuam de modo diverso em vários setores da sociedade como cultura, lazer e esporte, violência, discriminação e saúde; de habitação a combate ao uso de drogas. Também apresentam grande diversidade tanto no que se refere ao tamanho quanto a capacidade de operacionalizar recursos. Existem instituições cuja receita, segundo pesquisa da ABONG (2010, p. 66) varia desde as sem orçamento, as que recebem um montante de 10 mil reais até aquelas com mais de 15 milhões de reais.

Há uma enorme variedade de organizações tanto na forma como na área de atuação no “terceiro setor”. O ponto de conexão entre todas é que propõem atenuar os efeitos da “questão social”. Na FASFIL, IBGE (2005, p. 28) é possível verificar que no Brasil esse tipo de instituição se ocupa com atividades vinculadas à áreas diversas: habitação (0,1%), meio ambiente e proteção animal (0,8), saúde (1,3%), cultura (4,4), educação (5,9%), esporte (9,5%), assistência social (11,6%), religião (24,8%), defesa de direitos (17,8%), , associações patronais e profissionais (17,4) e outras (6,4). Vale ressaltar que algumas instituições, apesar de terem uma atividade principal, apresentam uma atuação multimodal, como é o caso das entidades que se dedicam a problemática da deficiência física, pois, além do atendimento médico, social é comum se dedicarem a educação de base, profissionalizante etc. Conforme a FASFIL em IBGE (2008),

Das 39,4 mil organizações de *Assistência social* que atendem aos grupos mais vulneráveis da população como crianças e idosos pobres, adolescentes em conflito com a lei, pessoas com deficiência, entre outros, representam 11,6% do total das FASFIL. **Pode parecer estranho que a distribuição dessas organizações não acompanhe a distribuição da pobreza no Brasil:** enquanto 47,5% dos brasileiros com renda familiar per capita de até meio salário mínimo mensal em 2005 se encontram no Nordeste, apenas 15,6% das organizações de *Assistência social* se localizam na região. No entanto, a pobreza é uma das vulnerabilidades sociais que compõe o campo de ação da assistência, mas não a única. Ao seu lado, estão as questões da violência, do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, da população em situação de rua, entre outros problemas que se distribuem por todo o Território Nacional, muitas vezes concentrados nos grandes centros urbanos das regiões mais desenvolvidas. **Pode ser** que essa amplitude de atribuições do setor explique parcialmente porque a distribuição das organizações de *Assistência social* não segue necessariamente a distribuição da pobreza no país. (IBGE, 2008, p. 29, grifos nossos).

A perplexidade dos termos “pode parecer” e “pode ser” da citação acima diz muito sobre a perspectiva teórico-analítica incorporada, que nega os nexos constitutivos da “questão social” e sua dimensão de totalidade. Não se considera que as refrações da “questão social” se espraiam em todas as regiões do país, assim como suas expressões, tais - como o desemprego, o pauperismo, a violência se reproduzem em áreas desenvolvidas, em espaços urbanos, em regiões rurais. Desconsidera-se também que riqueza e miséria, embora contrapostas, são constituintes da realidade. Isso nos remete a análise de Netto (2007) quando afirma que a “questão social”

não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo (NETTO 2007, p.157).

As desigualdades sociais, manifestas na “questão social”, constituem-se e avançam com o desenvolvimento do capitalismo. Negar essa tendência ascendente constitui a perspectiva de análise das organizações do “terceiro setor”, a qual implica em reflexões distorcidas da realidade e das respostas à “questão social”. Esse tipo de perspectiva propõe apelar para a colaboração, para a solidariedade entre os indivíduos e grupos sociais, desconsiderando os determinantes econômicos, sociais que produzem a “questão social”. As ações solidárias não têm como referência o antagonismo de classe que funda a sociedade burguesa, pois propõem a equalização dos interesses entre trabalhador e empresas, regidos pelo guardião do bem comum: o Estado.

Outro aspecto, nos dados da FASFIL demonstrado em IBGE (2008, p. 24-25), foi que o tempo de atuação das instituições do “terceiro setor”, algumas delas remanescentes do período colonial, teve como modelo preferencial de amparo social presente nas instituições confessionais como *As Santa Casas de Misericórdia*²⁸. O que podemos constatar analisando os dados da FASFIL é que do total desse tipo de

²⁸ De acordo com o histórico sistematizado para o site da Confederação das Santas Casas (Disponível em: <<http://www.cmb.org.br/?>>. Acesso em 17/052016) “No Brasil, as primeiras santas casas surgiram logo após o seu descobrimento, precedendo a própria organização jurídica do Estado brasileiro, criado através da Constituição Imperial de 25 de março de 1842. Até a data já haviam sido fundadas as Santas Casas de Santos (1543); Salvador (1549), Rio de Janeiro (1567); São Paulo (1599); João Pessoa (1602); Belém (1616); São Luís (1657); Campos (1792) e Porto Alegre (1803)”. Constatamos a imbricada relação em os pontos estratégicos de relações de comércio que eram os portos, concentração de riqueza e demanda por serviços assistenciais.

instituição apenas 13,1% têm mais de 30 anos e 32,1% do pessoal ocupado por meio de emprego formal, outro número interessante é que 81,0% dessas instituições estão nas regiões Sul e Sudeste. Do universo das FASFIL 41,5% têm em média 12,3 anos e apenas 4,1% do pessoal ocupado assalariado. No período de 1981-1990 aconteceu um crescimento no número desse tipo de instituição e a tendência acompanhou todo o território, nos registros o aumento na Região Norte foi de 15,6%, no Nordeste de 14,6%, no Sudeste 20,6%, no Sul 21,2% e no Centro-oeste de 20,2. Nos anos de 2001-2004 na Região Sul o “terceiro setor” cresce 19,6% , é a única região que não registra aumento e, a região Sudeste permanece estável com 20,6%, enquanto o crescimento na Região Norte foi de 21,8%, no Nordeste 25,0% e no Centro-oeste 22,9%.

Os dados demonstram que as tendências acompanham os desdobramentos econômicos, sociais e políticos da história recente do Brasil e do mundo marcado por uma crise estrutural, que provoca profundas alterações do tecido social, reduz o potencial questionador da ordem e demanda respostas urgentes para garantir o desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, as instituições do “terceiro setor” ampliam sua capacidade de oferecer serviços auxiliando a administração de conflitos sociais provocados pelo aprofundamento das desigualdades. Mota e Amaral (2010) afirmam que

em conjuntura de crise, a reestruturação de produção e a reorganização dos mercados são iniciativas inerentes ao estabelecimento de um ‘novo equilíbrio’, que têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais. Este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise [...] trata-se da reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social (MOTA E AMARAL, 2010, p.27).

O “terceiro setor” operacionaliza serviços sociais administrando recursos públicos seja por transferências diretas, seja por doações de empresas ou de contribuintes estimulados pela isenção de impostos. As instituições do “terceiro setor” aderem as necessidades de reprodução da sociedade burguesa, contribuindo para manter a ordem, adaptando um amplo espectro da classe trabalhadora as necessidades do mercado. Além de oferecer atendimento para os indivíduos dos

estratos mais empobrecidos, em diversas áreas, como educação, saúde, esportes, “qualificação profissional”, de forma simultânea, vem aumentando a oferta de empregos formais e disponibilizando vagas para estagiários voluntários e para terceirizados.

A discrepância dos salários no “terceiro setor” acompanha a tendência regional de oferta de empregos formais, a FASFIL, IBGE (2008, p.43) registra que a “[...] média dos salários da região Nordeste (2,7 salários mínimos) [...] inferior a média nacional dos salários da FASFIL (3,8 salários mínimos) [...]”. Outra desigualdade verificada é o crescimento do número de instituições do “terceiro setor” em relação a evolução da remuneração dos trabalhadores formais no período de 1996 a 2005. O número de instituições passa de 107,3 mil para 338,2 mil. Ocorre um aumento de 215,1% do número de trabalhadores na FASFIL em relação a remuneração do pessoal que ocupa vagas formais, o rendimento desses trabalhadores passou de R\$1.081,00 para R\$1.094,00, um insignificante aumento de 1,2%. Os números de demonstram que:

contingente de 1,7 milhão de pessoas está registrado como trabalhadores assalariados nas 338,2 mil FASFIL [...] esse contingente representa 22,1% do total dos empregados na administração pública do país e 70,6% do total do emprego formal no universo das 601,6 mil entidades sem fins lucrativos [...] Mais da metade do pessoal ocupado assalariado das FASFIL (57,1%), o que equivale a quase um milhão de pessoas, está em instituições localizadas no Sudeste e, em especial, no Estado de São Paulo que reúne, sozinho, 553,7 mil desses trabalhadores (32,4%). Tal distribuição, entretanto, não acompanha a estrutura da ocupação no mercado de trabalho no Brasil. (IBGE, 2008, p. 33).

O “terceiro setor” operacionaliza serviços que incidem diretamente na reprodução da classe trabalhadora, amenizando os efeitos da reestruturação capitalista ao tempo em que disponibiliza ocupação para a classe trabalhadora. Pode também comportar vagas de emprego formal, modalidade de estágio, trabalho voluntário remunerado ou não, e ainda disponibilizar vagas para trabalhadores que realizam artesanato. É, nesse setor, conforme afirma Montaño (2014, p. 89) que essas instituições:

mais do que organizações de ajuda à comunidade, elas têm-se transformado em uma fonte de ‘emprego’ (precarizado), ou [...] para uso do ‘tempo livre’ [...] o efeito direto disso é a diminuição dos

impactos ideológicos do desemprego. Mais ainda, o encobrimento das reais dimensões desse processo de demissão em cascata (MONTAÑO, 2014, p. 89).

Na oferta de emprego formal, de acordo com a FASFIL, IBGE (2008, p.59), o crescimento no período 2001-2005 foi de 10,9% enquanto o aumento do número das instituições do “terceiro setor” no Brasil foi de 22,6%, acompanhando a tendência de redução da oferta de emprego, exigência dos desdobramentos da reestruturação produtiva. O “terceiro setor” não é um espaço de construção de ruptura, não fomenta relações de trabalho capazes de eliminar exploração, não são capazes de estimular mudanças no modo de produção capitalista. Esse tipo de instituição se alinha, se adapta as engrenagens do sistema, não tem em si condição objetiva de apontar alternativas as consequências da crise. Segundo Montaña, é impossível concretizar a promessa, posta pelos ideólogos do “terceiro setor”, de que essas instituições pudessem ofertar

emprego a importante parte da população expulsa ou não aceita no mercado formal de trabalho [...] com a formação de ‘um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos’[...] Assim, as organizações do chamado ‘terceiro setor’ serviriam como contratendência ao desemprego e subemprego gerado a partir da reestruturação produtiva (MONTAÑO, 2002, p. 170).

O debate sobre o desemprego, ensejado pelos capitalistas, é matizado para encobrir o discurso pragmático de que não há o que mudar e que decreta a irreversibilidade do sistema do capital, subordinando a humanidade a sua criatura – a sociedade burguesa. As instituições que constituem a FASFIL são impregnadas do discurso que incentiva o empreendedorismo e o micro empreendedorismo, a sustentabilidade, a prestação de serviços, o trabalho temporário, a terceirização, a contratação por prazo determinado (por projeto) e o regime de tempo parcial de trabalho. Essas experiências são incorporadas na sociedade como positivas através do apelo e incentivo da disponibilidade do indivíduo ser arrojado e engajado no voluntariado (podendo ser remunerado). Essa prática, a nosso ver, vem sendo gestada desde o Brasil colônia com a chegada das instituições confessionais de caridade. Segundo Simões (2010, p. 219) a mais antiga instituição de caridade foi o Santíssimo Sacramento da Sé de 1775 “[que] acolhiam crianças, consideradas órfãs

[...]”, além dessa, várias outras instituições surgiram depois, a mais famosa foi a Casa dos Expostos criada em 1895. Não há uma linha evolutiva e inevitável que estabeleça continuidade entre essas instituições e as FASFIL contemporâneas, mas há pontos de conexão que precisam ser mais exploradas e que não há possibilidades de serem explorados no presente trabalho.

No Brasil, precisamente do início do século XX a herança da escravidão junto com transformações impostas pela imigração, pelo surgimento da indústria e de bairros operários que mudaram o relevo da cidade além de novas e complexas relações sociais. Essas alterações junto com um passado de desumanidade com o povo africano refletiram na organização da sociedade burguesa no Brasil exigindo intervenção na miséria sempre crescente. Esse contexto exigiu respostas, segundo Simões (2010)

A regra era o assistencialismo das elites, nas vilas, cada vez mais precário, à medida que se transformavam em cidades, com a imigração de milhares de trabalhadores e os processos de rápida urbanização e industrialização como no caso de São Paulo, sem a instituição de políticas públicas. No início do século XX, as iniciativas de benemerência social, muitas vezes, apenas camuflavam mecanismos de formação de mão de obra barata [...], por exemplo, em 1889, um grupo de senhores de terra, intelectuais, profissionais liberais e sacerdotes levantou um orfanato para meninas órfãs, em anexo à Santa Casa campineira [...] aproveitando-se dessa situação, os campineiros abastados levavam essas meninas, aos domingos, para as suas propriedades, para faxina nas mansões. O orfanato transformou-se, assim, em um educandário de serviços domésticos, muito próximas da servidão, no contexto de inexistência de qualquer regulamentação legal (SIMÕES, 2010, p. 220).

Gerando, assim, uma profunda ambiguidade entre a caridade e a assistência social. Com ausência do direito social vão se gestando estratégias de socorro de uma enorme massa miserável da classe trabalhadora, alargando ao máximo os limites da garantia do acesso aos direitos. De acordo com Simões (2013), a trajetória da instituição formal de direitos no Brasil sob o instável mercantilismo colonial foi lenta e coincide com a fuga da corte portuguesa para o Brasil com “[...] a criação da Casa de Suplicação do Brasil [em] 1808 [...]” (SIMÕES, 2013, p. 69). O autor ainda explica que a Constituição de 1824, apesar da inspiração liberal da Revolução Francesa, preserva traços reacionários como por exemplo a manutenção da escravidão e promove a conciliação com a igualdade formal necessária para o

desenvolvimento, consolidação do capitalismo e institui direitos individuais expressos no artigo 179, que,

formalmente, assegurou a ‘inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade a segurança individual, e a propriedade’ instituindo em seus incisos [...] a liberdade de pensamento; a liberdade religiosa desde que respeitada a religião católica) [...] a igualdade de todos perante a lei [...] a extinção das penas cruéis; a restrição das penas à pessoa do delinquente; a liberdade do trabalho, cultura, indústria ou comércio; a abolição das corporações (SIMÕES, 2013, p. 71).

Essas diretrizes foram regidas por um governo que continuava sendo monárquico, mas que dispensou do absolutismo “[...] em que o poder do imperador, embora erigido a governante supremo, não podia mais ser exercido arbitrariamente, mas segundo regras fixas predeterminadas [...] (SIMÕES, 2013, p. 71)”. Para gozar desses direitos o indivíduo deveria ser um cidadão e “[...] a população escrava e os pobres estavam excluídos [de acesso aos] direitos civis, muito menos políticos [...] (SIMÕES, 2013, p. 74)”, desse modo, a maior parte da classe trabalhadora sem direitos só podiam recorrer à caridade das elites.

Com o advento do governo republicano de Deodoro da Fonseca houve uma ampliação do sufrágio, mas a cidadania era negada “[...] aos analfabetos, que eram a maioria da população saída da escravidão [...] (SIMÕES, 2013, p. 76)”. Num amplo e diverso processo econômico e histórico as transformações da legislação, do governo ocorriam alterações nas relações sociais e de trabalho fomentando cada vez mais conflitos sociais. Ainda, de acordo com Simões (2013),

Isso decorria do acirramento das contradições entre a própria ordem liberal, que propiciava o domínio das oligarquias paulistas e mineiras e as exigências da intervenção estatal suscitadas pelo processo de implantação da industrialização. De um lado, tratava-se de regular a institucionalidade da mercantilização da força de trabalho dos escravos e, principalmente, de imigrantes; de outro os efeitos decorrentes [...] das amplas massas de ex-escravos, expulsos do campo, que, por isso, começavam então a se aglomerar nas periferias urbanas, originando as favelas; e dos imigrantes, especialmente na agricultura, em condições sociais precárias. Todos geralmente analfabetos ou estrangeiros e, portanto, não eleitores (SIMÕES, 2013, p, 77).

Esse conjunto de fatores exerceu pressão e na Constituição de 1934 e por meio de uma coleção de decretos a admissão formal da descriminalização da greve e de outros direitos sociais constituiu um “[...] processo que configurou a Carta getulista como ápice da institucionalização da ordem jurídica do capitalismo industrial [...]” (SIMÕES, 2013, p, 77).

Araújo (2008, p. 182) chama atenção para programas “[...] direcionados pelo Estado e desenvolvidos nacionalmente, portanto institucionalizados” que incentivam a prática voluntária e vêm sendo geridos pela legislação com o Programa do Voluntariado de 1942; o qual foi sucedido pelo Programa Nacional do Voluntariado da Legião Brasileira de Assistência, de 1979 (PRONAV/LBA). A Legião Brasileira de Assistência LBA foi uma instituição criada pelo Estado brasileiro que se organizava em núcleos pelos municípios, sendo difundidas por todo território nacional. Muitas dessas instituições foram extintas na década de 1990; e depois o Programa Voluntário de 1995.

Outro elemento importante que gera debate é o financiamento do “terceiro setor”. São inúmeras as fontes de recursos financeiros para subsidiar as ações desse setor, sendo que se repete um “mantra” sobre a necessidade de diversificar fontes e gerir a instituição de forma sustentável. A pretensa sustentabilidade proposta comporta uma gama de processos complexos que requer a estruturação de um sistema que depende de recursos humanos especializados para captar recursos. Segundo Melo, o “terceiro setor” a partir de 1990 “[...] no Brasil, ocorre um fluxo intenso de profissionalização no Terceiro Setor. Essa demanda vem do interesse de especialização e com a visão de melhorar os vínculos de informação para que as ONGs tivessem mais oportunidades de financiamentos” (MELO, 2015, p. 82).

O tema sustentabilidade vem assumindo destaque numa das publicações da ABONG (2010) que socializou o resultado de uma pesquisa realizada com suas associadas no período em 2009. Os dados da pesquisa traçam o desenho do perfil das instituições apontando origem, controle e transparência na utilização dos recursos; as principais “lutas políticas”; tipos de intervenção; modelos de gestão e sustentabilidade. A análise dos dados da pesquisa demonstra que ocorre alteração estrutural da administração das instituições a partir da incorporação do conceito de sustentabilidade, pois exige a utilização de mais recursos, extrapolando a capacidade financeira das organizações, ao tempo em que requer mudar padrões

sociais, de consumo e construir outra perspectiva de sociedade, “sustentável” em vários aspectos.

A ABONG traz também para o debate as alterações do modo de acessar recursos que, antes da crise estrutural, predominava a utilização de recursos de agências de cooperação estrangeira para o custeio dos serviços disponibilizados a comunidade pela instituição e também para cobrir custos fixos das entidades contempladas. A busca quase sempre era realizada pela entidade que financiava e a transferência de recursos acontecia sem condicionalidades, por compatibilidade entre a agência doadora e a instituição que recebia a doação, por exercer uma atividade numa “esfera pública não estatal”. No cenário atual, a tendência é acessar recursos públicos ou privados via seleção de editais, projetos, captar investimento social privado e recursos ou ações da responsabilidade social das empresas, agregando valor às possíveis mantenedoras que atuam nas formas tradicionais do mercado.

Só foi possível as instituições do “terceiro setor” diversificar suas fontes de financiamento e garantir sua sustentabilidade se inserissem, na sua estrutura, novos critérios de gerencia e profissionais especializados para captar recursos, o que incide diretamente no aumento dos custos institucionais. Segundo a ABONG (2010), desde

os anos de 1990, circula no discurso das ONGs e movimentos sociais o termo sustentabilidade. Este, apesar de ser derivado das discussões ambientais, assume aqui outra conotação [...] Em alguns discursos, sustentabilidade refere-se quase que exclusivamente a questões materiais. No caso da Abong e suas associadas, sustentabilidade é também pensar em termos político-financeiros, o que significa refletir não só sobre o que se necessita, como qual o sentido da própria existência (ABONG, 2010, p. 63).

No que diz respeito às relações que se estabelecem entre o “terceiro setor” e o Estado, Melo (2015, p. 35-39) elucida que as ONG’s estabelecem convênios, contratos, concorrem em editais. E também recebem a qualificação de OSCIP, porque podem estabelecer termo de parceria mediante processo de licitação, podem remunerar dirigentes, receber doações de mercadorias apreendidas pela Receita Federal e de bens móveis da União. Ainda podem contar com o benefício de oferecer dedução fiscal para doações de pessoas jurídicas. As instituições do “terceiro setor” podem ser qualificadas como OS e além das possibilidades

mencionadas podem firmar contrato com o poder público e gerenciar recursos em diversas áreas, operando recursos financeiros, patrimoniais e humanos. As instituições do “terceiro setor” são híbridas de natureza privada, mas com “interesse público” e podem transferir recursos públicos para serem operados de forma privada. Essa modalidade de atuação, de natureza essencialmente problemática,

fundamenta-se, por um lado, na real redução relativa de gastos sociais; é mais barato que as ONGs prestem serviços precários e pontuais/locais [...] por outro lado, e de forma fundamental, o objetivo da parceria é claramente ideológico [...] quer fazer parecer como um processo apenas de transferência desta função de atividade, de uma esfera supostamente ineficiente, burocrática, não especializada (o Estado) para outra supostamente mais democrática e participativa e mais eficiente (o ‘terceiro setor’) (MONTAÑO, 2002, p. 199-200).

Na sociedade burguesa, conforme exposto noutras passagens dessa dissertação, quem produz a riqueza é a classe trabalhadora, mais precisamente os operários. Por conta da necessidade estrutural do capitalismo de acumular riqueza há uma grande parte da classe trabalhadora é pobreza, segundo Siqueira (2013, p. 164) explica a “[...] pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento [...]”. Assim, para atender as demandas dessa população trabalhadora pobre, o Estado vem desde os anos 1990, conforme já destacado, delegando ações e serviços aos estratos mais empobrecidos do “terceiro setor” suas demandas, muitas vezes as necessidades mais gritantes. Esse *locus* de atendimento das refrações da “questão social” responde as demandas de populações miseráveis em face da particularidade e gravidade da crise estrutural, cuja tendência predominante dessas instituições, embora de natureza privada, é executar serviços sociais oferecidos “gratuitamente” que resultam da captação de recursos públicos. Sobre esse aspecto, salientamos que o “terceiro setor” não é:

um fenômeno isolado, nem é compensação do afastamento estatal das respostas às sequelas da ‘questão social’. Ele é um fenômeno integrado, complementar, parte do mesmo projeto neoliberal que, por um lado, reduz o papel do Estado na intervenção social, redirecionando sua modalidade de ação [...] por outro lado, cria uma demanda lucrativa para os serviços privados que estimula a ação voluntária e filantrópica [...] supostamente substitutivo da ação estatal (MONTAÑO, 2002, p. 197-198).

A gravidade das sequelas da “questão social”, potencializadas na crise estrutural e nas respostas da reestruturação capitalista, demonstram o quanto o tecido social burguês contemporâneo é permeável ao “terceiro setor”. A configuração e consolidação das organizações do “terceiro setor” demonstram sua funcionalidade à reprodução do sistema do capital para amenizar o acirramento das contradições do sistema. Apreendemos, desse modo, o quanto Estado, mercado e “terceiro setor” estão imbricados para viabilizar alternativas econômicas, sociais e ideológicas à crise e as demandas do capital, as quais não incidem efetivamente sobre as necessidades reais de reprodução do trabalho.

4.2 Legislação do “terceiro setor” no Brasil viabiliza economicamente caridade, filantropia e assistência social.

Inserido na engrenagem do MPC o “terceiro setor”, institucionalizado, precisa para funcionar estabelecer relações com o Estado e com o mercado. Tais relações estão submetidas ao ordenamento jurídico da sociedade burguesa, operacionalizado pelo Estado que visa primordialmente proteger a propriedade privada, ainda que afirme atender as necessidades de reprodução social de segmentos pauperizados.

O “terceiro setor” diverso na forma jurídica e heterogêneo no modo de atuar sobre as expressões da “questão social”, produz alterações necessárias no cotidiano da classe trabalhadora no contexto de crise estrutural do sistema capitalista. Incide fundamentalmente na esfera da reprodução social para atenuar desigualdades sociais, conflitos e neutralizar, ainda que momentaneamente, as possibilidades de organização e luta da classe trabalhadora.

Esse tipo de instituição quase sempre está associada - desde suas formas iniciais (instituições caritativas, filantrópicas) - aos valores morais, preceitos religiosos, inspirações humanitárias etc. A ênfase desse componente não só mascara como não atinge a causa central da situação de pobreza, precarização das condições de trabalho, desemprego em que se encontram os trabalhadores. Através de uma atuação filantrópica institucionalizada esses valores se apresentam como necessários para socorrer trabalhadores(as) e suas famílias. Engels (2010) descreve, no século XIX, os exemplos de albergues criados que brotam da dificuldade de encontrar e manter moradia para a classe trabalhadora. Essa situação

que submetia um número grande de pessoas e alterações drásticas no tecido social²⁹ demandava a criação de estratégias para amenizar o sofrimento e o risco eminente de morte durante a noite para

os desabrigados [...] um *Refuge of the houless* [...] recentemente construído na Uper Ogle Street e que pode abrigar trezentas pessoas por noite, acolheu, de sua abertura em 27 de janeiro até 17 de março de 1844, por uma noite ou mais, 2.740 pessoas [...] outro, o albergue central de Playhouse Yard, que dispõe de 460 camas, abrigou nos três primeiros meses de 1844 um total de 6.681 pessoas [...] (ENGELS, 2010, p. 76 *grifos do autor*).

Ainda no século XIX a burguesia pressionada pelos efeitos da “questão social” é obrigada a implementar estratégias para controlar a classe trabalhadora e combater a capacidade de organização do movimento operário. Nessa circunstância, a caridade espontânea e a atuação da Igreja já não se mostravam eficientes. Segundo Martinelli (2007, p. 87), o processo de acumulação da riqueza em ascensão e o crescimento do pauperismo neste século requisitou empreender esforços para “[...] reorganizar a assistência, valendo-se inclusive dos insumos científicos correntes na sociedade europeia [e] a classe dominante atribui à Sociedade de Organização da Caridade [...]” essa função. A caridade passa a ser submetida aos parâmetros de profissionais, inseridos numa instituição londrina - *Charity Organization Societies* (COS), fundada em 1869, e ainda nesse mesmo ano é criado o Partido Social Democrata na Inglaterra.

Não por acaso os anos anteriores demonstraram o potencial perigoso das estratégias de luta da classe trabalhadora. De acordo com a cronologia resumida presente em Engels (2010, p. 369-383) no ano de 1864 é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (que ficou conhecida como Primeira Internacional) e em 1865 é fundado o braço inglês da Primeira Internacional, em 1867 é publicado o primeiro volume de *O Capital*, em 1867 o braço francês da Primeira Internacional organiza uma “corte” e “condena” Napoleão III a pena de morte. Com muita pressão

²⁹ De acordo com Gabriel (2013), as mudanças eram percebidas em toda a parte as monarquias absolutistas ainda se seguravam a um poder ainda que residual e criavam obstáculos para o progresso social e econômico. Na Silésia ocorre o famoso e sangrento levante dos tecelões, atendado ao czar e fundação do primeiro sindicato operário da Alemanha. Na Inglaterra o Graham's Factory Act (criado em 1833, para inspecionar as fábricas na Inglaterra) regula o horário de trabalho para menores e mulheres, depois de muita pressão, acidentes.

legislações são instituídas reconhecendo o direito a férias e a associação de trabalhadores que começam a ser disseminadas pela Europa.

Esse cenário demonstra a necessidade de desenvolver estratégias e instituições que auxiliem a conter as desigualdades e os conflitos, posto que as ações repressivas não surtiam mais o efeito esperado. É um processo histórico em que a burguesia precisou ser criativa para manter sua dominação.

As expressões da “questão social” estão sempre no limite da vida e da sobrevivência. Todos esses componentes diluí em suas causas na emergência de seus efeitos e enxertam na origem e nas possíveis soluções das refrações da “questão social” e determinantes ora morais, ora acaso, ora forças transcendentais, desconectando produção da riqueza e reprodução da sociedade, processos sociais e desenvolvimento político. Marx & Engels (2007) alerta que a

produção das idéias(sic), das representações [das instituições] e da consciência está, a princípio, direta e indiretamente ligada à atividade material [...] é a linguagem da vida real [é] emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual [...] na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, suas idéias(sic) etc., mas [...] são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem[...] (MARX & ENGELS, 2007, p. 18-19).

No esteio do pensamento do autor citado acima, entendemos que o “terceiro setor” é composto por diversas instituições que atendem as necessidades do MPC, assumindo contornos flexíveis, de acordo com as especificidades das relações econômicas e sociais dominantes num dado momento histórico da sua atuação.

As relações econômicas e sociais dominantes exigem alteração no modo de agir das instituições do “terceiro setor” para submeter e controlar os trabalhadores. A via legal, a legislação estatal sempre auxilia na reafirmação do exercício do controle da classe dominante. Esse é um processo que não evolui de forma linear e não tem uma ascensão cronológica progressista, pautada no desenvolvimento humano. A tendência do desenvolvimento dessas instituições é consolidar estratégias que reafirmem os interesses do mercado .

O Brasil promulgou a abolição da escravidão, em 1888, e o Estado teve que formalizar uma proposta de proteção aos trabalhadores livres. Conforme Simões (2010, p. 147, grifos do autor), isso aconteceu através da “[...] Lei n. 3.397/1888,

autorizando o governo a abrir uma *caixa de socorros* [que foi] letra morta [...]” e nesse período não se concretizou proteção ao trabalhador. Passados 35 anos é que se começa o desenho de instituições e leis de amparo a uma pequena parcela de trabalhadores no Brasil, como a Lei Eloy Chaves de 1923 “[...] que institui, [apenas] nas empresas ferroviárias, uma caixa de aposentadorias e pensões (CAP) para os respectivos empregados [...]” somente pelo Decreto n. 5.109/1926 é ampliado para “[...] portuários e marítimos vinculados à infraestrutura dos serviços públicos [...]” a incipiente segurança ao trabalhador resumida a aposentadoria e pensão foi concedida nesse momento do desenvolvimento apenas para os trabalhadores que ocupavam pontos estratégicos para o desenvolvimento da infraestrutura necessária para o capitalismo.

Só com a consolidação do Brasil urbano é que se apresentaram as características essenciais do trabalho livre e assalariado, o qual tem sua base assentada em décadas do trabalho de negras e negros oriundos do continente africano e submetidos(as) ao trabalho escravo em todas as atividades econômicas desenvolvidas no Brasil através da violência pelos colonizadores europeus. Esse processo incide diretamente na configuração da relação entre capital e trabalho no Brasil, Iamamoto e Carvalho (2011) explicam que para sobreviver o trabalhador

se vincula ao mercado de trabalho dominado pelo capital [...] como vendedor livre de sua força de trabalho – a certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista – sucumbe inexoravelmente a exploração do capital [...] [e] a exploração abusiva a que é submetido – afetando sua capacidade vital – e a luta defensiva que o operariado desenvolve aparecerão, em determinado momento, para o restante da sociedade burguesa como uma ameaça [...] impõe-se, a partir daí, a necessidade do controle social da exploração da força de trabalho [a realidade exige] uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através do Estado (IAMAMOTO E CARVALHO, 2011, p. 134).

Na década de 1930 o Brasil precisa consolidar o trabalho assalariado, as profissões, por meio de leis que garantam um ambiente de segurança jurídica para o desenvolvimento do capital e para isso se vê obrigado, de acordo com Simões (2010, p. 147), “[...] por meio de leis sindicais getulistas [sistematizar a] Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) [...]” inaugurando alguns benefícios para trabalhadores formais que eram a minoria no país. Nesse período de grandes transformações na sociedade brasileira desenvolve-se uma base legal para

responder as expressões da “questão social” em face da insuficiente atuação estatal e do reconhecimento e regulação das atividades executadas por instituições de caridade e filantrópicas.

São instituições desde sempre percebidas como entes que atuam junto com o Estado comprometidas com o bem comum. Há um vasto material de Decretos-Lei, Leis e Medidas provisórias que acompanham a trajetória do desenvolvimento da sociedade brasileira. Vejamos a seleção³⁰ de alguns exemplos da formatação e ampliação do arcabouço jurídico que possibilitam traçar uma linha do tempo sobre a regulação desse segmento que atua nas políticas sociais privadas que acompanham o desenvolvimento do capitalismo chegando até o desenho legal das instituições que compõem o fenômeno da contemporaneidade denominado “terceiro setor” no Brasil utilizadas como estratégia para responder as determinações da crise estrutural do capitalismo:

- No Brasil colônia segundo Simões (2010, p. 219) foi instituída em 1775 Câmara de Misericórdia que se ocupava em amparar expostos (filhos bastardos de famílias ricas), ingênuos (filhos de escravas que nasceram depois da Lei do Ventre Livre e eram abandonadas) e escravos velhos;
- Em 1828, ainda de acordo com Simões (2010, p. 221) foi criado o Regimento das Câmaras Municipais do Império que tinha função de zelar pela manutenção das casas de caridade que se ocupavam de expostos, doentes, vacinação de crianças, inspeção das escolas de primeiras letras;
- Lei n. 91/1935 - reconhece a utilidade pública de sociedades civis, associações e fundações com o intuito de servir sem fins lucrativos a coletividade;
- Decreto-Lei n. 4.657/1942 - determina que para instituição de utilidade pública não é vedado ter filial e instituição estrangeira fica submetida a legislação brasileira;

³⁰ Retiradas da publicação do Simões, (2010) que compõe a coleção da editora Cortez, Biblioteca Básica do Serviço Social e também de uma recente publicação do Câmara dos Deputados intitulada Legislação Sobre o Terceiro Setor [recurso eletrônico], (2016) que compõe a Série Legislação que é um compêndio que traz dispositivos constitucionais, decretos-leis, leis, medidas provisórias e decretos federais sobre as instituições do “terceiro setor”.

- Lei n. 3.577/1959 - isenta de contribuição previdenciária entidades sem fins lucrativas e institui como condicionalidade que a diretoria não receba remuneração;
- Decreto n. 50.517/1961 - regulamenta a Lei n. 91/1935;
- Lei n. 5.172/1966 - institui normas gerais do Sistema Tributário Nacional para cobrança de impostos sobre patrimônio e renda, dispõem sobre entidades sem fins lucrativos os Arts. 9 e 14;
- Lei n. 6015/1973 - normatiza o registro público de pessoas jurídicas se ocupam de entidades sem fins lucrativos os Arts. 120, 121, 148 e 167;
- Decreto-Lei n. 1572/1977 - revoga a Lei 3.577/1959;
- Decreto n. 93.876/1986 - versa sobre subvenções, auxílios e contribuições oriundas do Tesouro Nacional;
- Lei n. 7.644/1987 - regulamenta a atividade mãe-social;
- Lei n. 8.032/1990 - dispõe sobre o benefício de isenção ou redução de impostos de importação;
- Lei n. 8.069/1990 - dispõe sobre dedução no imposto de renda dos doadores dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estadual e municipal;
- Lei n. 8.313/1991 - conhecida como Lei Rouanet, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC;
- Lei n. 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS versam sobre o “terceiro setor” os Arts. 3, 9, 10,17;
- Lei n. 9.429/1996 - dispõe sobre o cadastramento das entidades do “terceiro setor” no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;
- Lei n. 9.430/1996 - dispõe sobre tributação federal e contribuições para seguridade social, sobre isenções revoga leis, decretos e medidas provisórias anteriores;
- Lei n. 9.532/1997 - altera a legislação tributária federal e regulamenta a imunidade de instituições do “terceiro setor” que não remunera a diretoria;
- Lei n. 9.608/1998 - dispõe sobre o serviço voluntário;
- Lei n. 9637/1998 - regula os critérios para qualificar as instituições do “terceiro setor” em Organizações Sociais - OS e cria o Programa

Nacional de Publicização, normatiza o instrumento Contrato de Gestão, admite possibilidade para remuneração da diretoria, extingue o Laboratório Nacional de Luz Sincontron (autarquia ligada ao CNPq) e a Fundação Roquette Pinto (autarquia ligada a Presidência da República), serviços e atividades executadas por essas instituições são absorvidas por OS por meio de Contrato de Gestão;

- Lei n. 9.782/1998 - dispõe sobre isenção de contribuição para instituições que atendam ao Sistema Único de Saúde;
- Lei n. 9.790/1999 – dispõe sobre critérios para qualificar instituições do “terceiro setor” como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e institui o instrumento Termo de Parceria;
- Lei n. 9.867/1999 – normatiza a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais. Com a previsão da possibilidade de várias categorias de sócios voluntários numa mesma cooperativa, inclusive admite sócios que não atendam os requisitos de pessoas em desvantagem;
- Decreto n. 3.100/1999 – regulamenta a Lei 9.970/1999;
- Lei n. 10.460/2002 – dispõe sobre critérios para Pessoa Jurídica de Direito Público nos Art. 44 e 45 e os critérios para Associações para fins não econômicos no Art. 53 e os critérios para Fundações no Art. 62;
- Decreto n. 6.308/2007 – dispõe sobre instituições e organizações de Assistência Social;
- Lei n. 12.101/2009 – dispõe sobre as instituições Benéficas de Assistência Social;
- Decreto n. 8.242/2014 – regulamenta a Lei n. 12.101/2009;
- Lei n. 13.019/2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - OSC;
- Decreto 8.762/2016 – regulamenta e amplia a Lei n. 13.019/2014;
- Lei 13.105/2015 – reformulação do Código de Processo Civil o Art. 764 versa sobre a fiscalização das instituições do “terceiro setor”.

Com essa seleção de mecanismos que legislam e regulam a caridade e filantropia no Brasil é possível constatar a processualidade histórica que se desenvolve a partir de demandas econômicas e sociais e desvelar que a atuação do Estado sempre foi residual e que o financiamento de instituições da “sociedade civil” acontecia e continua acontecendo por várias formas – aporte direto de recursos estatais, isenções, reduções e imunidade fiscal etc. Os recursos públicos são indispensáveis para viabilidade econômica do complexo “terceiro setor”. Montañó (2002) afirma que

é de fundamental importância a participação no financiamento, direto ou indireto a essas entidades [e] para viabilizar tais incentivos às organizações do “terceiro setor”, o Estado desenvolve diversas modalidades de cooperação e financiamento (MONTAÑO, 2002, p. 2014).

A atuação do “terceiro setor” é similar a burocracia estatal, uma análise preliminar nos possibilita constatar que o arcabouço jurídico que orienta a atividade do “terceiro setor” é análogo a legislação de Estado. Sua necessidade financeira o pressiona a operar de acordo com a lógica do mercado, impondo a captação de recursos que estimula a competitividade entre as instituições e a necessidade de expansão dos serviços. As atividades desse setor requer acumular patrimônio, especializar os trabalhadores envolvidos na gestão, e segundo Simões (2010, p. 469) nesse processo a “[...] questão social desvanece-se como conflito de classes, fragmentando-se no mero assistencialismo e na flexibilização dos direitos sociais [...]”. Com as recentes alterações nas leis trabalhistas no Brasil acrescentamos que o aumento da redução dos direitos para quem trabalha nessas instituições, e que já conviviam com vários tipos de vínculos, a imposição da condição de “voluntário” torna-se o único meio de sobrevivência.

O funcionamento do “terceiro setor” acontece de modo complexo, pois as instituições quase sempre são um ponto de intersecção entre o Estado e o mercado. Tem ainda uma ampla superfície de contato com os indivíduos submetidos às refrações da “questão social”. A relação do “terceiro setor” com o Estado é mais ampla, a transferência de recurso tem alcance na gestão de serviços essenciais como saúde e educação, auxiliando a administração pública e fortalecendo as

reformas administrativas, atua na disputa do controle de conselhos municipais, de direito.

Apesar do “terceiro setor” acompanhar os desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, foi com as alterações implantadas no governo FHC geridas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE o marco para sistematizar as diretrizes para privatizações, terceirizações e publicizações e viabilizar a atuação de organizações não-estatais, prestando serviços públicos com a criação das OS (1998) e das OSCIP(1999). Essas entidades possuem um estatuto jurídico que lhes permitem gerir recursos (financeiros, patrimoniais, humanos) estatais, são regulamentadas pela lei 9.637/98.

Nesse período vemos a criação do Programa Comunidade Solidária que servia de ponte entre as ONG´s e o Estado, viabilizando as parcerias³¹, incentivando subvenções e convênios nas áreas da alimentação, habitação, saúde, e educação. O Programa Comunidade Solidária foi presidido pela então primeira-dama Ruth Cardoso. Um dos braços de maior alcance do referido programa foi o Alfabetização Solidária que era juridicamente tipificado como OSCIP e se dedicou a alfabetização de jovens e adultos numa complexa rede que envolvia Instituições de Ensino Superior, rede municipal de ensino, instituições do “terceiro setor”, sindicatos e “voluntários” que recebiam uma “bolsa” com a intermediação do Banco do Brasil.

A relação entre o “terceiro setor” e o mercado é complementar podendo ser uma estratégia de *marketing*, agregando valor a marca com ações de Responsabilidade Social³² que podem ser ações voltadas exclusivamente para funcionários e seus dependentes ou apenas para comunidades contempladas por alguma ação ou serviço de instituições do “terceiro setor” ou se envolver com um *mix* de ações e serviços; uma possibilidade de abatimento de impostos com doações para instituições que se alinham aos preceitos das empresas doadoras. A

³¹ Esse tipo de relação entre instituições públicas e privadas foi formalizada pela Lei 9.790/99 com a finalidade de estimular o crescimento do “terceiro setor”. De acordo com Simões (2010) a lei foi uma iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária dentre outras vantagens facilitou “[...]o acesso das organizações á qualificação institucional, para potencializar parcerias com os governos e simplificar os respectivos procedimentos (SIMÕES, 2010, p. 441)”. Regulamentando as condicionalidades para uma instituição do “terceiro setor” ser qualificada em OS ou OSCIP.

³² Acontece também uma complexa articulação entre as empresas e entidades gigantes do “terceiro setor” que distribuem prêmios para empresas e empresários que se destacam na atuação da Responsabilidade Social como os prêmios distribuído pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social; pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG; pela Fundação Abrinq que concede o selo Empresa Amiga da Criança; pelo Grupo de Institutos e Fundações Empresarias - GIFE; e outros.

Responsabilidade Social é um dos desdobramentos da necessidade de intervir nas refrações da “questão social”, a qual se conecta com diversos tipos de trabalho assalariado para sua efetivação.

Para viabilizar nos marcos da sociedade capitalista a reorganização da assistência além da adequação ao pragmatismo da cientificidade moderna foi necessário absorver a caridade, as engrenagens da reprodução social da burguesia e criar aparatos burocráticos equivalentes aos da hierarquia de comando da produção de riqueza, mas não idênticos com especificidades principalmente no gerenciamento das relações de trabalho e prestação dos serviços no “terceiro setor” Souza Filho e Gurgel (2016) explicam que

através das terceirizações e flexibilização dos contratos de trabalho, do processo de diminuição da estrutura estatal – proposto pela chamada reforma administrativa – realizado através da combinação público-privado (privatização, terceirização ou “publicização”) e da estruturação do quadro administrativo por vias não burocráticas (contratos precários e cargos comissionados) [essa aparente divergência da ordem tem a tendência de assumir] uma feição que se assemelha ao que Weber definiu como “burocracia patrimonial [e a aparente frouxidão do controle é] a estruturação de uma burocracia monocrática [e] nesse contexto, a concentração de poder viabiliza a organização da sociedade [...] O processo de burocratização monocrática, na atual conjuntura, refere-se a dominação monopólica que está ocorrendo e sua implicação na transformação desse poder econômico em dominação autoritária (SOUZA FILHO E GURGEL, 2016, p. 146-147).

Com ações pontuais as empresas 1) estimulam a competição entre trabalhadores, que ora se engajam como voluntários ora são usuários das ações quase sempre sociais desenvolvidas e 2) envolve uma parcela significativa da classe trabalhadora, também consumidora, que se identifica com as “ações sociais” da empresa e, espontaneamente, se torna cativa da marca. Todo esse mecanismo concorre para fixar políticas públicas (“conquistadas” pela classe trabalhadora num processo de luta e histórico) no pantanoso terreno da caridade, desvinculado dos determinantes econômico e das lutas políticas. Assimiladas pelo mercado, as políticas públicas (de saúde, assistência social, moradia etc.) capitulam iniciativas baseadas na filantropia de programas sociais operacionalizados sem garantias legais e submetidos à lógica do lucro. Sobre esses elementos, Simões (2010) aponta que:

O envolvimento do empresariado brasileiro, com programas sociais, ganhou força a partir dos anos 1990. Em 2002 já movimentavam 12 bilhões de reais por ano, equivalentes a 1,5% do PIB nacional [...] Em 2002, o setor empregava mais de 1 milhão e 200 mil pessoas, contava com o trabalho diário de 1 milhão e 500mil e envolvia 250 mil ONGs [de acordo com] o Instituto Ethos [...] 16% dos consumidores brasileiros já dão prioridade a fabricantes que desenvolvam programas sociais [...] Uma pesquisa do IPEA mostrou que, em 2002, das 728 mil empresas privadas brasileiras, com um ou mais empregados, cerca de 462 mil têm alguma atividade social [...] imediatas [como] organizar eventos beneficentes, participar de campanhas para arrecadar alimentos, promover festas de aniversários, motivar pessoas a doar presentes no Natal [e] atividades de longo prazo [...] implementar programas de educação alimentar, ensinar a entidade assistencial a administrar recursos; treinar pessoas para desenvolverem programas de comunicação; promover o planejamento estratégico de melhoria da gestão da entidade; dar cursos de gestão para os dirigentes da entidade e introduzir programas de informática na educação (SIMÕES, 2010, p.480)

Depois do marco legal, desenhado ao longo da década de 1990 é que as instituições do “terceiro setor” estão cada vez mais equalizadas com a lógica empresarial, necessária em tempos de ajuste neoliberal e de reestruturação produtiva. Esse tipo de instituição tem como espectro de grande amplitude o voluntariado fundamentado em princípios ideológicos humanitários com a convergência de grupos assentados numa tradição religiosa que reforça a vinculação efetiva dos grupos em torno de doutrinas e preceitos com grupos laicos que defendem a ampliação da democracia, da cidadania e do desenvolvimento comunitário. Esses grupos engajados em empreender estratégias de educação, lazer, esportes, empregabilidade, ocupação e renda para operar ajustes e minimizar os efeitos da crise estrutural do capital que potencializam tensões e conflitos mais acirrados na sociedade burguesa e tendem a exigir garantias de uma normalidade pacífica para a defesa da produção de riqueza e manutenção do poder de consumo de uma parte da classe trabalhadora e subconsumo dos estratos mais empobrecidos. Simões (2010) explica que:

Empresas, voluntários e ONGs profissionalizam suas ações com o objetivo de buscar novas formas de financiamento, fazendo parcerias com o Estado [...] Criam-se cursos de especialização (USP, Fundação Getúlio Vargas, SENAC, Mackenzie, GIFE, PUC-SP e IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) [...]

O voluntariado agrega valor às empresas e estas promovem as entidades [do “terceiro setor”]. A emulação dessa ação, junto aos próprios funcionários, promove novas iniciativas e gera apelo comercial criando-se redes de parcerias entre as entidades e empresas, intermediando a ação do voluntariado empresarial. Este tende a conduzir os funcionários a se integrar a programas definidos pela própria empresa, visto que o voluntário, por atuar [quase sempre] sem remuneração, apenas por obrigação moral, deve assumir individualmente tal responsabilidade. A tendência, portanto, [é uma] ação instrumentalizada a baixo custo, para fins mercadológicos (SIMÕES, 2010, p. 484-485).

A gestão de serviços sociais numa perspectiva mercadológica, de eficiência e redução de custos, incide na derruição das políticas públicas e na ampliação do “terceiro setor” que tende auxiliar na fragmentação das demandas da classe trabalhadora e na pulverização das estratégias de luta fortalecendo a reprodução da sociedade capitalista Souza Filho e Gurgel (2016) afirmam que

As organizações da sociedade civil que atuam executando programas, projetos e/ou serviços na área social (o chamado “terceiro setor”) são valorizadas e incentivadas em atuar em ‘parceria’ com o Estado, como possibilidade de implementar as cisões propugnadas pelo ideário neoliberal (política/administração; formulação/execução; contratação/prestação de serviços), visando atender a demanda das classes subalternas, com redução de custos [...] os serviços realizados pelas organizações da sociedade civil, contratados pelo Estado, passam a ser objeto de licitação pública como forma de realizar competitividade entre as organizações [...] as organizações com melhores avaliações tenderão a ser beneficiadas com mais recursos e aquelas com níveis mais baixos de avaliação tenderão a receber menos recursos, criando um círculo virtuoso, no primeiro caso, e vicioso, no segundo. Há de se constatar que como vários serviços sociais públicos estão voltados para atender a população de determinada região (por exemplo: escolas, hospitais, centros de referência de assistência social, entre outros), se eles não forem bem avaliados e entrarem no círculo vicioso a população a qual se destina será penalizada pela lógica da competição (SOUZA FILHO E GURGEL, 2016, p. 143-144).

Todos os ajustes que vem se consolidando para fortalecer o represamento do esgotamento do capitalismo que em tempo de crise estrutural não tem mais capacidade de deslocar para periferia do sistema os custos da manutenção dessa ordem societária e concomitantemente tem de lidar com o impulso latente da recalitrância de segmentos da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva e os ditames do projeto neoliberal vêm moldando as instituições do “terceiro setor” para assumirem o papel de parceiros na administração da “questão social” vinculada a

dominação de classe como local precípua para manutenção das condições necessárias para a exploração da força de trabalho, através de intervenções que tem a potência de desarticular a espinha dorsal da organização da classe trabalhadora, que auxiliam na aceitação da derruição dos direitos, da flexibilização da frágil legislação de proteção do trabalho.

O “terceiro setor” gerindo e operacionalizando serviços sociais e essenciais com uma suposta defesa de interesses universais tendo como lastro uma racionalidade pragmática e abstrata viabiliza uma dominação para manter a propriedade privada, a exploração e a desigualdade social. Oferecendo serviços para a população mais empobrecidas e que necessitam em diversas situações, da efetivação das políticas sociais para sobreviver, essas instituições contribuem para o fenecimento da condição de direito da política social e concorrem para a subordinação da política de assistência, saúde, educação, moradia, renda a orientação da lógica do mercado auxiliando na reprodução da sociedade burguesa atendendo as necessidades apontadas por Marx na Lei Geral de Acumulação Capitalista, propondo como única saída para a humanidade melhorias e aperfeiçoamento do capitalismo. O “terceiro setor” adaptado a engrenagem do MPC se formata como um espaço improvável para o fomento da luta da classe trabalhadora para eliminar a exploração do capital.

Por fim, com a pesquisa apreendemos que o “terceiro setor” é permeável às determinações políticas do capitalismo vigente e adquire, com seu lastro legal e mercadológico, cada vez mais viabilidade econômica operando de forma simultânea para: 1) admoestar os mais empobrecidos para aceitar e defender ser atendido em serviços sem nenhuma garantia de continuidade sem regulação como direito e sem os “privilégios” de consumidores; 2) ser capaz de credenciar empresas parceiras tornando-se um diferencial na concorrência entre capitalistas; 3) ser um meio de redução dos custos sociais do sistema oferecendo serviços sociais essenciais, operados por uma parcela da classe trabalhadora, que marcada de forma predominante pela perspectiva da cidadania e que tem como tendência se alinhar ideologicamente com os interesses burgueses aceitando compensações e o esvaziamento do conteúdo de classe que se condensa no salário como mediador da complexa e antagônica relação capitalxtrabalho.

As instituições do “terceiro setor” estabelecem uma rede de conexões com o Estado, o Mercado e outras entidades beneficentes como as organizações do

Sistema S (SESI, SENAC, SENAI), têm uma forte tendência de atuar em parceria com organizações internacionais de fomento. Mediante essas interações o “terceiro setor” é poroso e muito flexível na forma de atuar, no financiamento, na gestão. O “terceiro setor” fomenta a ampliação das políticas sociais privadas, contemplando as prescrições neoliberais para a Reforma administrativa estatal e simultaneamente auxilia na admoestação da classe trabalhadora que passa a ser “voluntária” em instituições que se ocupam de oferece produtos e serviços que se destinam a disponibilizar condições mínimas para a reprodução da sociedade burguesa, sendo então, também vetor da derruição de direitos sociais e trabalhistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o encerramento do curso de Mestrado, temos a convicção da pertinência da investigação do tema “terceiro setor” na sociedade atual, e que a experiência profissional nas ONG’s nos forneceu alguns conhecimentos e muitas dúvidas que contribuíram para refletir sobre o processo de consolidação e natureza complexa do “terceiro setor” na atualidade. Encerra-se um ciclo na pesquisa do Mestrado que nos permite apreender o empirismo apenas como ponto de partida para capturar a realidade social. Desse modo, aqui não temos o final, mas nossa primeira reflexão crítica, de caráter científico³³ do objeto de estudo em questão.

³³ Concordando com Lukács (2012), entendemos que “[...] a ciência brota da vida, e na vida mesma – saibamos ou não, queiramos ou não – somos obrigados a nos comportar espontaneamente de modo ontológico. A transição para a cientificidade pode tornar mais consciente e mais crítica essa inevitável tendência da vida, mas pode também atenuá-la ou até mesmo fazê-la desaparecer [...] trata-se aqui, portanto, de uma cientificidade que não perde jamais o vínculo com a atitude ontologicamente espontânea da vida cotidiana; ao contrário, o que faz é depurá-la de forma crítica e desenvolvê-la, elaborando conscientemente as determinações ontológicas que estão necessariamente na base de qualquer ciência” (LUKÁCS, 2012, p. 293).

Procuramos explicitar, ainda que inicialmente, mediações importantes como o Estado e os determinantes histórico materiais da “questão social” para que pudéssemos desvendar o crescimento e consolidação da intervenção do “terceiro setor” em tempos crise e de reestruturação capitalista. Verificamos que as instituições do “terceiro setor” tem uma atuação pragmática, imediatista, pois servem apenas para gerenciar e amenizar problemas estruturais da “questão social” na atualidade. Tal atuação alinha-se integralmente ao pensamento burguês dominante, pois, ao tempo em que postula uma perspectiva progressista, ética e humanitária – responder as necessidades fundamentais dos segmentos pauperizados - articula-se, contraditoriamente, a dimensão conservadora, reacionária, confessional de controle da reprodução social da classe trabalhadora que remontam as protoformas de intervenção do Estado e de segmentos privados sobre a “questão social” no capitalismo. Estas organizações comportam também uma tendência crítica que combate a violência, a miséria, o não acesso de cidadãos a serviços essenciais, mas que não ultrapassa o limite do reformismo³⁴. Como bem coloca Montañó (2014) desenvolve-se no “terceiro setor”: “formas de ação, intervenção que, respondendo a necessidades emergenciais e pontuais de setores localizados da população, reforça a lógica do capital e são funcionais ao projeto de reestruturação neoliberal” (MONTAÑO, 2014, p. 429).

Ao refletirmos sobre o movimento de ampliação, consolidação do “terceiro setor” no Brasil, nos anos de 1980, 1990, 2000, verificamos que nesse período de avanço do neoliberalismo ocorrem alterações significativas na relação entre aparato estatal e setor privado, em função das exigências de segmentos do capital de expandir as parcerias público-privadas e o envolvimento da sociedade civil para responder ao agravamento das desigualdades sociais. Percebemos que essas mudanças em curso se articulam a necessidade do capitalismo contemporâneo de flexibilizar direitos trabalhistas, direitos sociais, ampliar a privatização de espaços e serviços públicos. Ainda no “terceiro setor” convergem as alternativas neoliberais para os chamados “problemas sociais” com as ações que propõem mudanças condicionadas ao reordenamento moral do indivíduo para construir uma sociedade mais justa. Tais ações responsabiliza-os sobre as causas dos problemas sociais, assim os envolvem .

³⁴ Os documentos do Banco Mundial (BM) são a expressão desse reformismo, quando estabelecem diretrizes para redução da pobreza.

Identificamos que, apesar do apelo social da intervenção do “terceiro setor” sobre os problemas sociais na atualidade, o “terceiro setor” acompanha racionalmente o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo em crise, pois sua atuação responde primordialmente as demandas econômicas de segmentos do capital com a criação de Organizações Sociais e OSCIPs. O capital precisa se legitimar socialmente, daí cria mecanismos ideológicos, sociais, políticos que falseiam suas prerrogativas principais – investir nas organizações sociais que possibilitem alimentar sua demanda voraz de acumulação e minimizar as consequências da crise.

O “terceiro setor” se estrutura e predomina pós anos de 1980 com o processo de reestruturação capitalista mundialmente, no entanto, desde o início do capitalismo surgiram instituições que tinham funções similares às organizações do “terceiro setor”. Isso nos leva a afirmar que a intervenção sobre a “questão social” embora tenha variado historicamente, desde as formas de atuação de caráter coercitivo, individual até as ações estatais, todas tinham e têm em comum o gerenciamento, a administração dos males sociais. O “terceiro setor” que articula complexamente a relação entre setor público e privado não foge a regra, tem uma função social similar a daquelas instituições - atender necessidades de reprodução social dos trabalhadores pauperizados, contudo, essa função social retroalimenta simultaneamente um aparato ideopolítico que intenta legitimar interesses da classe que detém o controle dos meios de produção e de reprodução social. Melo (2015) destaca que o heterogêneo universo das instituições do “terceiro setor” se organiza³⁵ na contemporaneidade, norteado por meio de ações práticas, do estabelecimento prévio do local, do segmento atendido e da economia de recursos.

Priorizando parcerias, viabilizadas pela pretensa fusão do Estado, sociedade civil e mercado, o “terceiro setor” põe em evidência as relações mais perversas entre os setores público e privado – manter intocável a propriedade privada e a exploração do trabalho, ainda que mascarado em ações sociais ditas humanitárias. No “terceiro setor” se fomenta uma “cultura da alteridade” para desenvolver um “novo” modo de enfrentar a “questão social”, atendendo, localmente, as mínimas necessidades dos

³⁵ Segundo a autora, nessas instituições se desenvolvem “[...] uma série de ações sociais, desde a promoção de ética, paz, cidadania, democracia, direitos humanos, geração de trabalho, melhoria de vida das pessoas portadoras de algum tipo de deficiência, passando pelos objetivos de combater as discriminações raciais, sociais e sexuais etc. [desenvolvendo-se num] aparato que abriga os valores que um grupo defende e que age a partir deles (MELO, 2015, p. 76-77)

trabalhadores articuladas a um capitalismo cada vez mais submetido à financeirização do capital. A complexidade da natureza das organizações do “terceiro setor”, conforme constatada na pesquisa, está demonstrada na relação que estabelece com o Estado e com as formas privadas de gestão dos recursos públicos, com destaque para as organizações não governamentais - ONG’s e organizações sociais - OS. Destaque-se que as organizações sociais “novas”: OS e OSCIPs passam a administrar o recurso público (fundo público), aplicando-o de forma rentável em segmentos do capital financeiro, mascaradas pela realização de ações com uma gestão, dita inovadora, para responder demandas sociais nas áreas da saúde, educação, assistência, etc.

Assim, diante dessa realidade, analisar e desvelar as características do “terceiro setor” é elemento fundamental para o Serviço Social, uma profissão incorporada pelas instituições do “terceiro setor”, na contemporaneidade, como espaço sócio-ocupacional de atuação profissional. A respeito da formulação da crítica que resista à capitulação burguesa, Montañó (2014) alerta que:

a análise crítica sobre a realidade não equivale mecanicamente à rejeição. Não se trata de rejeitar os processos – como a formação de cooperativas ou de fontes ‘alternativas’ de renda; como formas de combate à fome ou a pobreza extrema; como a construção de moradias ou cisternas, ou de responder a necessidades pontuais e imediatas [...] estes processos são, no imediato, fundamentais [...] Trata-se, na verdade, de não sucumbir ao ‘canto da Sereia’, acreditando e fazendo crer que estes processos são a solução aos problemas, que incidem nos fundamentos da “questão social” e da desigualdade, ou que criam formas de resistência que minam a lógica do capital. Trata-se de compreender a realidade nos seus fundamentos e contradições, criticamente, sem cair em visões românticas sobre os processos sociais que aí estão, e percebendo seu papel social essencial (MONTAÑO, 2014, p. 428-429, grifos do autor).

Destarte, nesse contexto, o “terceiro setor” torna-se mais um espaço ocupacional para o Serviço Social, conforme salientado anteriormente, com “novas” demandas, requisições no exercício profissional. Daí brota a necessidade de decifrar criticamente a realidade para subsidiar o exercício profissional, voltado para o fortalecimento do projeto ético-político na direção do compromisso com a classe trabalhadora, para que possa construir mecanismos que desvelem a luta de classes

e que contribuam efetivamente na sua organização classista com vistas a construção da emancipação humana³⁶.

Constatamos a necessidade da realização de pesquisas que aprofundem análises sobre o “terceiro setor” não só pela sua expansão desenfreada no Brasil, mas pelos complexos desdobramentos econômicos, sociais e políticos que produz. O “terceiro setor”, conforme salientado inúmeras vezes, articula-se ao Estado e ao mercado para responder a “questão social”, constituindo um mecanismo que altera a configuração e execução das políticas sociais em tempos de crise estrutural do capital pela ênfase nas ações focais que priorizam apenas segmentos pauperizados da classe trabalhadora. Desse modo, ele fortalece as bases do pensamento conservador que ideológica e politicamente promulga o desprestígio dos espaços e serviços públicos, colaborando para o gerenciamento e drenagem de recursos públicos para a gestão privada no “terceiro setor”.

Por fim, embora neste estudo não tenhamos empreendido reflexões sobre o processo de transição do capitalismo para outra sociabilidade, salientamos que é necessário fortalecer o projeto de classe do proletariado que propõe suprimir o trabalho assalariado, o trabalho abstrato pelo trabalho associado, para construir uma sociedade onde os homens livremente e coletivamente exerçam – de modo qualificado – escolhas com acesso a alternativas³⁷ para a manutenção e desenvolvimento da vida, atendendo suas necessidades plenamente. Somente, desse modo, será superado o elemento principal da intervenção do “terceiro setor” – a “questão social” e a sociedade que a reproduz, o capitalismo.

³⁶ Entendendo a partir de Tonet (2000, p. 80-81) que a “[...] aspiração e a luta por uma sociedade mais justa são tão antigas quanto à existência das desigualdades sociais. Desde a antiguidade até hoje, inúmeras foram as lutas travadas pelas classes subalternas tentando por fim à sua situação de exploração e dominação [...] Para Marx, a história da humanidade se divide em dois grandes períodos: a pré-história e a história propriamente dita. [...] No primeiro embora haja graus e formas diferentes de liberdade, seu grau máximo jamais pode ultrapassar o caráter político-jurídico. [...] No segundo, ela se apresenta sob uma forma real, integral e essencialmente ilimitada, ou seja, é uma forma de liberdade que expressa o homem como um ser integralmente livre”.

³⁷ Conforme Costa (2012, p. 55), “[as] escolhas dos indivíduos são sempre respostas práticas aos desafios que a vida social lhes impõe. Os próprios sentimentos e pensamentos que preparam as decisões são também socialmente determinados pelas circunstâncias de classe, estamento, família, das quais fazem parte [...] a reprodução do indivíduo é determinada pelas condições de sua existência desde o momento de seu nascimento e ao longo de sua vida [...] As respostas elaboradas por ele se encontram em íntima relação com as [...] circunstâncias nas quais vive e age. Em consequência o seu desenvolvimento individual e interior é o resultado da trama de demandas e respostas que implica decisões entre alternativas socialmente determinadas”.

6. REFERÊNCIAS

ABONG. **Sustentabilidade das ONGs no Brasil acesso a recursos privados**. Rio de Janeiro: Abong, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 7ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, Jairo Melo. **Voluntariado**: na contramão dos direitos sociais. São Paulo. Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosset. **Brasil em contra-reforma**: destruição do Estado e a perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rosset & IVANETE, BOSCHETTI. **Política social**: fundamentos e historia. 9.ed.. São Paulo: Cortez, 2011.

Brasil. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado / Secretaria da Reforma do Estado Organizações sociais. / Secretaria da Reforma do Estado. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997. 74 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 2).

_____. Legislação sobre o terceiro setor [recurso eletrônico]: dispositivos constitucionais, decretos-leis, leis, medidas provisórias e decretos federais sobre sociedade de utilidade pública e organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) / Câmara dos Deputados. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania e reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. Brasília: ENAP, 1998.

BIZERRA, Fernando Araújo. **Estado e capital**: uma coexistência necessária. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BONFIM, Paula. **A “cultura do voluntariado” no Brasil**: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAZ, Marcelo. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. **In**: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES,

Juliana Souza Bravo (orgs.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **O Conselho Nacional de Saúde e os Rumos da Política de Saúde Brasileira**: mecanismos de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. Recife, 2005, 324f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. **Indivíduo e sociedade**: sobre a teoria da personalidade em George Lukács. São Paulo. Instituto Lukács. 2ªed. ver, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HOLLOWAY, John. **Fundamentos Teóricos para una crítica marxista de la administración pública**. Instituto nacional de Administración Pública. México, 1982.

IBGE. (2008). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. "As Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos no Brasil: 2005". IBGE, Gerência de Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE. (Estudo e Pesquisas. Informação Econômica)

GABRIEL, Mary. **Amor e Capital**: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução. Trad.: Alexandre Barbosa de Souza. Rio de Janeiro, 2013.

GOUNET, Tomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

HUBERMAN, Leo. "A velha ordem mudou...". In: **História da Riqueza do Homem**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LANDES, David S. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

LASKI, J. Harold. **O liberalismo europeu**. Ed. Mestre Jou. São Paulo, 1973.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2011.

_____. Lukács, Trabalho e Classes sociais. *In*: COSTA, Gilmaisa; ALCÂNTARA, Norma (orgs.). **Anuário Lukács 2014**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Proletariado e sujeito revolucionário**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOPES, ALINE F. **Raízes materiais da precarização do trabalho na sociedade capitalista e suas expressões contemporâneas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social – UFAL. Maceió, 2012.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Nélío Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes 1ª ed. São Paulo Boitempo, 2012.

MARANHÃO, César. A ideologia neodesenvolvimentista: crise do capital, novas estratégias e velhas promessas da classe dominante brasileira. *In*: **O Canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. São Paulo: Cortez, 2007

MARX, Karl. **O Capital t. I**. São Paulo: Abril Cultural, 1996. Tradutores: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

_____. **O Capital t. II**. São Paulo: Abril Cultural, 1996b. Tradutores: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social de um prussiano”. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2ª ed. São Paulo; Expressão popular, 2010b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Lutas de classe na Alemanha. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELO, Marina Felix de. **Missão das ONGs em um terceiro setor profissionalizado**. Maceió: EDUFAL, 2015.

MELLO, Alex Fiuza de. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1ª ed. Revista. São Paulo. Boitempo, 2011.

_____. **A crise estrutural do capital**. 2.ed. rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. O lugar histórico e o papel político das ONGs. *In: O Canto da sereia crítica a ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. *In: A nova fábrica de consensos ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. Ana Elizabete Mota (org.). 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, João Paulo. “Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão”, *In: Revista Serviço Social e Sociedade*, Nº 50. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2007.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrollabilidade do capital**. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. 2ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

PRÉDES, Rosa (Org.). **Mercado de Trabalho do Serviço Social**: fiscalização e exercício profissional. Maceió: EDUFAL, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 4 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

_____. **Teoria & crítica dos direitos sociais:** o Estado social e o Estado democrático de direito. São Paulo, 2013.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social:** diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Reivan Marinho de. Violência, controle do trabalho: relação inexorável ao desenvolvimento da produção da riqueza nas sociedades de classe?. *In: O social em perspectiva:* políticas, trabalho, serviço social. Gilmaísa M. Costa e Reivan Souza (orgs.). Maceió: EDUFAL, 2013.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. GURGEL Claudio. **Gestão Democrática e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2016.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TONET, Ivo. **Método científico:** uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRINDADE, José Damião. **História Social dos Direitos Humanos.** São Paulo: Ed. Peirópolis, 2011.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa geopolítica da fome.** São Paulo: Cortez, 2013.